

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Dilascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Luiz Osório de Siqueira Neto*
Prof. *Maria do Carmo Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco | v. | -1- jul./set. — , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária | 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)
378.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.
SD-BC 62-1278/rev.

A

Composta e impressa nas oficinas gráficas da Imprensa Universitária — Universidade Federal de Pernambuco — Rua do Hospício, 619, Recife — em abril de 1966, 20.º ano de fundação da U.F.P., sendo Reitor o Prof. Murilo Guimarães, diretor da I. U. o bel. Edmir Régis e assistentes técnicos os srs. Dilermando Pontual e Vicente Machado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

RUA DO HOSPIÇIO, 619 — FONE 22568

RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

P 208

28.05.68

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura
Universidade Federal de Pernambuco

S U M Á R I O

ENSAIOS

Latinidade e Americanidade da América Latina: Crescente Interpenetração e decrescente Segregação — <i>Gilberto Freyre</i>	5
Rui Barbosa, Um Homem — <i>Luiz Delgado</i>	23
Teilhard de Chardin: Ciência e Profetismo — <i>Aluizio Bezerra Coutinho</i>	39
Por uma História do Império Vista do Nordeste — <i>José Antônio Gonsalves de Mello</i>	51
Machado de Assis — Poeta — <i>César Leal</i>	61
Notas sobre a Integração entre o Planejamento Nacional e o Planejamento Regional — <i>Fernando de Oliveira Mota</i>	79
Geografia, Ecologia e Subdesenvolvimento — <i>Pessoa de Moraes</i>	93
A Posição da Ciência na Filosofia do Homem — <i>Carlo Borghi</i>	109

LIVROS — ESTUDOS E RESENHAS

Manual de Desenvolvimento Econômico — <i>Gláucio Veiga</i>	121
Uma Interpretação da Realidade Brasileira — <i>Newton Sucupira</i>	135
Resenhas	143

v. 6. n. 1. jan./mar. 1966

COLABORADORES

GILBERTO FREYRE

Sociólogo-antropólogo, escritor, Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Columbia, Sussex, Coimbra, e da Sorbonne. Professor Honorário da Universidade Federal de Pernambuco.

LUIZ DELGADO

Professor Catedrático das Faculdades de Direito e de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, crítico de idéias e poeta.

ALUIZIO BEZERRA COUTINHO

Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, biólogo, autor de numerosos estudos científicos e literários.

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia, historiador, Diretor do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco.

CÉSAR LEAL

Professor de Literatura da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, poeta e crítico de poesia, tem publicado ensaios sobre poetas brasileiros em revistas universitárias norte-americanas.

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, Superintendente-Adjunto da SUDENE, autor de livros sobre temas econômicos e literários.

PESSOA DE MORAIS

Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, escritor. Membro titular da Asociación Latino Americana de Sociología.

CARLO BORGHI

Professor de Física Nuclear, autor de estudos sobre temas de crescente interesse filosófico e científico. De nacionalidade italiana, vive no Recife desde 1956, época em que foi contratado pelo Instituto de Física e Matemática da Universidade Federal de Pernambuco.

GLÁUCIO VEIGA

Professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Livre-Docente da Universidade de São Paulo. Economista. Autor de ensaios literários e científicos.

NEWTON SUCUPIRA

Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Conselho Federal de Educação, diretor do Departamento de Extensão Cultural (UFPe), autor de estudos sobre Filosofia e Educação, publicados em revistas de cultura.

Est-s univ-s R. Cul. Univ. Fed. Pe., Recife, 6 (1): P. 4, jan./mar. 1966

AMERICANIDADE E LATINIDADE DA AMÉRICA LATINA: CRESCENTE INTERPENETRAÇÃO E DECRESCENTE SEGREGAÇÃO (*)

GILBERTO FREYRE

Que é, na verdade, em suas relações com outras partes do mundo, a América de ordinário denominada Latina? Que conjunto sociologicamente homogêneo forma no plano sociocultural para poder ser toda ela considerada latina além de geograficamente e, também sociologicamente, americana nas situações dentro das quais se vem desenvolvendo no tempo tanto quanto no espaço sua latinidade?

São pontos, estes, que preocupam os analistas empenhados em caracterizar e interpretar a América chamada Latina; e pontos para os quais o presente número de *Diogene* traz esclarecimentos valiosos, vindos de alguns dos mais idôneos, em várias especialidades, desses analistas; e segundo diferentes perspectivas e diferentes critérios de análise e de interpretação. Inclusive de que a conjuntura mundial sendo, quase sempre, uma conjuntura particular cujo ritmo acaba por se impor a outras conjunturas (Pierre Chaunu), a relação da América Latina com a conjuntura mundial tem variado conforme as diversas predominâncias que lhe têm afetado as situações: a predominância ibérica ou latina, podendo ser considerada a mais

(*) Este ensaio foi publicado em francês na revista *Diogene*, (Paris), 43, Julho-Setembro 1963, como introdução, solicitada pela direção da revista, a um número dedicado a "Problemas da América Latina". Foi logo depois publicado em língua inglesa em *Diogenes, an International Review of Philosophy and Humanistic Studies*, de Montreal, em espanhol (Editorial Sulamericano, Buenos Aires) e em árabe (Misr, Cairo). É agora publicado em português — língua em que o escreveu o autor — em revista universitária brasileira, por iniciativa deste ESTUDOS, obtida a permissão do mesmo autor.

geral e constante; porém modificada, em certos particulares e em épocas sucessivas, por outras predominâncias: a predominância inglesa; a predominância francesa; a predominância ianque. Não deixa de haver hoje, nem tem deixado de haver, no seu desenvolvimento, esta solidariedade básica, física, ecológica com a América anglo-saxônica: a americanidade geográfica de ambas. Também a solidariedade que decorre de virem se desenvolvendo, de modo geral, num mesmo clima psicossocial americano que seria um clima de tensão, de inquietação, e, por conseguinte, favorável ao mesmo desenvolvimento sob aspectos, é claro, diversos. Pois o clima psicossocial americano que aqui se considera não deve ser confundido com o sentido específico de tempo econômico ou com o de tempo cotidiano: tão diferentes para os americanos das duas Américas, a anglo-saxônica e a latina.

É uma tensão, a característica do clima americano em geral, nem sempre saída de dentro para fora: em vários casos é provocada por influências vindas de fora para dentro. Fato que tem impressionado vários sociólogos europeus — um deles Guglielmo Ferrero — em suas visitas a América Latina, quando têm observado que as forças de conservação, de rotina, talvez pudessem até dizer de inércia, tendem de ordinário a ser as representadas por grupos já estabilizados em grupos sociologicamente americanos; e as forças de renovação ou de alteração, as representadas por imigrantes recentes, por adventícios, por recém-chegados, para os quais o espaço americano tem significado, em numerosos casos, espaços favoráveis a arrôjos inovadores ou renovadores. Pode-se mesmo dizer que a tensão característica do clima social americano em tôdas as Américas vem sendo, em grande parte, consequência do embaite entre essas duas tendências, com muitos ou, pelo menos, alguns dos americanos, já estabilizados na América e já tradicionalmente americanos, representando, paradoxalmente, idéias, sentimentos e hábitos conservadores e europeus, africanos, recentemente japoneses, representando, enquanto adventícios ou recém-chegados, idéias, sentimentos e hábitos renovadores. Isto tem se verificado tanto na América anglo-saxônica como na latina e vem se manifestando em vários setores: no político, no econômico, no religioso, no educacional, no tecnológico, no artísti-

co, no literário. Donde o paradoxo de o clima social característico da América poder ser apresentado como um clima que vem dependendo, como clima de tensão favorável ao desenvolvimento, ao arrôjo, à renovação, da constante presença de elementos não-americanos em geral, e na América Inglesa, não-anglo-saxônica, em particular, do mesmo modo que na América chamada Latina, de elementos não-ibéricos, em particular, que, recém-chegados à América, têm reavivado entre os americanos já estabilizados o ânimo de americanidade criadora ou renovadora.

Até quando, porém, êsse processo continuará a se fazer sentir na vida e na cultura americanas, conservando-as tensamente americanas, sabido como é que nos últimos decênios tem se reduzido consideravelmente essa presença de não-americanos na mesma vida e na mesma cultura, embora os japoneses, com relação pelo menos ao Brasil, tenham tomado o lugar, até certo ponto ocupado por italianos, alemães e poloneses, nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do século XX, como elemento humano de renovação entre os brasileiros? Aqui é que precisamos de anotar nova tendência na vida e na cultura da América Latina: a tendência para o papel por algum tempo desempenhado por aqueles elementos não-ibéricos vindos da Europa e de outras partes do mundo e representados por indivíduos sôfregos de ascensão social, além da econômica, num espaço, como o latino-americano, para êles mais livre, em algumas áreas, que o de suas terras de origem, passar a ser representado por elementos autoctones — indígenas, mestiços, proletários, camponeses — tocados, através de modernos meios de comunicação que os despertaram de uma como hibernação sociológica, de desejos de ascensão e consciência de direitos que não lhes vinham sendo concedidos senão excepcionalmente pelos elementos dominantes em várias populações nacionais da América Latina: elementos que durante todo um século — desde a independência política dessas populações, outrora sujeitas à Espanha ou a Portugal — dispensaram melhores atenções aos imigrantes recém-chegados do estrangeiro que aos proletários e camponeses de sua própria etnia ou de sua própria cultura — a indo-ibérica ou a indo-afro-ibérica — embora, vários desses proletários e camponeses, se apresentem mais ameríndios ou mais africanos em sua cultura que aqueles elementos dominan-

tes, conservadores de traços e de ritos culturais principalmente europeus: traços e ritos, em alguns casos, tocados por influências ameríndias, africanas e orientais. São influências, estas, que, desde os começos da América Latina, vêm colorindo de modo notável a latinidade dessa parte ibérica e francesa da América; e dando à expressão "América Latina" uma imprecisão tal que alguns rigoristas — rigoristas quanto ao que deva ser considerado latinidade — recusam-se a estender a classificação de latina ao todo hoje assim classificado; e só a admitem para o Uruguai e, quando muito, para a Argentina.

Distinção talvez precária, sabido, como é, que à própria cultura argentina não faltam gauchismos de procedência, em parte, ameríndia; e que nem à Argentina nem ao Uruguai tem faltado de todo a presença africana na sua etnia e na sua cultura. A despeito dessa presença e daquelas influências e da presença de elementos étnicos e culturais não-latinos, vindos da Europa e do Oriente, em culturas e sociedades latino-americanas, não parece a alguns de nós inaceitável a expressão América Latina para designar o conjunto que designa, de populações e culturas americanas. Pois há em todas elas, dentro do clima social americano de tensão em que se vêm desenvolvendo de modos diferentes, alguma coisa de comum a todas e de geral em relação às suas particularidades, que não nos repugna considerar expressão sociológica daquela latinidade que na Europa caracteriza os comportamentos de populações e os valores e estilos de cultura de ordinário considerados latinos: os ibéricos, italianos, franceses. De onde haver inconfundíveis semelhanças sociológicas de comportamento e de cultura entre um *caboclo* brasileiro assimilado à cultura luso-católica e um mexicano assimilado à cultura espanhola-católica: semelhanças que podem ser consideradas de latinidade pelo muito que nelas provém de uma interpretação latina — portuguesa ou espanhola — do Cristianismo aplicado a todo um conjunto de atitudes do Homem em face da natureza e da sociedade; e adaptado, dentro dessa interpretação, tão mais plástica que a anglo-saxônica, a situações americanas sob vários aspectos quase as mesmas nas diferentes áreas americanas marcadas pela presença latina, representada por franceses e, principalmente, por espanhóis e portugueses.

Precisamente essa interpretação socialmente plástica do Cristianismo trazida à América por latinos da Europa é que permitiram que se formassem entre populações rústicas de vários países da América Latina proletários e camponeses que durante longo tempo — longo para a América Latina — vêm, dentro da sua rusticidade, da sua pobreza e até da sua miséria, unindo valores e estilos latinos de cultura a valores e estilos de culturas ameríndias e, em alguns casos, afro-ameríndias, que os têm distanciado um tanto, social e culturalmente, dos elementos política e economicamente dominantes, nos seus países. Esse distanciamento é que faz que atualmente, em algumas áreas da América Latina, esses elementos distanciados, no tempo e no espaço sociais, dos dominantes, se apresentem, à medida que se vêm impondo como elementos empenhados em sua ascensão socioeconômica nas sociedades nacionais a que vinham pertencendo como elementos mais passivos do que ativos, sob o aspecto de forças renovadoras das mesmas sociedades e das culturas que as caracterizam. Essa renovação começa a processar-se de maneira um tanto semelhante à realizada pelos imigrantes não-latinos, vindos da Europa e do Japão, para sociedades neo-latinas, no meio das quais chegaram a agir, em alguns casos, revolucionariamente.

Revolucionariamente — sem que revolução, no caso, implique em revoluções sangrentas — podem agir proletários e camponeses nas modernas sociedades latino-americanas, ao se tornarem, como começam a tornar-se em algumas áreas e como já se tornaram noutras, elementos vivos e ativos das populações nacionais a que vinham pertencendo quase exóticamente. Sua ascensão sócioeconômica pode resultar no revigoramento, dentro das mesmas sociedades e sem que com isto elas percam o essencial da sua relativa latinidade, de traços de cultura de origem principalmente ameríndia ou africana, ao mesmo tempo que numa maior presença, em posições de comando político, econômico, religioso, cultural, de indivíduos étnicamente daquelas procedências: ameríndia, africana, mestiço com a predominância desses dois sangues não-europeus. É um processo de valorização desses elementos ao lado do de valorização, tão característico da segunda metade do século XIX e dos primeiros decênios do XX, de elementos — sob a forma de imigran-

tes — não-ibéricos, nas populações e nas culturas latino-americanas, uns, latinos, como os italianos e os franceses, outros não-latinos como alemães, poloneses, japoneses. Esses imigrantes — alemães, poloneses, japoneses — pareceram a alguns observadores que comprometeriam de modo grave a latinidade das culturas latino-americanas de que se tornaram renovadores ou modificadores. Mas tal não aconteceu nem vem acontecendo. A presença e a atuação de tais imigrantes — muitos deles, originários de populações agrárias e conservadoras na Europa porém, uma vez na América, e em face da inércia, da subnutrição e da miséria da parte considerável das populações agrárias da América Latina, aqui transformados em elementos renovadores, dinâmicos, progressivos — vêm beneficiando as populações e as culturas latino-americanas, em geral, que as comprometendo. O perigo estaria nesses imigrantes fazerem as populações já telúricas se desviarem quase de todo de normas já estabelecidas e de constantes já formadas para a sua existência: normas e constantes, várias delas, vantajosas para a consolidação de populações latino-americanas em sociedades estáveis; e capazes, sob estímulos adequados ao seu desenvolvimento, de se tornarem senão sempre modernas — como nas áreas metropolitanas de Buenos Aires, da Cidade do México, de São Paulo e no Uruguai quase inteiro — quase modernas, como em várias áreas mexicanas, argentinas, chilenas, brasileiras, colombianas, venezuelanas, etc., sem perda das suas tradições de valor social para a sua estabilização em grupos nacionais.

A América Latina tem conhecido de modo às vezes dramático os conflitos, experimentados por populações de outras partes do mundo, entre tradição e modernização. Dêsses conflitos alguns têm resultado da presença de elementos neo-europeus ou da intrusão de técnicas violentamente novas, em meios latino-americanos apegados quase religiosamente a tradições de vida e de cultura vindas da época colonial e conservadas em estado de quase pureza. São grupos, os conservados nesses estados de pureza cultural e até certo ponto étnica, que se têm revelado, e se revelam atualmente, capazes, por sua vez de, sob circunstâncias favoráveis à sua erupção, revigorarem, insurgindo-se contra elementos, técnica e até socialmente modernizados, das populações nacionais ou regionais a que pertencem, traços es-

senciais à sua latinidade e à sua independência em face de influências imperiais e desnacionalizantes. É o que pode estar representando o começo de ascensão sócioeconômica de elementos camponeses, componentes de certas populações regionais da América Latina, e que, socialmente arcaicos durante anos, com relação a outros elementos das mesmas populações, mostram-se capazes de influir sobre eles obrigando-os a renovações quase revolucionárias de sua estrutura social, da sua organização econômica e dos próprios temas da sua literatura, da sua arte, da sua filosofia social e das suas ciências do Homem.

Sem a ascensão sócioeconômica que se vem verificando, nos últimos decênios, em certos países da América Latina, de elementos proletários e de elementos camponeses, envolvendo a ascensão de filhos de imigrantes europeus e japoneses, por um lado, e por outro, a de descendentes de ameríndios e de negros, não se estariam renovando, como estão se renovando, nesses países, a literatura, a arte, a filosofia social, as ciências do Homem, pela importância atribuída agora a temas e a figuras outrora conservados quase sempre na sombra. Entre esses temas, as reivindicações sociais; entre essas figuras, a do ameríndio, a do negro, a do mestiço, a do filho de imigrante, que vêm começando a ser nos últimos decênios, reinterpretadas sob um critério crescentemente valorizador do que representam para os todos nacionais ou regionais a que vinham pertencendo, quase sempre antes marginal que efetivamente. Na literatura brasileira dêstes últimos decênios, por exemplo, avultam, como figuras por assim dizer heróicas, o Antônio Conselheiro retratado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*; o *Negrinho do Pastoreio*, do conto de Simões Lopes Neto; o *Gaetaninho*, (filho de imigrante italiano pobre), de Antônio de Alcântara Machado; o *Moleque Ricardo*; de José Lins do Rêgo; o *Cristo prêto* do *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna; a *Gabriela*, do recente romance de Jorge Amado.

O México não se está impondo, como cultura latino-americana, à atenção mundial, por outro meio, senão este: a valorização das suas populações e das sobrevivências de suas culturas ameríndias, dentro do que já é, entretanto, uma cultura mexicana que de modo algum se limita a ser americana no

sentido de indígena da América: é caracteristicamente latina nas formas gerais — no sentido sociológico de formas — que lhe permitem valorizar substância e formas particulares ameríndias. Daí a arte de Rivera e de Orozco e a moderna arquitetura mexicana combinarem expressivamente formas e substâncias assim compreendidas: combinação também característica da música de Chavez e, no Brasil, da de Villa-Lobos; e remotamente, no Peru, da pintura cusquenha: tão latina e tão americana nas suas expressões mais felizes. É o que indica, do ponto de vista antropológico o estudo do Dr. Alfonso Caso que este número de *Diogène* publica.

Ezequiel Martinez Estrada, no seu arguto “Cepa de la literatura rioplatense”, também publicado neste número, salienta como toda uma série de exóticos ilustres — Alberdi, Echevenia, Sarmiento, entre outros: alguns lembrados por Martinez Estrada, outros recordados por Juan Agustin Garcia — abrilhantam o passado das letras argentinas sem terem sido intérpretes de quanto, sendo gaúcho ou ameríndio ou negro nas raízes de qualquer cultura latino-americana, constitui condição absoluta de autenticidade para essas culturas. *Martin Ferro* foi como se afirmou obra autêntica: indo àquelas raízes. E o mesmo é certo de obras latino-americanas de pintura mais ou menos recente como, no Uruguai, e do um tanto esquecido Figori e, atualmente, no Brasil a de um Lula Cardoso Ayres e a de um Francisco Brennand.

O que nos leva ao problema de “caracterização daquelas expressões plásticas” versado noutro dos ensaios que constituem este número latino-americano de *Diogène*, por Damian Carlos Bayon; e para quem “entre la concepcion de la forma que aportaban los conquistadores y la de los indigenas no habia, fundamentalmente, incompatibilidad”. Por conseguinte: no importantíssimo plano da plástica os valores importados pelos conquistadores latinos — no caso, ibéricos — não teriam encontrado hostilidade radical da parte dos valores ameríndios. Isto porque diferiam aquêles valores importados da Europa ibérica por espanhóis e portugueses — valores simbólicos e irracionais — dos valores racionais de outros latinos, como os franceses e os italianos, neste particular herdeiros mais diretos da tradição greco-romana; e quanto a va-

lores racionais, em geral — acrescente-se a Bayon — mais próximos os franceses, que os espanhóis e os portugueses, daqueles norte-europeus que viriam tomar contacto com populações e culturas não-europeias, já tocados pela Revolução Industrial, pelo começo da ascensão da Burguesia e pela valorização — tão rápida entre norte-europeus, desde aquela Revolução e da que quase a acompanhou: a Religiosa, chamada de ordinário Reforma — da cultura bíblica isto é, a instrução através da leitura e do livro — e do tempo cronométrico, econômico, comercial: o que se identificava com o dinheiro. O do *Time* is *Money*.

Uma arquitetura, como a trazida para a América por espanhóis e portugueses, antes irracional que racional e, dentro desse sentido geral de arte, grandemente valorizadora de símbolos acessíveis a analfabetos tanto quanto a letrados, era natural que sugestionasse o que havia, com relação à arte de construir, ao mesmo tempo de estético e de místico, entre ameríndios e entre negros: os negros desde o século XVI importados da África para as áreas a princípio mais progressivas da América Latina: as mineiras e as agrárias. Não deixa de ser significativo o fato, salientado por Bayon no seu ensaio, de metade dos arquitetos na América Latina terem sido, nos dias em que aqui se construíram tantas igrejas, conventos, palácios, indígenas e mestiços. Como Logarda e Caspicara, no Equador do século XVIII. Como o Aleijadinho, no Brasil. Isto sem nos referirmos à arquitetura cusquenha. Arquiteturas, todas essas de arrojados extra-europeus. Tropicais, até. Mas sem que lhes tenha faltado a nota de autodomínio — *al limite de tension*, como diz Bayon — que se vem exprimindo também num uso talvez volutuoso, mas discreto, da côr, que parece caracterizar os bons artistas plásticos latino-americanos, tornando injusta a acusação que se pretenda fazer deles de tropicais no sentido de sempre derramados ou exuberantes.

Também as expressões musicais, coreográficas e lúdicas da cultura latino-americana — ou das culturas latino-americanas — podem nos auxiliar na caracterização do que, nessas culturas possa ser considerado *ethos* supranacional ou estilo latino-americano — e não brasileiro ou paraguaio ou mexicano ou dominicano ou haitiano ou

boliviano — de cultura. É para lamentar que o assunto não tenha sido ainda versado, de modo sistemático, por antropólogos ou sociólogos da cultura constituídos em *equipe* — pois só uma *equipe* poderia dominar matéria tão dispersa — e que se empenhassem em tarefa de proporções continentais, seguindo ou desenvolvendo métodos já inaugurados por Kroeber.

Como é para lamentar que do mesmo ponto de vista e segundo o mesmo critério e os mesmos métodos — ou métodos semelhantes — não tenham sido analisadas e interpretadas as várias expressões culinárias de cultura — ou de culturas — latino-americanas. Parece caracterizá-las alguma coisa de já inconfundivelmente supranacional: de latino-americano. Há um parentesco entre certos quitutes mexicanos e paraguaios, brasileiros e cubanos como há um parentesco de danças e de músicas brasileiras com danças e músicas venezuelanas, haitianas, pôrto-riquenhas. São parentescos, êsses, que parecem resultar de interpenetrações entre valores latinos e americanos, entre valores eruditos e primitivos, entre valores Católicos e animistas, entre valores europeus e ameríndios ou afro-ameríndios, que se têm processado nessas áreas da América Latina de modo semelhante: dentro de um estilo de convivência humana e de um sentido psicossocial de tempo que se desenvolveram latinamente nessas áreas americanas em contraste com um estilo de convivência e com um sentido de tempo que deram outros aspectos às relações de europeus com não-europeus, de civilizados com primitivos, de cristãos com pagãos, na América ocupada por anglo-saxões, na sua maioria, burgueses ainda inseguros do seu *status* sócioeconômico e Protestantes, nem sempre de todo seguros da sua ortodoxia religiosa; uma ortodoxia antes hebraica (etnocêntrica) que cristã (cristocêntrica). Mais sociologicamente cristocêntrica que etnocêntrica. É que não se consideraram os hispanos, na América, povo escolhido ou raça superior, do mesmo modo rígido, sistemático, hebraico até — segundo o Velho Testamento — que os anglo-saxões; e sim portadores e transmissores de uma civilização latina, representada principalmente pelo Catolicismo romano — ou latino — interpretado pelos hispanos à sua maneira: mais dramaticamente pelos espanhóis, mais liricamente, pelos portugueses. Mas numa como noutra interpretação, um Catolicismo latino que, nas suas expressões populares, festivas,

folclóricas, seria transmitido pelos hispanos a ameríndios e a negros, no continente americano, através mais de símbolos que de livros; e através, também, de comemorações, em numerosos dias santos, nos quais não só se admitia como tempo santo o tempo-lazer como se consagrava ou se considerava êsse tempo, superior ao tempo-trabalho: o único admitido como válido, santo, agradável a Deus, pelos anglo-saxões Protestantes, colonizadores de terras americanas e dominadores nessas terras, de Peles-Vermelhas e, em algumas, também de negros importados da África para plantações. Daí parece ter resultado diferença nada insignificante de atitude e de comportamento entre latino-americanos e anglo-americanos: diferença que tendo, durante séculos, tornado os primeiros, arcaicos em relação com os segundos, hoje tende a situá-los em posição de mestres em potencial de anglo-saxões exageradamente ativistas, de artes de encher festiva, folclórica e esteticamente o tempo livre: êste tempo livre que a automação, desprestigiando a ética calvinista glorificadora apenas do tempo-trabalho e favorecendo a ética hispano-Católica, consagradora do tempo litúrgico, festivo, lúdico, vai tornando, para as populações dos países superindustrializados, muito mais vasto que o tempo necessário a atividades econômicas associadas a ideais de progresso e a programas de desenvolvimento e de bem-estar material. Estamos, neste particular, diante de um paradoxo que é o da América Latina tornar-se de repente, sob certos aspectos, pós-moderna e a América de língua inglesa, arcaica em suas atitudes e em seus hábitos, criados por três séculos de progresso à base de um sentido apenas econômico de tempo: o de tempo-dinheiro.

Noutro particular é possível que a América Latina venha a ser considerada antes pós-moderna que arcaica em suas atitudes e em seu comportamento: com relação à atual valorização que se processa, em algumas áreas, de atitudes tradicionalistas e de valores tradicionais, corrigindo-se assim excessos modernistas da parte de alguns povos modernos ou os excessivos desejos de modernização, com sacrifício de tudo o mais, da parte de algumas populações das chamadas subdesenvolvidas. É que, devido, em parte, ao seu Catolicismo latino, valorizador de tradições e de ritos seculares e construtor de igrejas e inspirador de artes sacras capazes de resistir longamente

ao tempo, fazendo-se compreender e admirar, pela sua simbologia, tanto por letrados como por analfabetos, o latino-americano é de ordinário inclinado ao apêgo a tradições tanto eruditas como populares. Precisamente as tradições que os próprios Comunistas mais esclarecidos de hoje, corrigindo o modernismo, o anti-tradicionalismo e anti-saudosismo absolutos dos seus antecessores, procuram animar entre as populações não só dos países chamados subdesenvolvidos como das terras orientais, como o Japão, para que o desenvolvimento de cada um dêles se processe, não conforme rígidos modelos ocidentais, mas em harmonia com aquelas tradições regionais de cada um que possam ser consideradas o que em francês se chama "valables" e em inglês se tem denominado "usable": "usable past". Nunca esteve mais atual do que agora, no Oriente e na própria Europa, na África e nos Estados Unidos, êsse sentido como que pragmático de tradição, há tanto tempo um sentido caracteristicamente latino-americano: característico de muitas das artes, das criações, das combinações de valores tradicionais com novos e modernos, que podem ser consideradas artes, criações e combinações mais expressivas das culturas latino-americanas: desde a pintura cusquenha à música de Villa-Lobos; desde a de consagração científica, empreendida por hispanos no México, no Peru e noutras partes da América Latina, de plantas tradicionalmente empregadas por ameríndios para fins terapêuticos ou profiláticos, aos painéis do mexicano Diego Rivera ou às cerâmicas do brasileiro Francisco Brennand em que as constantes de arte popular se juntam arrojos experimentais.

É claro que as tradições para serem utilizáveis precisam de ser escolhidas e até alteradas por aqueles que, vivendo a vida como contemporâneos e não como arcaicos, se sentem atraídos por elas, tradições, não por um apêgo fetichista aos seus encantos mas por um amor discriminador aos valores que elas contêm, junto com arcaísmos desprezíveis. É o que vêm fazendo numerosos latino-americanos com tradições como a do chimarrão, de que a tradição pura era que êsse americaníssimo chá fôsse pouco higiênicamente saboreado da mesma vasilha por várias bocas; como a da *siesta*, que, dentro de justos limites, pode ser um hábito higiênico nos países tropicais da América Latina, em vez de uma prática associada à pura indolência ou ao ócio vicioso;

como a de janelas ao velho modo hispano-árabe, em xadrez, em vez de guarnecidas, ao modo inglês, de vidros, em casas de residência. Isto para destacarmos apenas três exemplos dos vários que poderiam ser citados no sentido de que, para muitos latino-americanos de hoje, o desenvolvimento da sua civilização semi-européia, semi-nãoeuropéia, não perde em ser condicionada por tradições nas quais se reflete o caráter misto da mesma civilização. Daí renovadores, dentre os mais arrojados, dos hábitos de vestir, nos países tropicais da América Latina, não hesitarem em recomendar a valorização, neste particular, como no da arquitetura projetada para o futuro — pós-moderna, portanto — de tradições orientais e africanas: a própria substituição das calças de homem, sãbidamente anti-higiênicas para os climas quentes, por túnicas ou saiotas. Sugestões ainda chocantes, dadas as convenções de divisão sexual de trajo — as calças masculinas e as saias femininas — criadas pela civilização ocidental. Mas que, adotadas pioneiramente por grupos mais audazes das novas gerações latino-americanas, poderão resultar, sob o aspecto de trajos ao mesmo tempo tradicionais e ultramodernos, numa contribuição latino-americana para o bem-estar humano noutras regiões do mundo igualmente de clima tropical e igualmente vítima de convenções européias de trajo que se sobrepuseram a tradições orientais e africanas, no caso mais saudáveis, mais higiênicas, mais ecológicas e quase sempre mais estéticas, do que aquelas convenções européias. O mesmo se aplica, aliás, ao calçado. Aplica-se aos esportes e aos jogos. Aplica-se às recreações, em geral. São todos setores em que se poderá verificar, nos próximos decênios, uma latino-americanização de convenções européias. Essa latino-americanização à base de tradições orientais e africanas guardadas, numa como reserva cultural, ao lado de valores ameríndios, por vários grupos das populações latino-americanas desde os seus primeiros tempos como populações latino-americanas.

Pois desde os primeiros dias dessas populações, como populações latino-americanas, que, nas suas culturas, ao lado de valores europeus — aqueles impostos pelo imperialismo europeu, como valores civilizados, aos grupos não-europeus chamados a conviver com os europeus — vários daqueles outros valores, não-europeus, não aproveitados pelos dominadores eu-

ropeus e alguns até repelidos por êles, se vinham como que resguardando, à maneira de tradições secundárias, para, em alguma época futura, ressurgirem ao lado dos valores europeus, superando alguns — como os vêm superando — em qualidades ecológicas e em autenticidade americana e até em virtudes próximas das latinas e resistentes, mais que as apenas latinas, às anglo-saxônicas — as anglo-saxônicas por vêzes mais caracterizantes do que modernizantes de culturas não-européias. Isto é, vêm aquêles valores latino-americanos de origem mais ameríndia ou mais oriental ou mais africana do que européia, mostrando-se, mais que os vindos da Europa e conservados na América Latina em seu estado puro ou quase puro, capazes de corresponder a condições americanas, particularmente americano-tropicais de vida, logo que desassociados de sua condição, convencionalmente inferior, de valores plebeamente, rústicamente camponeses, proletários, alguns até escravocráticos, para se revalorizarem, com a valorização — fenômeno hoje tão latino-americano — de proletários, de camponeses, de descendentes de escravos: não só de suas etnias, já em parte reabilitadas, através da presença de sangue ameríndio e até de sangue africano em já antigas famílias de fidalgos latino-americanos, como de elementos de suas culturas ameríndias e africanas. Elementos, repita-se, vários dêles, demasiadamente associados ao que se considerava desprezível na condição de inferiores sócioeconômicos dos seus portadores: gente de origem principalmente ameríndia, oriental ou africana.

A correlação do fenômeno atual de ascensão sócioeconômica de camadas durante longo tempo — longo, saliente-se sempre, para a América Latina — “inferiores”, das populações latino-americanas importa com outro acontecimento de importância sociológica — na revalorização de elementos culturais associados a essas camadas de população e à sua condição sócioeconômica de “inferiores” é o ponto que mais desejamos fixar nestas páginas. Revalorização dentro da estrutura sociocultural latino-americana: uma estrutura bastante plástica ou flexível para permitir que se processe tal revolução sem que ela, estrutura, se deslatinize ou se desamericanize nos seus característicos essenciais. É que êsses característicos essenciais — admitidas tôdas as grandes imperfeições de ordem

ética que comprometem a sua classificação como sociologicamente cristocêntricos — são, e têm sido, antes sociologicamente cristocêntricos do que social e culturalmente etnocêntricos. Nisto parece estar sua diferença mais profunda de outras projeções européias — as anglo-saxônicas, a holandesa, a belga, até mesmo a francesa — em terras americanas e noutras terras. Tôdas essas foram antes etnocêntricas que cristocêntricas em seus aspectos socioculturais, embora tôdas dizendo-se civilizações cristãs e desenvolvendo atividades de catequese e de educação entre populações não-européias: inclusive — com exceção dos belgas — entre populações da América chamada Latina.

Pela diferença aqui assinalada é que se explica terem se desenvolvido entre as populações mistas da América Latina — mistas de europeus e de não-europeus — formas também mistas de cultura: inclusive, de cristianismo. Especialmente de arte cristã. Disto insistamos de que são exemplos as esculturas do Aleijadinho no Brasil, a pintura cusquenha no Peru e várias expressões de arte no México. Mas não são para ser desprezados exemplos de simbioses — ou de interpenetrações — noutras esferas, várias das quais foram interpenetrações tomadas possíveis por um cristianismo que, em vez de ter se fechado sempre, e de todo, a valores não-europeus, abriu-se em não poucos casos a êsses valores. Inclusive valores médicos, terapêuticos, higiênicos.

Devido, até certo ponto, a essas interpenetrações é que o conjunto latino-americano de populações e de culturas, marcado por uma unidade, nem sempre ostensiva, que coexiste com uma variedade quase sempre mais notável que essa unidade, por ser mais pitoresca do que ela, apresenta-se tão diferente daqueles outros conjuntos de populações e de culturas afins, do Oriente e da África, onde a presença imperial européia de modo algum conseguiu dotar suas populações e culturas de um mínimo igualmente dinâmico de valores sociologicamente cristãos, além de técnicas européias, que, desenvolvidas, à sua maneira, por gentes, em parte mestiças, em parte européias ou, em parte européias, em parte ameríndias ou africanas, porém sensíveis a situações de vida e de convivência grandemente distintas, mesmo na Argentina, no Chile e no

Uruguai, das européias, resultaram em novos tipos de relações entre grupos humanos e em atitudes do Homem para com a Natureza, para com o Espaço e para o Tempo que já podem ser consideradas atitudes especificamente latino-americanas. Isto por combinarem com a herança cultural ameríndia e de negros da África e a de latinos da Europa: uma latinidade que irradiou mais do cristianismo latino, (trazido à América por espanhóis — cujas primeiras atividades na América vêm sendo estudadas com tão sério saber pelo Professor Marcel Bataillon — portugueses e franceses, não só nas suas crenças como nos seus costumes, nas suas atitudes, nos seus ritos sociais desenvolvidos dos religiosos), do que de qualquer consciência mais forte, da parte desses europeus, de pertencerem a uma raça que pudesse ser classificada de raça latina.

Não parece provável que a definição sociológica da América Latina venha a fazer-se, no futuro, em termos étnicos: termos étnicos que até hoje não têm preponderado nela sobre os culturais. Nem que esses termos sejam os latinos, da Europa, nem os ameríndios, da América. Sua latinidade e sua americanidade tendem a definir-se, cada vez mais, em termos ao mesmo tempo culturais e ecológicos, nisto estando um dos pontos de contraste do seu desenvolvimento com o da América de formação anglo-saxônica. Essa definição de latinidade ao mesmo tempo que de americanidade, por parte da América Latina, tudo indica que compreende todo o conjunto de suas expressões de *ethos* e de cultura, de sentido sociológico: seu comportamento político; sua atividade econômica, seus estilos de convivência social tanto quanto suas manifestações de literatura, de arte, de filosofia e de ciência do Homem, à base de quanto há já de específico em sua experiência.

Creio falar por todos quantos, europeus e americanos, colaboram neste número especial de *Diogenes*, dizendo que para nenhum de nós a chave de interpretação do *ethos* e da cultura latino-americana está num latinismo (europeu) rigidamente puro ou num indigenismo (americano) igualmente puro. Nenhum dos dois, em termos assim absolutos, definiria jamais o passado, o desenvolvimento ou o ideal latino-americano. Para serem compreendidos em seus significados mais característicos, esse passado, esse desenvolvimento e esse ideal precisam de ser conside-

rados — repita-se — nos conjuntos de suas interpenetrações, embora devam ser admitidas ilhas sociológicas de exceção: umas européias, outras indígenas e até negras. Ilhas sociológicas em relação com o conjunto continental que deva ser caracterizado como latino-americano.

RUI BARBOSA, UM HOMEM

LUIZ DELGADO

Sabíamos nós todos, sabia o Brasil inteiro, desde o comêço, desde sempre, que Rui Barbosa não foi nenhum deus desgarrado neste nosso planeta onde os mais sábios não se livram do êrro e os mais santos não se isentam do pecado. Afinal, quem não sabe que conspiram contra a ação de qualquer homem circunstâncias exteriores e interiores, em face das quais, muitas vêzes, a inteligência se perturba e a vontade se dobra? Acontece isso com o cientista fechado no seu laboratório, com o monge recolhido em sua cela. Com quanto maior razão acontecerá com o estadista, com o político, envolvido por natureza da vocação nas vastas e fortes paixões coletivas que vive ora a estimular para o que julga ser o bem, ora a aplacar à vista do que supõe ser o mal?

Por isso mesmo, independente de qualquer indagação biográfica, ninguém supôs, até hoje, que Rui tivesse vencido êsses limites de nossa condição humana.

Antes de tudo, não poderia êle situar-se no centro, no foco de tantos movimentos sociais e políticos do seu tempo, se fôsse um apagado, um amorfo. Para lutar, como lutou, em tantas e tão duras batalhas, desde a mocidade à velhice, impunha-se que o seu temperamento fôsse vivo e aceso, que chispasse como um nobre granito, ao ser tocado. E nenhum grande combativo escapou jamais aos riscos de um gênio assim.

Demais, por sua feição intelectual congênita, pela educação recebida e pelo fato de ter feito da oratória o seu instrumento de atuação pública, — seu estilo teria de ser grandioso, orquestral. Um verbo frouxo ou terno não atigaria campanhas como as da república ou do civilismo. Ponde em eventuais fulgurações de eloquência comicial aqueles calores do temperamento, e compreenderéis que um homem se exceda, aqui e ali, quando pugna pelos interêsses gerais e pelos dex

tinios — ou mesmo pelo que apenas imagina serem os interesses e os destinos de sua comunidade.

Os autênticos estudiosos da vida e do pensamento de Rui Barbosa — um João Mangabeira, um Luiz Viana Filho, um Américo Lacombe, jamais perderam de vista essa realidade e, em função dela, dentro de suas perspectivas, puderam escrever trabalhos tão lúcidos quanto exatos. Agora, porém, anunciando que vai fazer “uma revisão histórica e política”, levanta-se um escritor, o Sr. Raimundo Magalhães Júnior, e faz circular um volume cujos vinte capítulos são como vinte descidas de um pirata nas costas desprevenidas de um grande país, ferindo e depredando, sem plano de guerra ou intuito de ocupação: somente pelo gosto de arrazar, levando talvez algum despôjo.

Quem deduzir, do título do volume, que o autor pretendeu destruir um mito e revelar um homem, cedo verá que se enganou. O que resultaria das exegeses do Snr. Magalhães Júnior, a serem elas probas e concludentes, não seria um homem: seria um trapo. Ao conceito comum de homem estão ligadas certas qualidades que se ajustam à própria estrutura do sêr. Não mereceria tal designativo um indivíduo que, chegando, ou não, às alturas de Rui, tivesse dentro de si apenas aquela versatibilidade, aquelas ambições, aquelas invejas, aqueles ressentimentos, aquela “elasticidade de critérios morais” (pág. 175). Seria, quando muito, um vilão. E quando o autor ainda se põe a chamá-lo, numa página ou noutra, de “grande homem”, abrem-se aos olhos do leitor três hipóteses: ou é ironia, ou é falta de lógica em concluir, ou é aplicação de uma doutrina bem lastimável sobre o que seja grandeza humana...

Ainda bem que é a si mesmo, só a si mesmo, que o veemente acusador destroi, com a exibição de uma fúria doentia que não examina os argumentos de que se vale e acaba induzindo a desfavoráveis idéias sobre sua própria inteligência.

Pois, não é impunemente que alguém se ergue diante de um vulto com o valor de Rui Barbosa para gritar que êle não tem valor algum. Para não lhe descobrir uma virtude. Para transformar em motivo ou pretexto de agravo tudo quanto tem de dizer a seu respeito.

Ninguém ignora — por exemplo — mesmo sem ler o livro, simplesmente através da publicidade em tôrno dêle, como o

Snr. Magalhães Júnior pretende alargar e agravar as famosas “contradições de Rui”. Ao ver do autor, seria, mesmo, essa, uma das características do eminente brasileiro — a de contradizer-se a cada passo. “Contraditório, como sempre” — resume, à pág. 132. Mas, há um momento em que é levado a referir-se ao episódio em que Rui, convidado a ser ministro no gabinete de Ouro Preto, culminância de carreira dentro do seu partido, recusa o convite por não se ter incluído no programa do governo a federalização das províncias por êle advogada. Aqui, não é possível acusar de incoerente. Deixará, porém, o Snr. Magalhães Júnior, de acusá-lo? Não. Acusa-o de fanático... Lá está, na página 106: “abraçou a idéia da federação com um ardor tão fanático que, a 6 de junho, recusou uma pasta ministerial oferecida por Ouro Preto com assentimento do imperador”. Quando não é contraditório, é fanático — contanto que não esteja certo nunca, no julgamento do verrinário. Cabe, então, perguntar que espécie ou que grau de inteligência incorpora o Snr. Magalhães Júnior ao seu intuito sistemático, cego, irracional, de acabar com o renome do grande brasileiro.

Político de idéias estreitas e de atitudes versáteis, Rui Barbosa, porém, na opinião do Snr. Magalhães Júnior, é, antes de mais nada, um indivíduo sem moral e sem escrúpulos.

Por incrível que pareça, é nisso que se resume o libelo, êsse é o seu ítem fundamental. A técnica, o mecanismo das acusações forjadas consiste sempre em descobrir ou insinuar deslises de ordem ética através de toda a atividade de Rui — como advogado, como jornalista, como administrador, como homem público e até como indivíduo privado. Por isso mesmo, o moderado Snr. Américo Jacobine Lacombe não se conteve e falou abertamente em fraude.

Logo na página 1, transportando-se para a página 2, deparamos o texto da primeira de tais investidas: Rui aparece retratado como um “jovem maçon” cujo “anti-clericalismo era o mais violento e radical. Na idade madura, tal radicalismo permaneceria o mesmo. Começa a atenuar-se, porém, depois dos 40 anos, quando as ambições políticas o dominam e a Presidência da República passa a ser, para êle, uma idéia fixa”.

Eis, aí, a mudança de atitude religiosa atribuída a mero cálculo eleitoral, a hipocrisia, a falsidade. Que fundamento,

porém, oferece o acusador para semelhante acusação? Nenhum, positivamente nenhum, nem o mais leve, nem o mais frágil. Será, isso, revisão da história? Será demonstração de agudeza e de probidade intelectuais?

Na verdade, o ímpeto anti-clerical de Rui na época em que traduziu e prefaciou *O Papa e o Concílio*, é espantoso. Mas, mudaram as influências do meio, amadureceu a consciência do homem. Cerca de vinte anos depois, no alvorecer da República, institui, com o apoio de D. Macedo Costa, um regime legal que foi benéfico para a igreja na medida em que, simplesmente, foi equitativo e moderado. Alguns doze anos somam-se a êsses vinte, e a oração do Colégio Anchieta é a voz de um sentimento diverso, de uma convicção religiosa que irá crescendo e terminará nos ouvidos de um frade franciscano em Petrópolis, perto de morrer. Será, êsse, o primeiro espírito que faz semelhante viagem? Terá a Igreja de Cristo em sua secular trajetória desempenhado papel mais constante e mais generoso do que êsse, de recolher os corações convertidos de seus antigos adversários? Se a conversão não é coisa rara e se nenhuma palavra ou gesto de Rui Barbosa faz suspeitar de sua evolução íntima, — como ousa, êsse libelista, lançar tão grave inculpação?

Isso é o que se vê na primeira página. E daí até a última, será sempre o mesmo o modo de proceder dêsse pseudo-retificador da história.

Encontra-se Rui Barbosa no exílio, em Londres. Convidado a escrever para um diário brasileiro, redige artigos que serão as *Cartas de Inglaterra* que Raimundo Magalhães censura por não tratarem da Inglaterra, numa pobre demonstração de espírito (pág. 110). Num dêles, defende a idéia de protegermos nossas costas atlânticas com uma forte esquadra. Sem responder aos argumentos de Rui mas ceifando largamente na lavoura alheia, o censor enche suas páginas (210 a 218) com transcrições de trechos dessa *Carta*, intercalando-os de tendenciosos e débeis comentários próprios, ao têrmo dos quais chama a atenção do leitor para a quantidade dos livros citados. Pois, sabeis o que insinua? Escutai-o: “para reunir tôda essa vasta bibliografia sòzinho, lê-la, anotá-la, buscar as passagens convenientes aos seus pontos de vista, mesmo um

leitor infatigável, como Rui, consumiria não dias, mas semanas, talvez vários meses. Valeria a pena desenvolver tal esforço para escrever quatro artigos de jornais? Tais artigos, aliás, Rui os escreveria sem esperar ou pleitear remuneração. Tanto mais onerosas seriam em tal caso as despesas com a livralhada reunida para fim tão limitado. Parece, pois, tratar-se, como já notamos, de bibliografia preparada com requintes técnicos por pessoas altamente especializadas em fornecer argumentos para a compra de navios de guerra” (pág. 219).

Forja Magalhães, como se vê, a miséria de fazer de Rui um agente ou testa de ferro de vendedores de armas!

Um homem que tenha o senso da dignidade própria e da alheia, não articula uma hipótese dessas: ou acusa cabalmente se tem provas e indícios, ou não a inclui em suas cogitações. Um patriota sensível à dignidade do seu país e do seu povo, não se abalança a ultrajar assim qualquer dos vultos em que a nacionalidade se reconhece — um Rui, um Rio Branco, um Caxias, um Nabuco.

E êsse mesmo atassalhador transcreve uma carta de Rui a Afonso Pena, em que o signatário aponta como êrro ter-se feito a encomenda a um só estaleiro, retardando-se a chegada dos navios. De quantas firmas seria Rui, nesse caso, o caixeiro?

O máximo que uns restos de escrúpulos arrancam a essa pena tão ferina à honra alheia, é um talvez... Vou citar: “Rui entrou de corpo e alma em tal campanha” (a de reconstrução de nossa marinha de guerra. “Ainda que levado, talvez, por desinteressado e ingênuo sentimento de adesão, fê-lo com um entusiasmo de que hoje só seria capaz um bom *public relations*”. Está escrito na página 210. E essas palavras abrem janelas sôbre um abismo: para o Snr. Raimundo Magalhães Júnior, todo entusiasmo é, hoje, artifício, propaganda, negócio... Que diremos, então, dêsse seu entusiasmo em denegrir as altas figuras do passado da Pátria?

Como se vê, o livro do Snr. Magalhães Júnior não é o esforço de desfazer um mito e revelar um homem. Muito menos que isso, muito pior do que isso, é um empenho normalmente inexplicável de rebaixar, de aviltar um grande homem, diante de cuja grandeza e pela evidência com que ela se impõe, a tentativa seria apenas mesquinha e fútil, se não viesse dar-lhe

uma melancólica e negativa importância essa persistente má-fé na proclamação de falhas morais que o mais rigoroso dos juizes não identificaria nunca. Renova-se e insiste essa má-fé, a propósito do encilhamento.

Em suas linhas mais sumárias, o complexo episódio que passou à história com essa designação, enquadra-se na política de arrancar o país de uma crise econômica que era aspecto de uma estagnação geral e se agravava com a libertação dos escravos. O ministério Ouro Preto, último da monarquia, organizado depois do 13 de maio, iniciou uma série de medidas destinadas a promover o desenvolvimento — como se diria hoje. Eram medidas inspiradas pelo espírito de uma época em que — ao contrário de hoje — o governo não fazia diretamente serviços industriais: limitava-se a conceder isenções, garantir juros, dar prêmios e privilégios, etc., tudo com o objetivo — repita-se — de animar a produção de bens, a circulação de riquezas, a utilização das terras.

Feito ministro da Fazenda pelo advento da República, Rui Barbosa encontrou criada semelhante situação e reforçou-a, embora tivesse combatido, antes, algumas decisões particulares tomadas nessa linha. A mudança das instituições políticas não somente combinava com essa renovação de hábitos como também — quem sabe? — iria beneficiar-se dessa animação econômica, dessa difusão de espírito empreendedor.

Ocorre, no entanto, que os homens se afervoram e se atropelam quando se lhes oferece uma possibilidade de lucro material. Grandes obras de indiscutível alcance como Panamá, ficarão por isso mesmo, na história, sinônimos de enormes escândalos. A análise de todos os sucessos dêsse tipo revelaria uma inextrincável mistura de generosos idealismos, de ingênuas ambições e de fantásticas rapinas; e bem se pode dizer que tanto mais amplas são estas, a ponto de serem absurdas, quanto mais retos são aqueles. Foi isso, então, o que se repetiu no Brasil, de 1890 a 1892, inventando-se firmas sem futuro e projetos sem base, para se obter privilégios oficiais e se reunir dinheiro do povo. Quando a especulação se foi fazendo alarmante e a inviabilidade de muitas empresas se tornando patente, pôs-se o governo a tomar providências restritivas que apressaram o alar-

ma, a derrocada, a quebra. À febre do enriquecimento, sucederam assim o desespero e o pânico.

Eis aí o apelidado encilhamento. É um fato histórico. E a responsabilidade dêle não cabe exclusivamente a Rui Barbosa mas é claro que dela não pode êle ser excluído.

Convém ponderar, no entanto, que em todo plano financeiro é inevitável certa margem de riscos, certa soma de imprevisíveis. Depois de encerrado o episódio, já se sabendo como certos efeitos decorreram de certas causas e que causas foram essas, reveladas, aliás, tornadas ostensivas, pelo próprio efeitos registrados, — fica muito fácil profetizar e criticar. Uma tarefa é a do teórico que tranquilamente examina o que já aconteceu, e outra — muito diversa — a do administrador que não apenas examina mas enfrenta uma realidade viva, perturbada pelas ambições de uns e pelas oposições de outros, pelas verdades que êstes julgam ver e pelas mentiras que aqueles querem impingir. Ser-nos-á fácil, nos dias de hoje, decidir o que será mais acertado fazer quanto ao café, quanto ao açúcar, quanto à pesca — quanto a quaisquer problemas da mais urgente atualidade econômica? É que, em tais casos, a ação contraditória dos interesses envolvidos é talvez mais forte do que nos outros, obstando uma visão clara dos problemas.

Mas, o desejo honesto e sério de entender e explicar fenômenos assim confusos e difíceis, não seria senão respeitável, quer inocentasse, quer criminasse, mesmo errando, os seus protagonistas. E não é isso o que faz o Snr. Raimundo Magalhães Júnior, a propósito de Rui, num capítulo cujo relêvo no corpo do volume demonstra-se por sua simples extensão: dilata-se por quarenta e quatro páginas, enquanto o que vem em segundo lugar nessa hierarquia do comprimento, não vai além de trinta.

Enfileirar nomes esquisitos de companhias ou enumerar vantagens oferecidas a concessionários, não adianta coisa alguma, pois o sistema era êsse mesmo, confessada e cabalmente: assim como agora se concedem favores a capitais que venham industrializar o nordeste, — buscava-se naquelas horas arrebatar o dinheiro nacional para investimentos. Não se tratava de favoritismo: tratava-se de doutrina. Os desvirtuamentos e abusos que houve à sombra disso, terão de ser documentados.

Ora, a tendenciosidade maldosa do Snr. Magalhães Júnior vai manifestar-se, aqui, em dois planos.

O menos importante é o de acusações feitas a Rui Barbosa por atitudes que, em outros personagens, deixam de ser censuráveis aos olhos de Raimundo.

Teve Rui Barbosa, por exemplo, de atenuar ou modificar certas medidas que tomara; assim, ora ampliou, ora restringiu o número de bancos particulares autorizados a emitir. Esclarece o escritor que agora o condena: as pressões sobre Rui se faziam cada vez mais fortes. Pinta-o, então, "indeciso quanto às próprias medidas, intimidado pelas vozes adversas da imprensa, acossado pelos engenheiros, empreiteiros de obras públicas, e até por seus colegas de ministério"... Seria errado que um administrador medisse as repercussões de seus atos, auscultasse a opinião? De qualquer forma, o crítico conclui: "as variações de Rui mostram-no às tontas, mudando de um polo a outro".

No entanto, Deodoro que assinara os decretos de Rui, que presidira o encilhamento, lança depois um manifesto prometendo "grandes modificações no sistema bancário afim de restabelecer a normalidade da circulação metálica" e falando contra "a anarquia financeira", o "jogo imoral das especulações". Muito mais do que Rui, passou, portanto, de um polo para o outro. Todavia, do tom do Snr. Magalhães Júnior não se pode deduzir senão louvor.

E ainda há mais: o sucessor de Rui no ministério da Fazenda, tendo tributado as transferências de ações e os dividendos, provoca "agitação na praça" e "volta atrás". *Volta atrás* é expressão de Raimundo. Mas, aqui, ele não diz que o ministro é indeciso e anda às tontas... Para ele, Rui, exclusivamente, é que é versátil, hesitante, não sabe o que faz.

Esse é, porém, o propósito do encilhamento, o aspecto menos grave das acusações atiradas contra Rui. O aspecto mais grave refere-se à sua conduta moral. O incrível fundibulário tenta descrevê-lo como aproveitador do encilhamento.

Quais serão os fatos, quais, as provas, de tão dura acusação? É que Rui foi escolhido presidente de uma companhia cujo pomposo nome anunciava amplos desígnios: Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato-Grosso. E era uma enti-

dade que obtivera concessões do governo. Mas, acontece que eram concessões não encaminhadas através da Fazenda que era a pasta de Rui, e, sim, através da pasta da Agricultura. Ainda assim, o manifesto de lançamento da sociedade foi publicado em 24 de fevereiro de 1891. isto é — diz o próprio acusador: "mês e meio depois de haver Rui saído do ministério". Então, para impressionar os leitores, diz o destruidor que "estranhamente disso não falam os biógrafos de Rui". Mas, por que não falam, ô Raimundo? Será que haja alguma coisa a esconder, como insinuas? Não. É simplesmente porque não tem o mínimo alcance: que alcance pode ter o fato de um homem que deixou um cargo público, assumir uma função numa empresa privada constituída nos termos das leis?

Procurando enegrecer o quadro, demora-se o escritor cearense a estabelecer que, em junho de 1891, quatro meses, portanto, depois da eleição, Rui escreveu uma carta demitindo-se da presidência da companhia, sob a alegação de que nenhuma utilidade tinha ali. Poderia ser uma frase formalística ou poderia ser o reflexo de algum incidente ignorado. Magalhães Júnior, no entanto, avança que Rui era um presidente apenas nominal: cederá seu nome "a uma empresa duvidosa na qual não tinha a menor intervenção, a não ser para assinar papeis que lhe apresentavam, já preparados" (pág. 81). Tôda essa dedução é tanto mais gratuita quanto, na mesma página, imediatamente a seguir, vem transcrita uma carta da direção pedindo a Rui que vá à Secretaria de Agricultura assinar o termo de uma transação realizada "em conferência a que V. Excia. assistiu, no Banco de Crédito Real do Brasil". Inculcado de nada fazer e apenas assinar papéis, Rui passa, agora, a réu de outro defeito: o de permanecer em exercício mas ser um presidente pouco zeloso...

Independente do seu título ilustre de membro da Academia Brasileira, com sua corrente habilidade de jornalista, o Snr. Magalhães Júnior tinha a obrigação intelectual de apreender a inconsistência dos parágrafos com que vai enchendo o seu volume. Mas, não: continua, e aborda outro episódio com igual levandade.

Em 1918, o governo federal decidiu incentivar a produção de soda cáustica e prometeu favores às três primeiras fá-

bricas que para isso se instalassem. Um cunhado de Rui resolveu fazê-lo e organizou uma sociedade da qual fez Rui presidente. Depois de ter assentido, Rui escreveu ao cunhado abstendo-se de assumir pois “a lei estende a incompatibilidade parlamentar não só aos casos de garantias de juro mas também aos de *outra subvenção*, fórmula na qual parecem compreendidos os empréstimos às companhias”. Veja-se bem a expressão que Rui emprega: *parecem compreendidos os empréstimos*. E convida o parente a vir conversar sobre o assunto.

Daqui parte o autor de *Rui, o homem e o mito* para suas cerebrinas ilações.

É que, um mês depois, Rui dirige-se formalmente à companhia, colocando a questão em termos claros: o governo promete *empréstimos* e a lei proíbe participação de parlamentares em entidade que receba *subvenção*; para ele, empréstimo e subvenção são coisas diversas, pois um se paga e o outro é liberalidade. Mas, como podem surgir interpretações diferentes, ele renuncia ao cargo se a empresa vier a ser contemplada na concorrência.

A qualquer exame, constata-se que é um simples desdobramento da primeira carta. O Snr. Raimundo Magalhães, porém, descobre aí contradição — mudança de opinião quanto à incompatibilidade reconhecida antes. “Reconhecida”, diz Raimundo; Rui escrevera “parecem”. . . E as escavações continuam: verifica-se, depois, uma reunião da diretoria sob a presidência de Rui e como na ata não há referência à renúncia, o investigador conclui que Rui dera o dito por não dito. No entanto, o próprio trecho da ata que o livro transcreve, demonstra que a sociedade ainda andava a requerer, a concorrência não fôra julgada, isto é: a condição que Rui apresentara — ser a empresa contemplada com o empréstimo oficial — não se havia verificado. Não cabia, portanto, a condicionada renúncia.

No final de tudo, o capital que se reuniu entre os sócios não deu para montar a fábrica, o governo que só daria o empréstimo com a fábrica funcionando, não adiantou um vintém, a história acabou-se. O cunhado de Rui geme: “perdemos o trabalho e o dinheiro”. O snr. R. Magalhães Junior é que ganhou mais um tema de acusação, inventando um dolo, um crime, um abuso — com o mesmo desembaraço, com que, tra-

duzindo uma peça teatral, suprimiu-lhe personagens sob a alegação de que não faziam falta ao enredo. . .

Todos os acontecimentos cívicos, administrativos ou mesmo, particulares registrados na existência de Rui Barbosa, são reduzidos assim, pelo Snr. Magalhães Júnior, sem a mínima justificação ou plausibilidade, a interesse pessoal ou intuito inconfessável: se muda de sentimento religioso, é porque procura votos; se propõe uma reforma constitucional, é porque deseja impedir que um adversário seja vice-presidente de República; se deixa de combater um governo para apoiar a outro — veja-se bem: não, ao mesmo; a outro — é porque anda à cata de vantagens. . . Essa é a bitola dos raciocínios e das intenções dêsse pretendido restaurador da verdade histórica.

Com efeito, sobe Rodrigues Alves à presidência da República, — o homem que convoca Pereira Passos e Rio Branco, que extingue a febre amarela, que fixa as fronteiras, que restaura o câmbio, que encaminha as obras públicas. Rui Barbosa que fizera oposição a Prudente de Moraes e a Campos Sales, dispõe-se a apoiar o novo governante. E Magalhães diagnostica, com a percuciência de sua má fé: “cansado de um longo ostracismo, Rui queria abrir caminho para si e para os seus”. . . “Das ruínas de um Rui romântico e rebelde, surgia de súbito um Rui prático e imediatista, disposto a acomodar-se, a transigir, a servir aos homens que tanto ou mais que Prudente de Moraes e Campos Sales tinham servido ao florianismo. Agora, buscaria sofregamente as vantagens que, na oposição, não estariam, de modo algum, ao seu alcance” (pág. 244).

É difícil recompor a mediocridade de semelhante argumento.

Afinal, a ligação ao florianismo, coisa do passado, coisa morta, é que seria o critério para julgar êsses governos atuais, presentes, vivos? Teria de ser nociva aos olhos de Rui a administração de Rodrigues Alves só porque ele havia subscrito — como recorda Magalhães — os decretos de Floriano? Teria Rui, porventura, feito de tal florianismo a base única ou, pelo menos, principal de sua divergência em face dos governos instaurados em 1894 e 1898? Quais, os fundamentos do Snr. Magalhães Júnior para impugnar o aplauso de Rui ao novo

O primeiro caso é o de um concunhado, alemão de nascimento, naturalizado brasileiro. Floriano nomeou-o auxiliar dos serviços de imigração; quando Rui rompeu com Floriano, o funcionário foi demitido e largado em Lisboa, sem dinheiro para voltar. Como se há de ver, Rui deveria ser responsabilizado não só pelas nomeações senão também pelas demissões dos seus familiares...

Segue-se um filho dêsse concunhado e, a seu respeito, o próprio Magalhães Júnior adianta que "redigia com segurança em inglês". Rui aproveita-o na delegação à Conferência de Haia. Deve ter sido mais de quinze anos depois da nomeação anteriormente referida. E será indigno colocar-se uma pessoa assim habilitada num cargo de confiança?

Ao longo de sua restante carreira, teve Rui nomeados ainda um cunhado — como inspetor fiscal no Ministério da Fazenda — e dois genros — um para curador de órfãos e outro para um cartório. Assinale-se que o acusador não especifica as interferências de Rui nesses casos. O emprêgo mais vantajoso terá sido o de curador de órfãos — mas, não foi dado a nenhum anônimo, a nenhum insignificante: o nomeado tinha sido anteriormente promotor público na capital paulista, disputara em concurso a Coelho Neto um lugar de professor, trabalhava agora no Ministério das Relações Exteriores onde era bem visto pelo chanceler Rio Branco. Tratava-se do escritor Batista Pereira.

Mas, não se contenta o Snr. Magalhães Júnior em fabricar motivos de acusação com êsse precário material. Como lhe é necessário agredir de qualquer jeito, como não tem razões valiosas, como não se apercebe de que está exibindo a própria acuidade de seus argumentos, — alarga o capítulo e relata que, chegando Hermes da Fonseca à presidência da República, tanto o cunhado quanto o genro de Rui foram demitidos. O pitoresco retificador da história nacional diz então que "Rui irritou-se terrivelmente, com as demissões, frutos, ambas, de sua irreverência, do desdém com que tratava o adversário". "Mesmo violento, ferino, implacável com os inimigos, julgava-se com direito a um tratamento de exceção" (pág. 395).

Dispensamo-nos de chamar a atenção para as atitudes mentais que tais palavras revelam: censurado pelas nomeações,

censurado por se ter ofendido, é Rui. O govêrno que fere um adversário político exonerando-lhe os parentes, é visto com outros olhos. Forçado a dizer que o ato das demissões foi "mesquinho", o Snr. Magalhães Júnior logo acrescenta que "tal degola se conciliava com o espírito da época na qual por sua vez se refletiam os vícios políticos herdados do tempo do Império" (pág. 395). Semelhante dualidade de critérios desmascara, desmoraliza o tribunal que êsse livro pretende ser.

E tanto mais escandalosa é a sentença quanto o fantasioso juiz, pretendendo mostrar como Rui se julgou ferido, incumbe-se de salientar que Rui levou para o Senado a discussão de uma das demissões — não a da outra. Agiu assim, — é o próprio Magalhães que o escreve: "a violência fôra a mesma e igual caráter de vingança revestia o ato governamental. Mas, não havia nessa demissão (a do cunhado) a menor sombra de ilegalidade — Carlos Viana Bandeira não tinha completado dez anos de serviço público" (pág. 397).

Qualquer leitor pára, relê e conclui: eis aí Rui Barbosa. Dois atos do govêrno ferem-no do mesmo modo, mas êle não responde do mesmo modo porque um ato feriu a lei, e o outro não. O leitor comum, dotado da simples inteligência comum, da simples honestidade comum, conclui assim porque a conclusão se impõe, e reverencia Rui — o reto, o nobre, o grande Rui. O Snr. Raimundo Magalhães Júnior, conclui de outra maneira e sai renovando, repisando, sublinhando, agravando as suas afrontas.

Pois, trata-se de afronta e de injúria — não de pesquisa ou de exegese. O que se pretendeu não foi destruir um mito: foi aviltar um caráter.

Há que distinguir entre a opinião crítica e a imaginação popular. A primeira em tempo algum transformou Rui em mito, mesmo quando o admira e exalta, quando lhe reconhece o incomparável mérito e a fecundíssima lição. Igualmente, não o fêz a segunda apesar dos entusiasmos próprios de sua natureza. Se o Brasil faz de Rui Barbosa não um mito, que é fábula e engôdo, mas um símbolo — que é realidade profunda e substancial — configurando nele muitos dos seus ideais, muito de sua concepção tanto de corajoso civismo quanto de simples e fundamental grandeza humana, — é que havia nêle, de fato,

alguma coisa de superior e de raro, alguma coisa que nos engrandecia e nobilitava.

Graças a Deus, resta ao Brasil, com a consciência, a capacidade de distinguir entre o sentido de uma ascensão e os tropeços de uma caminhada: ao têrmo da ação de Rui, como ao têrmo da ação de todos os grandes homens, fica um saldo, um enriquecimento, que largamente recobre o que houve de menor, de falho ou, mesmo, de errado, no que êles fizeram. Terão sido infalíveis e irrepreensíveis em todos os seus gestos, um Churchill, um Roosevelt? Até os sacrifícios as vêzes injustificados, que um Napoleão Bonaparte exigiu da França, podem ser pagos moralmente pelo sentimento de unidade e de glória, resultante dêles: a nação reconhece que saiu ganhando. É por cima dos episódios da marcha que se há de determinar o rumo da subida. Em sua espontânea sabedoria, dessa maneira identificam os povos os seus guias, os seus heróis — e debalde se insurgirão contra isso os mesquinhos, os incapazes, os estreitos de inteligência, os estéreis de alma. Ninguém fechará os olhos nem o coração do Brasil ao merecimento de Rui Barbosa.

TEILHARD DE CHARDIN: CIÊNCIA E PROFETISMO

Aluizio Bezerra Coutinho

A publicação dos escritos deixados por Pierre Teilhard de Chardin vem sendo feita de uma forma que é, senão desprovida de precedentes, pelo menos rara, pouco habitual: sob o patrocínio de uma comissão de homens de ciência formada pelo conjunto mais prestigioso que se poderia reunir dentre os que em todo o mundo se dedicam à paleontologia e às ciências do homem em geral. E não se diga que possa ter havido alguma tendenciosidade na sua composição. De forma alguma. A comissão patrocinadora encerra a maior variedade possível das tendências, opiniões e pendores existentes entre os que se ocupam dos temas que interessaram a Teilhard de Chardin. Fica portanto ao abrigo de qualquer suposição de partidarismo sectário, como da suspeita de condescendência ou de patrocínio gracioso. Cada nome da comissão revela uma personalidade, ilustre em seu domínio, que julga útil, se não indispensável a divulgação dos pensamentos que o padre e paleontólogo transferiu para seus cadernos.

Graças a esta publicação póstuma vem se tornando Teilhard de Chardin um favorito do público leitor. Seu nome passou a ser discutido, suas idéias aceitas com fervor ou atacadas com fúria, não se notando neste mundo de leitores surpresos, ora escandalizados ora deliciados, nem a serenidade nem o respeito que o grupo de patrocinadores em particular, e o mundo científico em geral, dedicam ao finado paleontólogo. Dir-se-ia que houve uma surpresa para o público leigo, nenhuma para o círculo de especialistas. Terá sido assim, até certo ponto. Mas isto não explica tudo, não permite compreender-se o fenômeno Teilhard de Chardin, o homem que se propôs a estudar o fenômeno humano, e ao fazê-lo, escandalizou uns, arrebatou

outros entre os leigos, mas foi acolhido com simpatia por todos entre os mais diferentes de seus iguais.

Para seus numerosos e diversíssimos iguais êle não foi o que pareceu ao público leigo: — uma novidade, um meteoro vindo súbitamente do desconhecido. Foi um valor que se desenvolveu, cresceu e se firmou com autoridade cada vez mais sólida através de muitos anos de trabalho duro em muitos lugares da terra, especialmente no Extremo-Oriente. Muito longa é a lista de seus trabalhos propriamente científicos, todos publicados em revistas e coleções somente folheadas por investigadores como êle, confrades de uma das mais esotéricas das irmandades científicas: a dos paleontologistas, e ainda mais, daqueles que se interessam pelos fósseis de mamíferos das eras terciária e quaternária.

Não se pense que esta espécie de atividade nas suas mãos era uma simples habilidade estéril de colecionador altamente especializado. Assim seria para outros de menor calibre intelectual. Em suas investigações servia-se dos dados materiais, do acervo fragmentário dos fósseis, o pouco e arruinado que escapou da destruição ao longo do tempo, através das idades, para a reconstituição do passado, para a reconstrução das paisagens sucessivas da Terra ao longo dos dias da criação, reconstituição necessária para a compreensão do presente, e para a eventual antecipação do futuro. Não foi um simples coletor de informações, porém um daqueles que, privilegiados pelo talento ou pelo gênio, partindo das informações, alheias ou próprias não importa, alcançam reuní-las em quadros, modelos e perspectivas que formam a imagem científica do universo sensível. Como homem de ciência, situa-se em andar bem elevado, bastante acima do mero coletor de informações, no plano daqueles que pelo talento se habilitam à decifração das leis da natureza.

Homens tais, quase no limiar do gênio, não são muito numerosos, mas também não escasseiam assim. Há bastante dêles, bem conhecidos e respeitados por seus pares. Mas, por importantes que sejam seus trabalhos, raramente se tornam conhecidos do público leigo. Se Teilhard de Chardin despertou o interesse do público leigo, e contou com o patrocínio de seus iguais para a publicação de escritos seus de natureza não téc-

nica, deve ter sido por algum motivo outro que seus méritos de cientistas, de autor de trabalhos como este intitulado "Uncas remarquable d'orthogénèse de groupe: l'évolution des Siphneidés de Chine". Não deve ter sido, positivamente, pelo estudo exaustivo das pequeninas caveiras de uns ratos do mato com hábitos de toupeiras, que viveram durante o plioceno e têm descendentes na fauna atual. Ratos do mato, escavadores ou não, com ancestralidade conhecida, venerável ou não, dificilmente podem ser considerados assunto capaz de atrair o interesse do público geral, constituir sucesso de livraria, ou acender disputas acaloradoras entre os leigos. Entre paleontólogos, bem, aqui a coisa é diferente, mas não vale para explicação da atitude do público leigo.

A referência a este trabalho de Chardin veio porque permite uma comparação ilustrativa com a obra de outro autor de idêntica importância científica. A menção do nome A. W. Rowe nada significa para o leigo, será apenas o de algum cidadão de país de língua inglesa. Mas atrás deste nome se esconde a figura de um médico inglês que, explorando polegada por polegada camadas de giz que datam do turoniano e senoniano, cretáceo superior, da Inglaterra obteve uma série praticamente contínua de restos de um ouriço do mar formando uma linha de evolução admirável pela transição paulatina das formas mais antigas às mais recentes. Seu trabalho foi reconhecido, tornou-se um dos grandes clássicos da ciência, vem mencionado em todo livro que se preze, que trate de assuntos de evolução dos seres vivos. Sua significação é a mesma do trabalho de Chardin sobre os ratos toupeiras, e de certo modo o grande valor da investigação deste, foi o de haver confirmado para o grupo dos mamíferos a ocorrência da evolução gradativa das formas vivas ao longo do tempo, que o trabalho anterior do médico Rowe havia revelado entre os ouriços do mar. Mas o nome do médico Rowe é desconhecido do público. O do padre Teilhard de Chardin é saudado com clarins ou recebido com reservas se não com invectivas, é um nome que desperta paixões e não bocejos.

* * *

Já mais de uma vez o conceito da evolução dos seres vivos

despertou o interesse do público leigo. Há cem anos correu pelo mundo uma febre de interesse pelas investigações biológicas, não tanto pelos fatos, mas pelas implicações muito claramente aparentes que contrariavam crenças ou suposições dominantes. Graças ao esforço de alguns biólogos que também eram excelentes escritores, polemistas e oradores exímios, um homem retraído e meio eremita como Darwin teve seu nome conhecido mundialmente, até de uma sociedade cultural de uma cidade provinciana obscura como o era o Recife, em 1879, quando foi feito membro correspondente do Gabinete Português de Leitura, e em uma novela popular, como "As pupilas do Sr. Reitor", de Julio Diniz, encontram-se alusões à gênese evolucionista do homem. Uma vez por outra seitas retrógradas e seus prosélitos, aqui e ali se desmandaram, a ponto de em 1925 ter sido processado e condenado por um tribunal em Dayton, Tennessee, um professor de nome John Thomas Scopes, por ensinar evolucionismo, violando assim uma lei estadual que formalmente proibia o ensino nas escolas públicas, de qualquer teoria que negasse a criação divina do homem tal como ensinada literalmente na Bíblia.

Poder-se-ia pensar que a condição de Chardin, clérigo jesuíta tornado porta-voz do evolucionismo, estaria influyendo na sua fama, a maneira de um toque de escândalo. Não há nada disso. Outros homens da Igreja têm se revelado evolucionistas. Na própria lista dos patrocinadores de Chardin, está o nome do padre Henri Breuil, o renomado especialista em paleontologia humana. De um modo geral a Igreja Católica tem se mantido de maneira muito mais tolerante e discreta que outras seitas e igrejas, nunca se tendo verificado episódios como o processo Scopes, ou a polêmica famosa do bispo anglicano Wilberforce contra Huxley, em nenhum país onde o catolicismo predomine. No próprio caso Scopes, a defesa, chefiada pelo advogado Clarendon Darrow contou com a assistência do advogado católico Dudley Field Malone. A atitude do padre Chardin não representaria portanto nenhuma pedra de escândalo e se atrai a atenção de uma forma pouco habitual, não se deve à condição de clérigo, mas sim ao que possa haver de sedutor nas suas palavras.

Tivesse o padre Teilhard de Chardin se limitado a redigir

os meticulosos relatórios sobre seus achados de fósseis, ou mesmo ficado apenas no domínio da especulação envolvida na construção dos modelos representativos permissíveis em face das evidências materiais, a difusão de seu renome não teria excedido a do médico Rowe, não teria transposto a fronteira da confraria de seus iguais. Mas ele também foi o missionário, o pregador, uma espécie de novo Isaías, portador de um verbo de esperança, como o mostra a simples enunciação de alguns dos títulos das obras em via de publicação; — I — *Le phénomène humain*, II — *L'apparition de l'homme*, III — *La vision du passé*, IV — *Le milieu Divin*, V — *L'avenir de l'homme...* e assim por diante. Há portanto que considerar ao lado do paleontólogo, o profeta, ao lado do investigador, o santo, e, como estes dois aspectos ocorrem na mesma pessoa, é natural que se interatuem embora isto não seja necessário. Pelo contrário. Via de regra, por estranho que possa parecer, uma parede isoladora eficiente é construída separando na pessoa do cientista, o domínio da afetividade e da fé, daquele outro da racionalidade pura. Atribue-se a Pasteur uma afirmação típica neste gênero, que ele teria declarado que ao entrar no laboratório, fechava as portas do santuário. Esta tem sido uma atitude, se não confessada, largamente praticada. Somente uns poucos têm ousado derubar as paredes e proclamar uma unidade espiritual destituída de ambivalência. Uns tantos tem-no podido fazer pela eliminação do irracional religioso e às vezes têm se tornado por força do desenvolvimento, profetas do mundo sem Deus, santos da irreligião. Estes tais utilizam o acervo de informações científicas para negarem a existência de um Criador. Para eles as coisas próximas ou remotas, a terra, o mar e o firmamento estrelado, que para o salmista proclamavam a glória da Divindade, atestam apenas em sua incoerência intrínseca a negação total de um princípio diretor inteligente. E como todos os profetas se parecem, as personalidades da confraria científica mais semelhantes a Teilhard de Chardin não estão entre aqueles que conseguem à maneira de Pasteur, fechar a porta do santuário quando conveniente, mas entre os corifeus do ateísmo militante, os clangorosos pregadores da religião materialista. Entre estes realça a figura de Ernst Haeckel, o grande naturalista da monografia sobre radiolários. Como Chardin, Haeckel tor-

nou-se um nome popular. Em tôrno dêle formaram-se partidos. Teve aliados fanáticos. Foi também vítima da invectiva, da calúnia, da incompreensão e da má fé. Não foi conhecido do público pelas suas monografias sôbre Siphonophora, sôbre Radiolária, nem pelos conceitos novos que introduziu e que marcaram definitivamente a biologia, como o domínio da ecologia, palavra por êle cunhada e que teve tão brilhante futuro. Nem mesmo obras suas como "Kunstformen der Natur", onde sua sensibilidade artística e talento plástico superior se manifestam, podem ser tidas como conhecidas do leigo. Êstes trabalhos todos foram tão ignorados do público geral como as investigações de Chardin sôbre os fósseis das formações cenozóicas de Kwangsi e Kwangtung. Sua popularidade foi devida aos seus livros polêmicos de pretensão filosófica ou humanista, tais como: Os enigmas do universo, As maravilhas da vida, O monismo, etc. Como Teilhard de Chardin, Haeckel foi bemquisto e admirado por seus pares, e cinco anos antes de sua morte, o velho professor Ernst Heinrich Haeckel, de Jena, ao completar oitenta anos, em 16 de fevereiro de 1914, teve a alegria de receber de confrades em festa, os dois volumes jubilares, com 123 contribuições dos naturalistas de toda Europa, com o título — *Was wir Ernst Haeckel verdanken*. Difícilmente duas vidas poderiam se ajustar paralelamente tão bem como a de Ernst Haeckel, profeta, santo da irreligião, à de Pierre Teilhard de Chardin, profeta, e um dos últimos santos de Deus.

Não sômente as vidas dos dois, também os hábitos de pensamento, a maneira de utilizar os dados do conhecimento científico à maneira de esteios das respectivas convicções se assemelham. Tanto Chardin como Haeckel não hesitaram em transpor as fronteiras da generalização legítima, levados por simples aparências de confirmação, embora isso importasse em ignorar qualquer dificuldade eventual ou atual. Levados pelo entusiasmo profético, ambos colocaram-se facilmente fora do domínio da ciência e enveredaram em pleno reino da visão mística, possuídos ambos pelas inspirações mais poéticas e sacras que humildemente positivas. Haja vista a importância que na obra de ambos tem a representação gráfica das filogenias. Informações fragmentárias, muitas vezes discutíveis, são por ambos alinhadas em desenhos onde se acomodam conforme

a idéia preconcebida por cada um dêles. Uma filogenia tão dura e rígida como o esgalhamento de uma árvore desfolhada, admitia Haeckel. Um "sistema de escamas" um encaixamento de verticilos, orientando cada vez mais uma divagação progressiva "para estados mais e mais cerebralizados", propõe Teilhard de Chardin. Ao que parece, ambos esquecidos de que a evolução é um fenômeno coletivo, não tendo sentido na escala do indivíduo. Torna-se tão patente a extravagância haeckeliana que quase faz de cada resto fóssil os despojos de um ancestral seguro, como a de Chardin relegando tôdas as ossadas e restos de primatas hominídeos conhecidos para as "escamas" do "conjunto imbricado" como se o simples fato de ter sido achado implicasse na obrigação de não pertencer à linhagem de *Homo sapiens*. Quase se poderia dizer que, pelos desenhos de Chardin, nunca um ancestral do *Homo sapiens* teria direito a ter seus ossos fossilizados, a fossilização sendo uma espécie de apanágio, de privilégio ou servidão, de seus primos ou tios. Nunca de seus pais ou avós. Assim Teilhard de Chardin afasta sumariamente, degredando para uma "escama" sem futuro do conjunto imbricado, os pitecântropos e os neandertaloides que Ernst Haeckel colocava na lista de seus próprios e veneráveis avoengos. Ambos assim procedendo convictos cada qual mais teimosamente, de estarem respectivamente na posse da verdade por excelência, do conhecimento de como as cousas se teriam passado sem sombra de dúvida.

Ora, cheias de dúvida são as generalizações, as idéias e as teorias científicas. Sômente a teoria que puder se prestar à prova de contestação, pode ser rotulada de teoria científica. Ela precisa se submeter a ser posta em dúvida, precisa permitir a contra-prova, correndo o risco de ser eliminada, se não resistir à contestação experimental ou racional. Teorias para as quais não se possa conceber uma maneira de submetê-las à prova, não podem pretender o rótulo de científicas. Por isso, a elaboração e exposição das teorias deve ser feita sempre de modo que a legitimidade de cada elemento por ela considerado, possa ser convenientemente apreciada, não se permitindo nenhuma confusão entre aquilo que é informação concreta, elemento de protocolo, e aquilo outro que é resultado de dedução, que é extrapolação ou interpolação. Êste cuidado terá que ser tanto

mais rigoroso, quanto mais fragmentária for a evidência material, exigindo maior recurso à reconstrução hipotética, para suprimento provisório da informação em falta.

No momento acredita-se haver sido identificada afinal a sequência de formas animais que, dos fins do plioceno, ao pleistoceno superior, deu origem ao *Homo sapiens*. Esta sequência é atestada por fósseis muito fragmentários, podendo todos ser incluídos no gênero *Homo*, o mais antigo sendo conhecido como *Homo modjokertensis*, do qual se encontrou até agora um crânio infantil e restos de crânio, face e mandíbula de adulto. A reconstrução do esqueleto da cabeça do adulto foi feita por Weidenreich e tornou-se uma figura quase obrigatória nas publicações. Os pedaços de osso encontrados foram juntados com plasticina, que serviu para encher as lacunas. O conjunto foi fotografado e apresentado com o aviso: "As partes escuras são os fragmentos originais". Assim não se corre o risco de pensar que a grossa viseira óssea por cima dos olhos foi encontrada na caveira fossilizada, não. A viseira óssea é uma hipótese, uma suposição legítima, compatível com os aspectos apresentados pelos ossos recuperados das rochas de Sangiran, Java. É uma suposição que está tão a mercê de ser confirmada como contestada, tão logo sejam obtidos em alguma outra escavação, restos que conservem as partes que faltam nos despojos conseguidos por von Koenigswald, professor de paleontologia em Utrecht, Holanda, um dos patrocinadores da publicação das obras de Teilhard de Chardin.

Tudo que a paleontologia oferece de razoavelmente seguro no concernente à linhagem humana, é uma sequência de formas que se alinham após o vilafrachiano, compreendendo os degraus:

Homo (Pithecanthropus) modjokertensis
Homo (Pithecanthropus) erectus
Homo (Sinanthropus) pekinensis
Homo neanderthalensis
Homo sapiens

sequência esta capaz de ser modificada mediante acréscimos ou reduções. Talvez o degrau *pekinensis* seja definitivamente iden-

tificado com o *erectus*. Talvez degraus novos venham suavizar o salto aparentemente grande entre os *Pithecanthropus*, incluindo o sinantropo, e o homem de Neanderthal, da mesma forma que numerosos fósseis vêm ultimamente aplainando o trajeto entre as formas *neanderthalensis* e *sapiens*, tornando aparente a continuidade na variedade da evolução do gênero *Homo*, através do tempo e do espaço geográfico.

A preocupação maior do investigador no sentido de se furta a toda espécie de erros e enganos ao estabelecer suas hipóteses, leva-o até a não omitir minudências de aparência irrelevante, relativas aos documentos materiais. Desta maneira procura-se reduzir erros e equívocos relacionados com a tendenciosidade pessoal, as opiniões preconcebidas, e também a perda de informação por inadvertência, coisa muito importante em todos os casos em que não se pode reproduzir as circunstâncias do achado, tal como ocorre forçosamente nas escavações à procura de fósseis. É-se assim informado que os fragmentos do *Homo (Pithecanthropus) modjokertensis* não foram encontrados de uma só vez. Primeiro achou-se o fragmento da mandíbula. Dois anos depois, o pedaço do maxilar, mostrando haver sido quebrado e destacado recentemente do restante da peça, que deveria continuar encravada na rocha original em Sangiran, Java. Estava, de fato, mas também não era completa. O crânio de onde provinha, tinha sido esmagado antes da fossilização, antes de ter sido sepultado, possivelmente por ocasião do acidente que matou o seu dono. Fica-se assim inteirado do certo e do incerto, do seguro e do duvidoso, e portanto da solidez ou fragilidade das hipóteses, da teoria.

Tanto Haeckel como Chardin serviram-se de hipóteses, de teorias mais ou menos aceitáveis para justificar suas visões do mundo, para encarar os problemas da humanidade, para vaticinar seus destinos. Para o primeiro, a humanidade estaria sendo levada, por força das leis naturais, pelo processo de seleção natural darwiniana, acrescido e ajudado pela influência lamarekiana do meio ambiente, progressiva e gradativamente para uma condição cada vez melhor e mais elevada, libertando-se pouco a pouco dos resquícios de animalidade, numa espécie de trajetória desde a condição da besta à do anjo, embora não usasse êle este vocabulário. Para Chardin, a evolução se

faz inicialmente mediante a atuação das leis naturais, primeiro físico-químicas, depois biológicas. Ao chegar através de ensaios numerosos, as “escamas imbricadas” de seus esquemas gráficos, ao grau *Homo sapiens* teria atingido a culminância possível da evolução por meio das leis biológicas. Mas aí ter-se-ia habilitado a sofrer novo tipo de evolução, conforme leis sobrenaturais: “Et c’est en ce point, si je ne m’abuse, que la Science de l’Evolution (pour que l’Evolution se montre capable de fonctionner en milieu hominisé) s’insere le probleme de Dieu — Moteur, Collecteur et Consolidateur, en avant, de l’Evolution”. (La Place de l’Homme dans la Nature, p. 173).

Para Haeckel, o homem é capaz de progredir sem ajuda externa. Para Chardin é necessário que a Vontade Divina o tome pela mão e o oriente para a condição melhor, para o reino do Senhor, extraindo-o da condição animal cujas possibilidades estariam esgotadas. Esta é a grande diferença entre os dois profetas. Para esta diferença muito terá contribuído o meio social, o ambiente familiar, mas é muito razoável supor que sobretudo os tempos, as épocas, diferentes em que viveram, representaram fator capital. Porque é de notar que a vida útil de Haeckel decorreu nos últimos decênios do século passado e no primeiro deste. Quando, ao fazer os oitenta anos, em 16 de fevereiro de 1914, recebeu a homenagem de seus pares, o mundo estava prestes a mergulhar de súbito, a sucumbir à primeira das tremendas crises que puzeram termo ao otimismo vigente da era vitoriana, da “belle époque”. E com o otimismo sereno que reinava, foram também liquidadas as esperanças de progresso contínuo e suave. Já Teilhard de Chardin viveu os difíceis dias do nosso século, e nem sempre na comparativamente risonha situação da Europa entre as duas guerras. Testemunhou a desesperada provação da humanidade no extremo oriente. Viu confrades, como von Koenigswald, envolvidos nos acontecimentos da invasão japonesa da Indonésia. Presenciou toda a ordem de sofrimento, viu toda sorte de iniquidade que o homem é capaz de infringir ao próprio homem. Não é portanto surpreendente que sua profecia, como a de Isaías, assumisse a feição de medicina espiritual reparadora, e trouxesse o lenitivo da esperança. Para isto bastava-lhe ponderar que todas as contradições, dificuldades e retrocessos que desnor-

POR UMA HISTÓRIA DO IMPÉRIO VISTA DO NORDESTE

J. A. Gonsalves de Mello

“O Norte, folgamos reconhecê-lo, não atingiu a êsse extremo de descontentamento em que a discussão limita com o combate. Flutua, é certo, nas regiões mais próximas do Equador um instinto vago de independência; em outras propaga-se a dúvida sobre as vantagens da união”. Tavares Bastos, *A Província* (1870).

Entre os temas de história regional que está a merecer a dedicação de um estudioso, tenho apontado o da história do Império — e particularmente a do segundo Reinado — apreciada do ponto de vista do Nordeste. Até aqui as obras acerca do reinado de Pedro II têm sido mais apologias do que propriamente histórias. Felizmente a documentação relativa a êsse período é abundante, mas não esmagadora. Há larga pesquisa a ser feita nos jornais, o que demanda tempo; mas não há pesquisa sem esforço, e o tema é realmente digno dêsse esforço.

Eu próprio tenho percorrido algumas coleções de jornais recifenses e me tenho surpreendido com a evidência de que alguns dos males que por tanto tempo têm afligido o Nordeste, surgiram então. É claro que o desnível econômico entre o Nordeste e o Sul do país é o resultado de um desenvolvimento mais longo do que nos separa do governo de Pedro II. A descoberta das minas nos fins do século XVII, a transferência da capital para o Rio de Janeiro no século XVIII, os favores de vária natureza que a corte de D. João VI proporcionou ao Sul desde os começos do século XIX contribuíram para o início dêsse desnível.

Um dos pernambucanos que se apercebeu da injustiça dêsse tratamento preferencial foi Gervásio Pires Ferreira (1765-1836), que bem merece as atenções de um biógrafo moderno. Entre outros fatos apontados por êle está o caso “de contribuir

o comércio desta para a iluminação da Província do Rio de Janeiro, entretanto que esta jazia nas trevas... e por esta razão já fizera parar a remessa dessa contribuição para o Rio e a tem aplicado para a iluminação desta Capital". Isto em Maio de 1822 (*Apensos à Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, p. 103).

Mas não era apenas o impôsto cobrado em Pernambuco para a alegria das noites cariocas. Larga parte do total dos impostos recolhidos em Pernambuco pelo governo geral, como então se dizia, ou governo imperial, era aplicada fora de Pernambuco. Ao tratar das obras públicas cuja necessidade era vital para essa então Província, como era o caso do pôrto do Recife, o redator do *Diário de Pernambuco*, em editorial, no dia 29 de agosto de 1859, queixava-se da discriminação na distribuição das rendas do Estado. E escrevia: "Nêste ponto os Srs. Ministros decidem-se mais por suas simpatias e pelo espírito de bairrismo do que pelas verdadeiras conveniências públicas. E como poucas vêzes sucede que as Províncias do Norte sejam representadas no gabinete por algum filho seu, os seus interêsses, por mais que êles importem à prosperidade geral, raras vêzes são atendidos devidamente. Ao passo que as Províncias do Sul são largamente dotadas de tôda a sorte de melhoramentos, as do Norte só por um favor especial recebem de tempos em tempos um escasso subsídio, que por minguido deixa muitas vêzes de lhes aproveitar".

E continua: "Mas de tôdas as Províncias do Império Pernambuco é a que, em relação à sua importância, à sua posição geográfica, à extensão do seu comércio marítimo e à grossa soma com que contribui para os cofres gerais, tem sido mais parcamente contemplada na verba destinada para obras públicas. Das duas tabelas que publicamos se conhece que tendo montado as rendas públicas gerais do Império no período de sete anos financeiros a contar do de 1849/50 ao de 1855/56 na soma de 239.824:745\$220, a Província de Pernambuco figura aí com 33.168:797\$563, isto é, contribuiu com mais de uma sexta parte da totalidade daquela soma.

"Entretanto, das mesmas tabelas se evidencia que, durante os mesmos sete anos financeiros, a verba destinada para obras públicas se acha, na relação à totalidade do que a Província

rendeu, na razão de 2,86%, quantia proporcionalmente inferior à que se destinou para outras Províncias que não mereciam do governo geral uma solicitude mais desvelada do que lhe deve merecer a de Pernambuco".

O sentimento de tratamento discriminatório em relação ao Nordeste e a Pernambuco em particular, surge novamente na pena do redator do *Diário de Pernambuco* em 3 de janeiro de 1865. Em artigo intitulado "Pernambuco e o Rio de Janeiro" recorda o jornalista o entusiasmo que despertou no Brasil a proclamação da Independência e o reinado de Pedro I. E afirma: "No meio do geral assentimento dos corações brasileiros, houve um nesta Província que suscitou dúvidas: Gervásio Pires Ferreira. Conhecedor profundo dos nossos instintos e apreciador das nossas circunstâncias locais, êle aceitava a idéia da independência nacional; mas, quanto à nossa união com o Rio êle opunha sizudas ponderações, demonstrando que nos cumpria estabelecer condições. Por fim cedeu ao voto geral e anuiu ao pensamento da independência pura e simples. Pernambuco aderiu ao brado do Ipiranga e fêz causa comum com as suas irmãs do sul e do norte.

"Quando hoje refletimos sôbre a idéia de Gervásio Pires, que então pareceu uma excentricidade, senão falta de patriotismo, reconhecemos que o patriota pernambucano via longe. Êle calculava que o Rio de Janeiro, assumindo todo o poder, não nos daria aquela importância a que temos jus. As Províncias formam um todo de partes, que têm igualmente direito às vantagens do governo social; cumpre que o governo supremo olhe para elas não como entidades a que dispense favores, mas como personalidades a que deve justiça e até certo ponto, consideração, porque não vivemos só da materialidade. Devemos aspirar aos meios materiais que pode o governo supremo dar, e devemos também querer que se nos contemple com amor e se considere o nosso melindre".

E examinando o particular da administração pública diz o jornalista: "de certo tempo para cá, as nomeações que se fazem de Presidentes só inculcam a desconsideração com que nos trata o governo. Homens sem nome conhecido, sem prestígio, são erigidos ao alto cargo de Presidente das Províncias, aonde

apenas cuidam de eleger para a representação nacional os candidatos que os Ministros recomendam”.

→ Não se pense que o redator do *Diário de Pernambuco* fazia apenas oposição ao governo imperial ou ao Presidente da Província. A mesma opinião exprimiu-a o já centenário jornal recifense antes e depois de 1865. Por exemplo, no *Diário* de 11 de dezembro de 1845 lê-se um editorial significativamente intitulado “Apreciação de Pernambuco em sua relação com o Império”. Aí registra que no ano financeiro de 1843/44 (que então era de 1.º de julho a 30 de junho seguinte) o governo havia arrecadado em Pernambuco o total de 2.884.918\$272 e despendido 982:506\$350, sendo enviado para o Rio de Janeiro o saldo de 1.902:411\$922. Enquanto isto a arrecadação provincial no mesmo período fôra de 578:294\$156 e a despesa de 575:913\$659, havendo um superavit de 2:362\$497. E comenta: “Em verdade, quando se considera que os 2.800 contos arrecadados em um ano pelas repartições chamadas gerais 900 contos somente foram distribuídos na Província com as despesas aqui feitas, e quase 2.000 contos foram daqui enviados em boas notas para o tesouro público do Rio de Janeiro... fica o espírito atônito com semelhante demonstração!”

Em 3 de março de 1846 volta o *Diário* ao assunto para comentar as “Rendas da Província apuradas e como se vão”. Tinham sido elas no ano financeiro de 1844/45 as seguintes: as gerais haviam rendido 3.131 contos (em números redondos) e as despesas montado a 1.017 contos, tendo sido o superavit, remetido para o Rio de Janeiro, de 2.113 contos; as províncias foram: receita de 602 e despesa de 585, com um superavit de 17 contos de réis. E diz o jornalista: “Lá foram mais no ano financeiro que passou 2.113 contos para o sorvedouro do Rio de Janeiro e o Tesouro Provincial de Pernambuco ficou apenas com 17 contos de réis para prover às inúmeras necessidades de que está cercado”.

Na Assembléia Provincial de Pernambuco o tema foi também debatido, como ocorreu na sessão de 9 de março de 1852 (*Diário* de 11-3-1852). O Deputado Francisco do Rêgo Barros Barreto afirmou então que “a Província de Pernambuco sendo uma das que concorrem com maior soma para a renda geral é, portanto, uma daquelas que mais sofrem com a distribuição

atual da renda, porque a sua renda tanto geral como provincial monta a cêrca de 6 mil contos, e pouco mais da décima parte dessa quantia é o que constitui a renda puramente provincial. Entretanto, pelo Ato Adicional estão a cargo dos cofres provinciais a instrução pública, a força policial, a iluminação pública, a arrecadação e a fiscalização da renda provincial, a edificação das cadeias, dos hospitais e a construção de estradas, pontes, etc., e não é possível que todos êsses tamos da administração pública, que tôdas essas necessidades da Província sejam satisfeitas apenas com pouco mais de 600 contos de réis”.

E quando alguns colegas o apartearam, o Deputado prosseguiu dizendo: “Sr. Presidente, desde já protesto contra qualquer interpretação que se queira dar às minhas palavras, quando digo que nove décimos da renda provincial é mandado para a côrte; eu sei que êsse dinheiro não é ali gasto em bailes e funções... mas o que é verdade é que, ao mesmo tempo que os habitantes do Recife compram água, no Rio de Janeiro, havendo já um aqueduto, outro encanamento acaba de ser construído no valor creio que de 1.200 contos para dar água grátis à população”...

Observação semelhante acêrca do desnível econômico que se ampliava entre o Norte e o Sul, foi feita por um notável republicano, que foi Maciel Pinheiro, paraibano radicado em Pernambuco. Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* de 11 de outubro de 1876 disse êle: “Influências de ordem política têm concorrido para que mais se caracterize e accentue a diferença entre o Norte e o Sul do Brasil. No Sul está o governo, a cujo influxo imediato tudo se anima e desenvolve, a cujo contacto vivificam-se as indústrias, com cujo fomento as forças naturais fazem a riqueza do país.

“Como quem está mais perto do fogo melhor se aquece, tem o favor do governo levantado no Sul emprêsas de melhoramento que desenvolvem a iniciativa e a fortuna. Um clima adaptado à vida dos imigrantes da Europa, tem tornado profícua no Sul essa colonização, que não há quem chame para o Norte, onde lhe faltam todos os favores e vantagens. No Norte vive-se a vida tradicional e rotineira e faz-se a cultura do solo como era feito antes de todo o progresso que a indústria tem feito nos outros países. Não podendo competir com os produ-

tores dos outros países que cultivam a mesma espécie, os poucos capitais ficam inativos. E todavia, as leis do imposto são gerais: tanto paga ao fisco o capital improdutivo e morto do Norte do Império, como o do Sul, que se reproduz pela assistência do governo.

“É o fato é que o Norte morre enquanto o Sul prospera. O levantamento dos quebra-quilos é o brado de uma população faminta e miserável, que há ainda de fazer-se ouvir mais fortemente”.

O levante dos quebra-quilos (1874) aqui recordado por Maciel Pinheiro é esclarecedor do abandono em que jaziam as populações rurais do Nordeste. Não foi o primeiro caso, porém, pois a chamada “guerra dos cabanos” que ensanguentou a Província de Pernambuco de 1832 a 1834 constitui o início desses movimentos sociais de protesto contra o abandono e a miséria. O levante dos quebra-quilos teve em Henrique Milet o seu melhor expositor. Não foi, porém, apenas de Milet que partiu o estudo e a compreensão do problema. Viu-se já que Maciel Pinheiro percebeu-lhe os sintomas. Um dos jornais pernambucanos de maior divulgação no seu tempo, o *Jornal do Recife*, em editorial, em data de 2 de janeiro de 1875, publica o seguinte, sob o título “O levantamento popular”: “As populações do Norte do Império debatem-se numa penúria crescente, a olhos vistos. É um fato incontestável. Essas populações têm por isso o direito incontestável de queixarem-se. Essas populações não sabem, porém, exercer esse direito, porque o não sabem; e não sabem porque se compõem de analfabetos. Essas populações não têm ninguém por si, que as defenda, que advogue a sua grande causa; e não têm nem podem ter porque os eleitos da nação não são nascidos do voto popular, nem são mandatários de ninguém. O governo tem declarado ao país que as leis eleitorais não podem dar representantes genuínos.

“Essas populações não têm confiança alguma em ninguém, nem mais esperança de melhora pelos meios conhecidos, pois que por esses meios marcharam elas de dia em dia no caminho das privações e das necessidades. Essas populações deprivadas pela obstinada negligência do governo, privadas de todos os favores da civilização, não conhecem outros recursos, outros meios de ação, que não sejam esses movimentos desor-

denados, essas agitações violentas, próprias de sua natureza inculta e bravia.

“Ao governo, portanto, que é o culpado dêsse atraso e dessa miséria, cumpre observar os fatos, pôr de parte a forma irregular e violenta que revestem, a procurar nelas, com solicitude e com benevolência, o fundo de razão, de justiça e de direito oculto por irracionais aparências, por declamações insensatas.

“Atender unicamente às aparências, aos preconceitos ridículos, aos prejuízos indignos trazidos à tona dessas águas turvas, a esses motes de guerra de pobres de espírito, incapazes de elevar-se das causas materiais e positivas a causas morais, transcendentes e impalpáveis, ficar somente nisso, seria resolver a priori, contra a razão e a equidade, a causa desses desgraçados. Não queira o governo ser duas vezes culpado por negligência e por tirania.

“Não podemos acompanhar a reação violenta, cega e desordenada das populações amotinadas, mas nem por isso as deixaremos em abandono, entregues à sua fraqueza e à sua desgraça. Não. Cumpre-nos a todos, que entendemos essas queixas grosseiras e brutalmente articuladas, sair em defesa do direito que elas encerram, da razão que as fundamenta. É ou não é verdadeiro o sofrimento dessas populações ignorantes e miseráveis? A sua evidência impõe-se a todos os espíritos”.

E o jornalista de 1875, ao estudar as causas daquele abandono e miséria das populações rurais do Nordeste, apontava a centralização do governo imperial. E indagava:

“Não vê o governo que a vida do Norte do Império foge e acumula-se no Sul? que a lavoura e as indústrias amofinam-se? que a ignorância, o atraso e a miséria vão dominando de dia em dia? que os produtos do interior do país não podem competir com os seus similares, porque chegam ao mercado mais onerados de despesa do que os outros, à falta principalmente de meios de transporte para o pessoal, para os instrumentos de trabalho e para os produtos? Porque não tem o governo o cuidado de remover essa causa tão dominante e tão denunciada dos sofrimentos, das queixas, das reclamações deste lado do Império?”

E concluía anunciando que, enquanto não fôsem reconhe-

cidas as razões verdadeiras daquela “revolta matuta”, como chamava ao movimento dos quebra-quilos, “clamaremos ao governo pela satisfação das necessidades públicas, pela eleição direta e das minorias, pela descentralização administrativa, pelo abatimento dos impostos, por estabelecimento de crédito hipotecário para o Norte, por escolas industriais, por estradas de ferro, pela canalização dos rios navegáveis. Não carregaremos contra os desvalidos cheios de razão... Esses semibárbaros não são algozes, são vítimas”.

Os protestos não partiam somente do proletariado rural do Nordeste. As próprias classes produtoras também levantaram a voz contra o governo imperial. Tal ocorreu em 1878, quando constou que o Ministro da Agricultura convocara uma reunião de agricultores das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo para tratar das necessidades da lavoura de exportação e dos meios de atendê-la. O Nordeste protestou imediatamente contra a discriminação, já que a crise econômica atingia sobretudo a desta região. O *Jornal do Recife* de 25 de junho daquele ano lembrava:

“Esperamos que o Sr. Ministro da Agricultura se dignará reparar este erro, pois qualquer demora concorrerá para alvoçar o preconceito fluminense que considera sem importância real tudo o que fica ao Norte dos Abrolhos, e dar vulto à opinião, infelizmente geral nesta parte do Império, que das nossas Províncias umas são filhas e outras engeitadas”.

Pernambuco reagiu prontamente e resolveu-se convocar um Congresso Agrícola do Nordeste, com a anuência ou não do governo imperial. Associações agrícolas protestaram contra a discriminação; foram, porém, os protestos particulares, de agricultores, que se apresentaram mais veementes, vindo um ao extremo de propor a separação do Norte. Tal é o caso de Herculano Cavalcanti de Sá e Albuquerque, senhor de engenho em Palmares, pelo *Diário de Pernambuco* de 10 de julho de 1878: “Magoado e insultado no meu mais nobre orgulho de agricultor e nortista, não posso concentrar em mim o dissabor que me causou o ato do governo geral, ou por outra, do governo pessoal, convocando um Congresso dos agricultores do Sul do Império, para tratarem de indagar os meios de ainda mais fazer realçar a próspera e grande lavoura daquele lado. Por isso venho à

imprensa patentear as minhas idéias a respeito e soltar desde já um brado de indignação contra a afronta ou bofetada que nos imprimiu o chefe da nação por intermédio de seus ministros, mesmo de um ministro nortista, que menosprezando o insulto recebido sancionou aquela acintosa deliberação, que só exprime o escárnio ou má vontade que o Sul vota ao Norte do Império.

“Até aquela data eu era partidário da união brasileira... porém dali por diante as minhas idéias práticas são a separação do Norte, não para formar ele um estado independente, mas sim para fazer parte da Confederação dos Estados Unidos da América”.

O agricultor de Palmares pregou mais tarde a idéia de separação, mesmo sem anexação à Confederação Americana. Outros pernambucanos levantaram também os seus protestos pelos jornais.

O *Jornal do Recife*, que não era nenhum jornal extremado, em data de 2 de janeiro de 1878 escrevia em editorial: “Dia por dia vão se modificando mais profundamente as condições de existência do Norte e do Sul do Império. Primeiro as diferenças do clima e da índole dos povos. Depois a diferença da riqueza, dos capitais e das indústrias. Finalmente a diferença de interesses e aspirações, que trará com certeza a necessidade de leis diferentes, de regime especial, de economia à parte.

“A centralização administrativa, que absorveu todos os recursos e toda a vitalidade das Províncias do Norte, sem jamais satisfazer o múltiplo e variadíssimo encargo que assumira, criou esta situação em que metade do Brasil, do São Francisco ao Amazonas, é como um cadáver que se decompõe, atado à outra metade que o espezinha”.

Quis apresentar, interpondo de propósito breves considerações minhas, palavras de nordestinos e editoriais de jornais entre os de maior relêvo no Brasil de então — como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Recife* — todos a denunciar a evidente e já alarmante discriminação do governo imperial em relação às mais legítimas aspirações do Nordeste. E isto para sugerir o estudo da história do Império do ponto de vista desta região, de modo a estabelecer o contraste de cores na tela sempre luminosa em que é oferecida a história do reinado de Pedro II.

MACHADO DE ASSIS - POETA

CÉSAR LEAL

Introdução

Costumam dizer que Machado de Assis é o nosso escritor mais representativo, um dos três ou quatro romancistas máximos do idioma; creio que essa é uma opinião geralmente aceita não somente pela maioria dos críticos mas também pelo leitor comum cujo gosto, se não é tão exigente quanto o da crítica, é, todavia, muito importante. Contudo, pouco se fala de Machado como poeta, a não ser que de toda a sua extensa produção lírica, teriam ficado apenas alguns poemas que os editores de antologias não esquecem de incluir em suas tão completas quanto sentimentais e monótonas coletâneas. Entretanto, por ter sido um grande romancista e haver criado personagens que o colocam ao nível dos grandes expoentes da novela européia do século XIX, tal fato constituiria impedimento a que fôsse considerado também um dos poetas mais completos de seu tempo?

Creio que não.

Parece-me que a nossa crítica literária não procurou ainda observar a obra poética de Machado de uma correta perspectiva: aquela que teria de apontá-lo como um artista dominado por orgânico sentido de ordem, um impulso estético-criador muito vigoroso, apoiado em valores da tradição e numa sensibilidade moderna, que lhe asseguram uma posição de "clássico normal", desligando-se o termo de todas as vinculações historicistas a que freqüentemente costumam associá-lo. Tampouco seria um clássico em sentido restrito, eliotiano, segundo o qual só poderíamos distinguir na literatura do Ocidente dois autores verdadeiramente clássicos: Virgílio e Dante.

Acredito que um autor como Machado de Assis deve ter despertado, durante toda sua vida, uma admiração plenamente justificada, ao lado de correntes mais fortes e vigorosas de in-

confessada inveja, de despeito e antipatia. Não há grande artista que consiga livrar-se do “mau-olhado” dos espíritos pequenos, muitas vezes versáteis e barulhentos como o ganso, mas, à semelhança do ganso, sempre prêsos ao solo, porque a isso os obriga a pequena extensão das asas. Muitas vezes, um certo modo estranho de ver as realizações de um artista constitui o único elemento válido a informar de sua importância como autor. Geralmente isso ocorre, até que outros testemunhos, de maior significação, venham colocar-lhe a obra em seus verdadeiros níveis.

Boccaccio, na introdução de uma das jornadas do *Decameron*, queixa-se dos ventos da inveja, dizendo que para evitá-los sempre procurara andar na planície, e não apenas nela, mas também no interior das grutas, no fundo dos vales, certo de que essas brisas terríveis somente poderiam soprar no alto das tôrres, na fronde das árvores mais elevadas. Surpreende-se, portanto, ao verificar que eles desciam aos locais mais baixos, por onde — diz modestamente — sempre julgara caminhar o seu estilo. Por essa razão, comenta Boccaccio: “Penso compreender agora o que dizem os sábios: das coisas presentes unicamente a miséria não é invejada”. Também Cervantes foi chamado de velho e manco por que publicara a primeira parte de um livro que despertara aquelas brisas enfermas. E tanto se apressaram em destruí-lo que antes de lançar a segunda parte do *Quixote*, a inveja — que nunca fôra manca — já o fazia por ele.

No caso de Machado de Assis, parece-me que o desinteresse por sua poesia fundamenta-se em duas razões: a primeira, seria uma desconfiança levantada por certo tipo de crítica do fim do século, que, apesar de reconhecidamente má, paradoxalmente continua a influenciar a crítica brasileira atual, inclusive àquela que se considera “nova”; a segunda razão, que, em parte, condiciona a primeira, resultaria da posição comprometida de seus contemporâneos em relação aos maneirismos dominantes na época: romantismo, parnasianismo, simbolismo, e outros. Se Machado houvesse sido apenas poeta não seria difícil assegurar-lhe uma boa posição entre os românticos de segunda ordem, entre os parnasianos, entre os simbolistas. Mas como foi, além de poeta, o novelista mais importante de seu

tempo, a inépcia, a desídia, a preguiça mental julgaram imperioso afastá-lo de um dos campos expressivos; e assim surgiram apressados comentários sobre sua obra em cujas entrelinhas o despeito, apoiado em formidável enciclopedismo, se disfarçava em acuidade, erudição e sabedoria crítica. Na novela, ninguém poderia disputar-lhe o lugar que merecidamente ocupou. Como seria possível negar-lhe a elegância do estilo tão orgânico e puro? Como negar-lhe a fluência da frase, a perfeição do ritmo, a inteligência atenta, a emotividade sempre contida, a ironia e o humor de que se encontram amplamente penetradas suas novelas?

Já em relação à poesia, a ausência de um equipamento crítico eficaz permitiu que se levantasse contra ele o argumento de não possuir uma ampla visão do sentido de contemporaneidade, de cultivar uma expressão demasiadamente fria, marmórea, sem abertura para o mundo exterior, “para as sensações fortes, variadas, intensas e múltiplas da natureza e da vida universal”. Enfim, ele aparecia à consciência crítica de muitos como uma espécie abasileirada de Boileau que escrevia poemas exageradamente perfeitos, quando o “espírito da época” era de indisciplina e transbordamentos.

Silvio Romero — esse tão célebre historiador quanto crítico medíocre de nossa literatura — foi sempre um dominado por preconceitos quase mórbidos em relação à obra de Machado. Tudo o que diz dele, até mesmo quando o elogia, se volta contra sua cultura literária e filosófica, e o tão decantado rigor de sua crítica. Afirma que Machado “não conhece essa intimidade com os grandes fenômenos externos, a camaradagem com as árvores e os animais, a embriaguez pelas fortes cenas das montanhas, dos mares, dos campos, das matas; nem a inebriante efusão dos espetáculos dos céus imensos ou profundos, ou sombrios e brilhantes, ou borrascosos, ou azuis, ou estrelados”. Tenho a impressão de que essa crítica não se dirige propriamente a Machado: seria mais aos filósofos e teóricos da arte, de Aristóteles a Hegel... O estudo dos elementos que constituem a essência de uma obra de arte não pertence propriamente à crítica, mas à Estética. O interesse da crítica deve voltar-se para a obra de arte em si. O fato de um poeta não se interessar por aqueles elementos da natureza nada

significa quanto à riqueza ou à pobreza de sua expressão. Acredito que Hegel tem razão quando diz: “No que concerne primeiro ao fundo próprio do pensamento poético, podemos, ao menos de um modo relativo, excluir os objetos exteriores como tais, os seres da natureza física. O verdadeiro objeto da poesia não são as montanhas, o sol, os bosques, as paisagens, a forma humana em seu aspecto material, o sangue, os nervos, os músculos etcetera”.

Embora eu não seja capaz de ombrear-me com aqueles que elevaram a tão grandes alturas os nossos poetas românticos, simbolistas, parnasianos, julgo que a poesia brasileira moderna perdeu muito por não se haver ligado mais intensamente ao universo poético de Machado de Assis. Ele teria ensinado muita gente e ser mais contida, menos sentimental e mais confiante na força reflexiva do pensamento poético. Essa faculdade reflexiva, que Sílvio Romero reconhece em Machado — “pouco vasto, possui em alto grau a facilidade de reflexão” — é mais importante para um poeta do que as “falhas” assinaladas pelo crítico-historiador: pouca força imaginativa, escassez de recursos estilísticos, pobreza de vocabulário.

Uma convivência mais intensa com a obra poética de Machado é fundamental para um jovem poeta bem dotado, que tenha intenção de escrever poesia durante toda a sua vida. Seus ensinamentos são de grande valor, pois ele é o mais perfeito poeta da linguagem portuguesa do século XIX. Acredito que os maiores — não direi os mais perfeitos — sejam Antero de Quental e Gonçalves Dias. Diante de Machado de Assis, julgo os livros de Castro Alves, Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu pouco mais do que bons exercícios de universitários inteligentes, dedicados ao estudo da literatura. É preciso que se o diga, pois como afirma o crítico e poeta norte-americano Randall Jarrell, a crítica verdadeira deve falar mal dos amigos e bem dos inimigos, mal das obras agradáveis e ruins e bem das boas menos agradáveis. O dever da crítica não é ocupar-se exclusivamente dela própria, de seus métodos, de seus processos. Mesmo porque não há um método para a crítica. O único admissível, segundo Eliot, é a inteligência. Mas a inteligência — para falar aqui uma linguagem própria dos economistas — não é um bem livre como o sol, a água e o ar. É an-

tes um bem econômico, um bem escasso, e como hoje há mais crítica do que inteligência não é muito encontrar-se tantos críticos empenhados no estudo de obras que apenas se esboçaram, num passado já quase remoto, enquanto ficam no esquecimento obras conclusivas, que vitalizam uma literatura e documentam o sentido de uma época.

Elvira e a Fábula do Polifemo

Crisálidas, *Falenas*, *Americanas* e *Ocidentais* são os nomes dos quatro livros de poemas de Machado de Assis. Esses títulos constituem uma espécie de simbólica reveladora da consciência artística do poeta; creio que tais nomes têm importância para o investigador literário e, conseqüentemente, merecem estudo. Chamando de *Crisálidas* sua primeira experiência poética, Machado de Assis procura mostrar ao leitor que não realizou obra acabada, oferecendo-lhe apenas uma forma de transição: a crisálida é um embrião cujo ciclo vital intermediário só se completa com o rompimento do casulo e o aparecimento de um novo ser: *Falenas*, publicado em 1870, constitui a síntese evolutiva, o estágio final desse processo de transformação biológica. Em 1875, aparece *Americanas*; é o terceiro livro de Machado; indica um desdobramento de sua expressão poética, que se amplia, em relação aos dois primeiros livros, sendo, por sua vez absorvida pelo espaço mais vasto das *Ocidentais*, publicado em 1901. Assim, verifica-se que entre o primeiro e o último livro há uma gradação de títulos, significando sempre um alargamento do espaço expressivo, embora a forma exterior seja perfeita desde os primeiros versos da juventude.

Creio que se pode comparar o desenvolvimento dessa poesia com o de uma planta que cresce. Acredito ainda que Machado chegou mesmo a planejar esse desenvolvimento uniforme e coordenado. Nada definiria melhor a confiança que ele tinha em tal processo do que duas estrofes de um dos poemas de *Ocidentais*:

Na árvore que rebenta o seu primeiro gomo,
Vem a fôlha, que lento e lento se desdobra,
Depois a flôr, depois o suspirado pomo.

Pois essa criatura está em toda a obra:
Cresta o seio da flôr e corrompe-lhe o fruto;
E é desse destruir que suas forças dobra.

Considero um equívoco apresentar Machado como um poeta influenciado pelos nossos românticos. Mesmo que uma análise de texto revele um estilo impregnado de traços românticos característicos além de uma temática e um vocabulário muito ao gosto do romantismo, ainda assim eu discordaria dos que pretendem vê-lo, em seus primeiros livros, como um mero reflexo da poesia de Magalhães, Gonçalves Dias, Fagundes Varela e Casimiro de Abreu. Dizia William Blake que entre os verdadeiros poetas a competição se anula. É o que ocorre atualmente na União Soviética, entre Evtuchenco e Voznessenski, pois, segundo comentam os especialistas, são ambos tão competidores e ao mesmo tempo tão pessoais que não se pode falar da influência de um sobre o outro; no máximo, poderíamos descobrir neles influências recíprocas, o que confirmaria a exata configuração do raciocínio de Blake.

O temperamento de Machado de Assis, o orgulho de autodidata consciente do segredo de suas forças criadoras, a independência que sempre demonstrou em relação aos movimentos literários e ao gosto da época, não lhe permitiram, na realização de sua obra ser conduzido pela mão de ninguém. As influências românticas que lhe apontam eram mais de origem européia; foram colhidas na própria fonte. Elas têm raízes mais fundas do que aquelas que costumam lembrar os nossos críticos, inclusive Manuel Bandeira que reconhece ser Machado um "poeta de primeira linha". Creio que se pode dizer ter sido ele um romântico por ironia, enquanto foi sempre um clássico por atitudes e organização intelectual. No prefácio que Manuel Bandeira escreveu para a edição da *Aguillar* das obras completas de Machado de Assis, diz ele que o autor de *Crisálidas* é um grande poeta, tendo escrito em *Ocidentais* alguns poemas que estariam no mesmo nível dos seus melhores trabalhos em prosa. Entretanto, põe em dúvida a sobrevivência da poesia de Machado, se ele houvesse escrito apenas *Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas*. Não concordo com essa opinião do poeta Manuel Bandeira. O "Pálida Elvira", de *Falenas*, é um dos poemas mais perfeitos de nossa poesia dezeno-

vesca. Acredito que a ironia se derrama ali com muita força sobre os românticos; paradoxalmente tem sido apresentada como uma obra romântica, cheia de lugares comuns, como "a pálida donzela", "tarde incerta", "versos meus", "paixão que domina a alma" e outros traços típicos do romantismo. Seria, então, uma obra romântica ou uma simples ironia ao temperamento romântico?

Inclino-me pela segunda hipótese.

Pálida Elvira é poema concebido sob a direta influência de Góngora. Seu modelo é a *Fábula de Polifemo*, uma das composições mais belas, mais raras e misteriosas da literatura universal. Escrito em oitava rima, à semelhança do *Polifemo*, alguns preferem julgar que a estrofe aqui seria simplesmente camoniana, esquecidos de que, em Camões, a oitava real de Ariosto se desenvolve sob um clima quase marcial, porque assim exige o cânon da epopéia heróica renascentista. Entretanto, a oitava rima não possui esse caráter na *Fábula de Polifemo*. Em Góngora, a expressão é lírica, apoiada numa atmosfera misteriosa, soturna, lúgubre até. Dámaso Alonso chama a atenção para a suntuosidade e elegância do verso gongorino. Em Machado, a expressão é irônicamente romântica: mas logo vai se intensificando em tristeza, até alcançar uma atmosfera lúgubre que se assemelha e do *Polifemo*. Quanto à forma exterior, é clássica em Machado, ao passo que em Góngora é inconfundivelmente barrôca. Não é apenas com o objetivo de preparar psicologicamente o leitor para as comparações, que irei transcrever aqui algumas estrofes dos dois poemas. Vejamos primeiro Góngora:

"Oh bella Galatea, más suave
que los claveles que tronchó la Aurora:
blanca más que las plumas de aquel ave
que dulce muere y en las aguas mora;
igual em Pompa al pájaro que, grave,
su manto azul de tantos ojos dora
cuantas el celestial zafiro estrellas!
Oh tú que en dos incluyes las más bellas!"

Machado, apesar de muito distante do clima de culturanismo, não é tão pobre na pintura de ambiente, como o afirmara Silvio Romero:

Era uma jóia a alcova em que sonhava
 Elvira, alma de amor, tapete fino
 De apurado lavor o chão forrava.
 De um lado oval espelho cristalino
 Pendia. Ao fundo, à sombra, se ocultava
 Elegante, engraçado, pequenino
 Leito em que, repousando a face bela,
 De amor sonhava a pálida donzela,

Há muito de romântico nêsse quadro; creio que até mesmo Lamartine o assinaria. E Machado foi um admirador de Lamartine; contudo, admirava mais ainda a Goethe e Shakespeare. A expressão "pálida donzela", apontada como traço romântico típico, também se observa em Camões, no episódio de Inês de Castro. Na estrofe seguinte, êle insulta os românticos, dizendo que êsse é o estilo de todo mundo, de toda a gente que escreve sobre o amor, pelo que se desculpa:

Não me censure o crítico exigente
 O ser pálida a moça; é meu costume
 Obedecer a lei de toda a gente
 Que uma obra compõe, de algum volume.
 Ora, no nosso caso, é lei vigente
 que um descorado rosto o amor resume.
 Não tinha Miss Smolen outras côres;
 Não as possui quem sonha com amôres.

Êsses golpes sucessivos de ironia e humor se intensificam nas estrofes seguintes, enquanto o poema vai se desenvolvendo dentro do esquema gongorino, até alcançar aquela paisagem de tristeza noturna e grave que caracteriza o *Polifemo*.

Em ensaio sobre Góngora, Dámaso Alonso chama a atenção para o aspecto "lúgubre e agourento" da paisagem em que se acha situada a gruta do monstro. Não há ali nenhuma luz; tudo é "negro", "escuro" e "noturno". Até as palavras, as sílabas, as letras de cada verso são escolhidas com o objetivo de intensificar essa atmosfera de espanto, um dos milagres da expressão barrôca. No *Pálida Elvira*, a idéia do desfecho trágico também surge em atmosfera semelhante, quando os amantes estão reunidos em hora marcada por crepúsculo chuvoso, em paisagem a que não faltam as árvores, o vento, a tristeza, os pássaros lúgubres. Vejamos primeiro Góngora:

Guarnicion tosca de este escollo duro
 troncos robustos son, a cuya greña

menos luz debe, menos aire puro
 la caverna profunda, que a la peña;
 caliginoso lecho el seño obscuro
 ser de la negra noche nos la enseña
 infame turba de noturnas aves
 gimiendo triste y volando graves.

(Polifeno, versos 33 a 40)

Agora, Machado de Assis:

Juntos, ao parapeito da varanda,
 Viam cair da chuva as gotas finas,
 Sentindo a viração fria, mais branda,
 Que balançava as frouxas casuarinas.
 Raras, ao longe, de uma e de outra banda,
 Pelas do céu tristíssimas campinas
 Viam correr da tempestade as aves
 Negras, serenas, lúgubres e graves.

(Pálida Elvira, Poesias Completas, estrofe XXXVIII)

Ainda que alguém pretendesse negar a existência aqui de uma verdadeira influência, a marca mais típica, mais característica e singular do estilo do grande poeta espanhol faria impôr a soberania de seu testemunho: dois hipérbatos fabulosos, em versos de rimas e acentuação paralelas:

Viam cair da chuva as gotas finas
 Pelas do céu tristíssimas campinas.

A reflexão como força criadora

Ao fazer comparações entre Góngora e Machado não pretendo situá-los num mesmo nível; seria absurdo se o fizesse e creio que o leitor também o julgaria assim. Góngora é um momento de rara beleza na literatura do Ocidente; combina a visão intuitiva com o conhecimento racional; une o pensamento lógico ao pensamento idiomático, a análise reflexiva à sugestão sensível. Qualquer de seus poemas nos faz lembrar o célebre verso de Keats no início do *Endymion*:

A thing of beauty is a joy forever

O poder expressivo de Góngora se fundamenta no uso novo da metáfora, em que, muitas vezes, não há correspondência en-

tre o elemento da realidade objetiva e a imagem subjetiva que êle procura fixar, por transposição, no espírito do leitor. O tropo gongorino é simples nos romances e outros poemas menores; audacioso, insolente, belo e cheio de pompa nos sonetos e outras composições maiores. Essas foram as razões que motivaram as críticas de Pedro de Valência ao excesso de ornamento do *Polifemo* e das *Soledades* e que tanta influência exerceu sobre a posterior fama de Góngora, como poeta afetado, estranho e difícil. As críticas de Pedro de Valência foram feitas em carta a Góngora. Numa delas, de junho de 1613, escreve:

"Demetrio dice que los que afectan grandeza en el decir, errando caen en frialdad; lo cual acontece en diversas maneras: la primera por ser el pensamiento hiperbolico en demasia y imposible, como un poeta dijo que en el peñasco que el Cíclope arrancó y lo arrojó a la nave de Ulisses, cabras iban pasciendo descuidadas. No desecharian esto nuestros poetas".

Que as críticas de Pedro de Valência eram injustificadas não se precisa discutir; contudo, não foram inconsequentes: serviram de base a alguns dos ataques que Góngora sofreu durante três séculos, até que Federico Garcia Lorca restaurou-lhe o prestígio e o recolocou em sua verdadeira posição.

Ao contrário de Góngora, Machado de Assis quase não utilizava a metáfora; uma investigação de seus métodos revela uma convivência muito acentuada com os clássicos, a partir de Homero. Daí o despojamento de sua expressão. Por isso, sua poesia não satisfaz ao gosto de nosso tempo; nem poderia satisfazê-lo. Sob êsse aspecto a época em que vivemos pertence mais a Góngora. Eu mesmo não gosto da poesia de Machado, embora o reconheça grande poeta. Como poderia explicar-se tal fenômeno? Creio que é simples. Muitos leitores não gostam de Baudelaire; mas admiram Valéry. Outros afirmam que Baudelaire é igual a Dante... Até mesmo grandes artistas cujas obras possuem mais portas de entrada do que Tebas se mostram inteiramente fechados a outros. É o caso de Shakespeare, criador de uma obra que abarca o céu e a terra, em quem Tolstoi não via mais do que um charlatão, ou — para utilizar rude termo ao gosto de nosso tempo — um canastrão da poesia lírica e dramática. Contudo, creio que não é pre-

ciso dizer ao leitor que Dante não pode ser comparado a poetas menores como Baudelaire e Valéry e que o juízo de Tolstoi sobre Shakespeare é absurdo.

Isso quer dizer que um poeta não deve ser julgado exclusivamente pela capacidade que demonstre em despertar emoções; em acender lâmpadas de mil velas nos vales mais noturnos de nossa sensibilidade. Creio que o investigador literário, ao invés de guiar-se pelo gosto, deve antes analisar processos, e, a partir dos elementos fornecidos pela pesquisa, elaborar conceitos capazes de formar correntes de pressão psicológicas, suficientes para modificar o gosto do leitor, abrindo-lhe novas perspectivas à visão. Com muito acêrto, Vossler afirma que "o gosto é educável e necessita ser "educado". Diz ainda que o que há de original nas obras de arte, "sòmente se pode explicar a partir do gênio do artista, não do gosto da época".

Uma das razões que tornam a poesia de Machado de Assis fechada ao leitor moderno é o caráter reflexivo de sua expressão. Essa é uma das características da poesia antiga, desde Homero, passando por Virgílio e Horácio, e imprimindo sua marca aos poetas posteriores, que, em qualquer época, escreveram segundo o cânon antigo. A estes — e não a Horácio, Virgílio e Homero — é que Ernst Robert Curtius chama de "clássicos normais". A poesia lírica de Machado não expressa apenas sentimentos mas aquilo que ao pensamento vai sendo comunicado pela reflexão. A reflexão tem o poder de multiplicar as combinações intuitivas, anula os entusiasmos afetivos, geralmente carregados de retórica. Retórica prosaica e não retórica poética. Por exemplo, a retórica de um Homero, de um Virgílio, de um Lucano, de um Shakespeare, de um Goethe, de um T. S. Eliot, de um Carlos Drummond de Andrade. Diz Hegel: "Para que uma obra de arte nasça, é preciso que em lugar de sentimentos passageiros intervenha a *reflexão*, e que, até no entusiasmo da inspiração, o poeta saiba conter-se. O produto do gênio deve desenvolver-se com tranquilidade artística e organizar-se na harmonia interior de um espírito que domine seu assunto com olhar claro e lúcido". Essa é uma das razões que distanciam Machado de todos os poetas de seu tempo. Ao contrário da maioria, a natureza orgânica do seu estilo fez com que êle fôsse um clássico desde seus primeiros en-

saíes poéticos. Por isso, se move com tranquilidade em todos os sentidos, apoiando os versos numa musicalidade harmônica, num ritmo tranquilo e avassalador, na força evocativa das imagens, nas curvas ondulatórias dos “enjambement”, no equilíbrio da arquitetura, tudo isso sustentado por um perfeito senso de medida. Quando Sílvio Romero — talvez julgando diminuí-lo — afirma ser êle “pouco vasto” mas que “possui em alto grau a facilidade da reflexão”, está a reconhecer-lhe importantes e raras qualidades de um verdadeiro poeta. Pois a reflexão estimula a intuição criadora, desenvolve — como diz Hegel — a sensibilidade, faz “nascer energias novas”, dando ao poeta sugestões para imagens novas e vigorosas, além de possibilitar-lhe um “estilo rico de harmonia, de ritmo e rimas a maior parte simples, porém admiráveis”.

Ao confrontar a estrutura do *Polifemo* com a do *Pálida Elvira*, meu objetivo foi mostrar que o mundo em que se move Machado não é tão estreito quanto pretendem alguns de seus críticos; a maneira simplista como se encara um autor em relação à sua época geralmente é causa de tais erros que, não sendo corrigidos, vão lentamente adquirindo uma crôsta de “falsa verdade”, criando um perigoso mimetismo crítico, capaz de incorporar-se à herança cultural e, assim, transferir-se de geração a geração. Acredito que não se precisa dizer ter sido a nossa crítica do século XIX predominantemente impressionista; muitos críticos bem informados já o afirmaram antes de mim; mas o pior é que êsse criticismo, em sua quase neurose de julgar, não se limitava apenas à investigação das obras literárias em si. O autor era também vigiado de perto; suas maneiras, suas doenças, seu comportamento psico-social. Assim, ainda que não se fizessem referências expressas a essas pedras de toque, a verdade é que elas acabavam por influenciar o próprio juízo crítico. Pelo menos chegaram a criar paradigmas do que se poderia chamar um *verdadeiro poeta*: homem boêmio, de cabeça grande que lhe dava à cabeça (incluindo o queixo) a aparência de um triângulo ou pirâmide invertida. Ainda que se vestisse com apuro, o verdadeiro poeta não devia necessariamente ser um homem limpo; muitas caspas caíam-lhe sobre o casaco; se essas partículas caracterizadoras lhe faltavam, êle próprio poderia supri-las com um pouco de borralho ou areia,

discretamente polvilhado sobre a gola. Devia ter certa capacidade para improvisar versos nos salões, escrever odes e epigramas nas mesas dos bares, ser pálido, despertar o amor nas jovens pálidas e esforçar-se para morrer tuberculoso antes da idade em que morreu Keats. Foi nessa atmosfera de preconceitos absurdos que Machado apareceu, dando um sinal de presença mais com as obras literárias de que com sua figura humana. Embora não gozasse de boa saúde, esforçou-se para conservá-la; não frequentava reuniões de boêmios nem quis ser um dêles. Mantinha relações de amizade com famosos autores da época, mas à semelhança do jovem Keats, de que nos fala G. S. Fraser, era “tímido e reservado”, não gostava de álcool nem do “trato com as prostitutas”. Enfim o seu comportamento era o de um artista responsável; de um homem que tinha confiança em si mesmo, jamais sendo um apressado, um superficial, à maneira dos românticos. É verdade que não foi artista dominado pelo desejo de cantar grandes temas, de criar grandes personagens. Contudo, necessitaria ser um gênio para refletir algo mais do que a medíocre realidade que circundava o seu próprio ambiente. Não creio que seja muito difícil escrever livros como a *Eneida* e a *Farsália* em países onde existiram homens como Tarquino o Soberbo, Coriolano, Tibério e Caio Graco, Cipião, César e Pompeu. Mas numa terra como a nossa, onde a realidade social não estimula a atividade criadora em relação aos grandes temas, é quase um milagre que tenha existido um Machado de Assis para valorizar as coisas simples, as quais êle viu sempre num plano de verticalidade; e é aqui que sua sensibilidade moderna deve ser buscada e não no plano de suas máscaras, o horizontal, como o faz comumente a maioria dos analistas de sua obra literária e não apenas de sua poesia.

Círculo vicioso e os Parnasianos

Entre os poetas brasileiros do século XIX, Machado de Assis é o que soma o maior número de elementos caracterizadores de um verdadeiro poeta. Nêle, a reflexão é a faculdade intelectual que mais se destaca; segundo me parece, é a ela que os demais elementos expressivos de sua poesia se encontram sub-

metidos. O preconceito romântico de atribuir a uma inspiração misteriosa o encontro das mais belas imagens e metáforas, dos mais belos símbolos de um poema, nos tem levado a uma quase catastrófica perversão do gosto. Isso não quer dizer que a poesia de Machado se desenvolva num plano puramente racional; êle tem sempre os olhos voltados para dentro de si mesmo. Embora em algumas de suas composições tenha sido julgado como parnasiano, sem nenhuma singularidade, Machado não foi efetivamente um parnasiano. Nêle jamais ocorrem aqueles estados “suspensivos de consciência”, frequentes entre os parnasianos. Inclusive os mais famosos representantes brasileiros desta escola: Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac. Suas reflexões não o conduzem a uma representação de coisas ou objetos apenas significativos. A posição filosófica que êle assume é afim de certos fenomenologistas, especialmente daqueles para os quais a “realidade se justifica por si mesma, com sua única presença” (Hegel e Hartmann). O caráter reflexivo de sua posição intelectual não o conduz a expressão de “pensamentos puros”; antes lhe proporciona visões da realidade, que, já libertas da reflexão original, alcançam a categoria de legítimas intuições de essência. Êle próprio confirma essa técnica de pensamento reflexivo num dos poemas de Ocidentais:

Ouçó que a natureza, é uma lauda eterna
de pompa, de fulgor, de movimento e lida,
uma escala de luz, uma escala de vida,
do sol à infima luzerna.

Ouçó que a natureza — a natureza externa
tem o olhar que namora, e o gesto que intimida,
Feiticeira que ceva uma hidra de Lerna
entre as flôres da bela Armida.

E contudo, se fecho os olhos, e mergulho
dentro de mim, vejo à luz de outro sol,
outro abismo
em que um mundo mais vasto, armado de outro orgulho,
rola a vida imortal e o eterno cataclismo,
e, como o outro, guarda em seu âmbito enorme
um segredo que atrai, que desafia e dorme.

Em momentos como êste, Machado parece realizar um desdobramento do “eu”, colocando-se em posição oposta aos parnasianos; o traço revelado tem importância crítica, pois, ao

contrário dos parnasianos, êle não coloca em “suspensão a consciência”, mostrando-se interessado por “um mundo mais vasto”, que de certa maneira revela uma aproximação crescente com a experiência interna transcendental e fenomenológica.

Evidência estrutural

Quando digo que Machado de Assis é bom poeta, não estou a pedir a ninguém que gaste o seu tempo na leitura dos seus poemas. Machado escreveu versos ruins, em número suficientemente elevado para enfadar o leitor mais complacente. Desgraçadamente, êsses versos maus são os mais citados; poucas vezes são lembrados os bons. Mas não é apenas pelos seus versos bons que estou a escrever êste ensaio; acredito que Machado não precisa de revalorizações críticas. Da monotonia de seus poemas salta muita beleza ao alcance de uma abordagem investigadora que não precisa de equipamentos especiais. Êle não é um “antecipado”, um desses poetas que freqüentemente se levantam dos túmulos para servir de temas originais a pesquisadores originais. Julgo que a poesia de Machado merece um melhor lugar em nossa literatura porque êle soube dar solução a numerosos problemas expressivos que, em qualquer época, preocupam sempre os poetas jovens. Bom ou mau, todo poema de Machado de Assis é uma obra de arte cuja legitimidade não é lícito pôr em dúvida. Seus poemas apresentam aquela evidência de movimento e estrutura a que se refere Lukács em ensaio sobre o reflexo da realidade na arte: “Tôda obra de arte deve oferecer uma coerência unitária, arredondada em si mesma, em si mesma acabada. E por certo uma coerência tal que seu movimento e estrutura sejam *imediatamente evidentes*. A necessidade desta evidência imediata se mostra da maneira mais clara precisamente na literatura”.

Para poetas jovens, Machado é um bom começo; êle representa a única ponte verdadeira que temos entre a poesia moderna e a tradição clássica. Não me refiro ao clássico em sentido puramente historicista; mas como um estado de espírito comum a qualquer época, o clássico — à semelhança do Barroco — como estilo de cultura e não como estilo histórico.

De qualquer forma, há muitos versos ruins em Machado.

Até mesmo quando êle recorre ao metaforismo mais tradicional, e se serve de uma imagem como a do “livro aberto” onde se escreve ou se lê algo nos olhos, no rosto ou nos elementos da natureza, seus achados não são os melhores que um poeta de sua categoria poderia encontrar. Por exemplo, nesta quadra:

Teus olhos são meus livros
Que livros há aí de melhor
Em quem melhor se leia
A página do amor?

Qualquer pequeno poeta da Idade Média, ao tentar expressar sentimento semelhante, o teria feito melhor. Isso para não falar nos grandes poetas que surgiram em épocas posteriores, quando a metáfora do “livro” já se tornara um lugar comum na poesia européia. Em Shakespeare, que foi um dos mestres de Machado, a velha imagem do *livro* se renova, tornando-se, às vezes, ousada e insolente. Quando Desdêmona pergunta a Otelo que crime teria ela cometido para lhe despertar tão súbito ódio, êle responde, acariciando-lhe o rosto:

Este branco papel, êste livro tão famoso,
Nêle sòmente pode escrever-se um nome:
Prostituta”.

Inesperado, pungente, chocante. E belo também; mas é Shakespeare. Todavia, se há versos ruins em Machado, alguns dêles insuportáveis, como o “tristes e sinceras sepulturas” que aparece na segunda quadra do poema *Manhã de inverno*, há outros que merecem do leitor uma atenção curiosa, indagadora e vigilante para que não venha a condenar como vulgar aquilo que é exatamente o seu opôsto: refinamento expressivo, agudeza, transparência, harmonia e perfeito equilíbrio entre as percepções e a trama exterior que lhe ordena a estrutura. Um exemplo, na pequena composição de *Falenas*, “Quando ela fala”, que tem como epigrafe dois versos de Shakespeare — *She Speaks/ O speake again, bright angel*”:

Quando ela fala, parece
Que a voz da brisa se cala;
Talvez um anjo emudece
Quando ela fala.

Meu coração dolorido
As suas mágoas exala,
E volta ao gôzo perdido
Quando ela fala.

Pudesse eu eternamente,
Ao lado dela, escutá-la,
Ouvir sua voz inocente
Quando ela fala.

Minh'alma, já semi-morta,
Conseguira ao céu alçá-la,
Porque o céu abre uma porta
Quando ela fala.

Não diria, como Coleridge disse de uma de suas visões, que tal poema é um “miracle of rare device”. Contudo, acredito que estamos diante de uma das pequenas composições perfeitas de nossa língua. A concepção de sua estrutura mostra que a intuição não é o elemento único que faz o poema avançar; a reflexão ordena o processo expressivo. Se algum poeta francês o houvesse escrito, êste seria um poema famoso no Brasil... Quando faço alusões a “poetas franceses”, tenho minhas razões... O prof. Ugo Gallo, especialista italiano em literatura de línguas romances, afirma que o livro *Ocidentais*, de Machado de Assis, tem “afinidades com o *Sagesse*, de Verlaine, sendo, contudo, superior a êste. Para o mestre europeu, Machado “não se assemelha a nenhum contemporâneo, rivalizando com o grande Gonçalves Dias, e superando-o na transparência formal e intensidade psicológica”. No poema citado, mesmo que o leitor não seja um especialista, poderá observar, através de uma análise sumária, o movimento lento porém seguro que lhe vai dando coerência e ritmo interior, tudo funcionando em harmonia com a simplicidade da estrutura. Há neste poema uma gradação que nos leva a um estado afetivo de tristeza a outro de extremo gôzo interior. O poeta está só. Ouve apenas o rumor da brisa, possivelmente a voz de um anjo; um estado semelhante àquele em que outro poeta, anos depois, clamará aos céus para que ao “emergir da terrível intuição, pudesse iluminar seu canto de alegria e glória até os Anjos aprovadores”. De repente, ela fala. Quem seria ela? A própria intuição? A poesia? A mulher amada? Creio que não me cabe fazer aqui nenhuma interpretação. Entretanto, podemos

saber, desde já, que quem fala tem o poder de calar a brisa e emudecer um anjo. E mais do que isto, pode curar um mal para o qual já não existiria remédio:

Meu coração dolorido
As suas mágoas exala.

E volta ao gozo perdido
Quando ela fala.

Infelizmente, não ocorreria aqui uma cura definitiva. Se assim fosse, o poeta não revelaria o desejo de ouvi-la sempre:

Pudesse eu eternamente,
Ao lado dela, escutá-la,
Ouvir sua voz inocente
Quando ela fala.

Agora, o processo gradativo vai alcançando o seu nível mais elevado; e logo se inicia a curva de arredondamento expressivo, pois como: em Rilke, o poeta escapando às contingências humanas e esquecendo as "alegrias vivas e ligeiras", eleva-se a um plano superior, onde a antiga tristeza não possa, como nos versos iniciais, retornar ao seu coração:

Minh'alma, já semi morta
Conseguira ao céu alça-la.
Porque o céu abre uma porta
Quando ela fala.

Sòmente uma sensibilidade altamente refinada, "agitada por um mundo de experiências sensoriais e individuais" — como diz J. Middleton Murry — poderia encontrar os elementos indispensáveis à realização de um pequeno belo poema como este. Se o leitor julga-o demasiadamente fácil e que, para escrevê-lo, não é necessário que se seja um grande poeta, tente ao menos imitá-lo... Alguém poderá dizer ainda que não há aqui nada de novo; que não tem a sutileza psicológica de um Laforgue, ou um Tristán Corbière. Mas tem uma vantagem: é Machado. Não é Vitor Hugo, nem Byron, nem Leopard. É apenas Machado de Assis, um poeta brasileiro.

NOTAS SÔBRE A INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO NACIONAL E O PLANEJAMENTO REGIONAL

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA

"La région dans l'Etat ne saurait être considérée comme une entité indépendante, mais bien comme la partie d'un tout, liée aux autres unités régionales et subordonnée à la conception nationale du bien-être commun".

J. R. BOUDEVILLE

Nesta breve exposição, sem dúvida alguma sumária, pretendemos apresentar, de maneira mais sistemática, algumas idéias sôbre a necessidade de uma integração entre o planejamento nacional e o planejamento regional nesta fase do desenvolvimento econômico do Brasil. Em suas linhas gerais, essas mesmas idéias foram focalizadas em reunião de que participamos, com economistas e outros cientistas sociais do país, no Conselho Nacional de Economia (1).

1. O estado da questão

É fato incontestado que, no mundo atual, existem, em quase todos os países, disparidades flagrantes entre o desenvolvimento da economia nacional e o desenvolvimento das economias regionais. No caso do Brasil, tais disparidades se podem ilustrar, *grosso modo*, pelos dados constantes da tabela seguinte:

(1) — Reunião realizada em 12-7-1962.

TABELA I

Distribuição Percentual da População e Renda do Brasil, segundo Regiões
1960

REGIÕES	% da População do Brasil *	% da Renda do Brasil	Renda per-capita relativa (Brasil = 100)
Norte	3,2	2,2	70
Nordeste	31,8	15,9	51
Centro-Sul	61,0	79,4	132
Centro-Oeste	4,0	2,5	62

Fontes: Dados da Equipe de Renda, da FGV, e "Sinopse Preliminar do Centro Demográfico do Brasil" — 1960.

(*) Exclusive a população dos Territórios Federais.

NOTA: A Divisão Regional abrange os seguintes Estados: NORTE: Amazonas e Pará; NORDESTE: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; CENTRO-SUL: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; CENTRO-OESTE: Mato Grosso e Goiás.

As causas de tais disparidades, conforme foi sugerido na reunião acima referida, é assunto que está a merecer, da parte dos pesquisadores brasileiros, investigações mais profundas para que cheguemos a identificá-las satisfatoriamente. Independentemente, porém, de tais investigações, o fenômeno, que se verifica no Brasil, é comum a qualquer outro país e se deve encarar, mesmo, como peculiar ao próprio processo de desenvolvimento. Conforme observa Hirschman (2), "o progresso econômico não aparece em toda a parte ao mesmo tempo" e, uma vez desencadeado, "forças poderosas atuam no sentido da concentração espacial do desenvolvimento econômico nos seus pontos iniciais de partida".

Esta arritmia do desenvolvimento, quando encarada sob o aspecto da descontinuidade espacial, resulta, preliminarmente, da maneira desigual como se distribuem, geograficamente, os recursos produtivos ou, em outras palavras, os fatores locacio-

nais de qualquer sistema econômico. Quando enfocadas, em condições estáticas e de um ponto-de-vista estritamente geográfico, as disparidades regionais, existentes numa economia nacional como a do Brasil, nada possuem de estranho ou de surpreendente. Podemos considerá-las, mesmo, "como condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento" (3). Qualquer sistema econômico, em outras palavras, tende a criar, para expandir-se, "polos de crescimento" que, dentro da perspectiva do espaço, se acham naturalmente associados às vantagens locais relativas das diferentes regiões de um país. Daí, simplificando, as desigualdades de situação entre as economias regionais no contexto de uma economia nacional, digamos, entre as regiões A e B de um mesmo país.

Aquelas disparidades, entretanto, se visualizadas em condições dinâmicas, i.e., dentro de uma perspectiva espaço-tempo, passam a apresentar, na realidade, aspectos que se revestem de particular importância para a problemática do desenvolvimento.

As vantagens locais relativas, por exemplo, entre as diversas regiões de um país podem variar, no decurso do tempo, em decorrência, sumariando, a) de modificações geográficas na disponibilidade de recursos naturais e humanos, b) de alterações ou, mesmo, da invariabilidade das suas áreas de mercado e c) de fatores institucionais e/ou de políticas governamentais. A intensidade dos "polos de crescimento", dito diferentemente, é suscetível de variações, ao longo do tempo, podendo resultar de tais variações mudanças nas posições relativas das economias regionais no contexto da economia nacional. *Habent sua fata regiones*. No caso do Brasil, este fenômeno deve ser, no nosso entender, suficientemente explorado para uma análise, em profundidade, das disparidades ocorrentes entre, digamos especificando, a economia do Nordeste e a economia do Centro-Sul do país.

Se abstrairmos, para simplificar, dos fatores condicionantes de tal fenômeno a ação governamental, podemos encará-lo, ainda, como um dos aspectos da própria arritmia do processo

(2) — HIRSCHMAN, A. O. — *The strategy of economic development*, p. 183.(3) — HIRSCHMAN, *ibidem*, p. 184.

de desenvolvimento. Nada há de surpreendente, como se percebe facilmente, em que “forças desigualizantes” atuem no sentido de possibilitar a expansão econômica mais rápida de uma região em relação à outra, dentro de um país, como nada há de surpreendente em que, no decurso do desenvolvimento, se altere a importância relativa dos setores, dentro de um sistema econômico, e em que se modifique, nos diversos setores, a importância relativa de certas atividades.

A expansão mais rápida de uma região tende, de resto, a desencadear certos estímulos à expansão de outras regiões tanto quanto, observe-se incidentalmente, a expansão de um setor da economia tende a estimular a expansão dos demais setores (4).

Atente-se, porém, em que a propagação desses estímulos, em virtude da própria condicionalidade espacial das atividades econômicas, se amortece sensivelmente à medida em que se venham a concentrar numa única região ou, digamos, na região mais favorecida os possíveis “polos de crescimento” da economia nacional. Lembrando a teoria da aglomeração, à la Weber, poderíamos dizer que neste caso, e de um ponto-de-vista da economia nacional como um todo, as “economias de expansão” (que, na realidade, são “economias de localização”) tendem a tornar-se, necessariamente, “deseconomias de expansão”.

Situando a questão em termos, estritamente, da economia espacial, este fato é facilmente compreensível quando atentamos em que o espaço geográfico, como *substratum* físico de qualquer economia, é um espaço, chamemo-lo assim, naturalmente “solidário” num sistema econômico nacional. A concentração dos “polos de crescimento”, numa única região, tende a criar, destarte, “descontinuidades espaciais” dentro do sistema, em detrimento 1) da expansão do mercado interno; 2) das economias de transporte no comércio intra-nacional ou inter-regional e, conseqüentemente, 3) da própria expansão das áreas de mercado da região mais favorecida.

(4) — Daí o conceito de “pôle de croissance”, criado pelo Professor F. Perroux, e hoje aceito pelos cientistas regionais em virtude das suas valiosas implicações, teóricas e práticas, para uma abordagem problemática do desenvolvimento.

Além disso, o desenvolvimento de um país economicamente subdesenvolvido ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, depende muito menos de encontrar-se uma ótima alocação dos recursos produtivos do que de mobilizarem-se recursos ou aptidões, ocultos, dispersos ou sub-utilizados, com o fim de promover-se o desenvolvimento (5). A concentração dos “polos de crescimento” numa única região tem, por isso, além das desvantagens sumariamente enunciadas acima, a de impedir que na prática, dada a desigual distribuição desses recursos ou aptidões no espaço geográfico, sejam eles mobilizados, estrategicamente, para atender-se aos fins de uma política nacional de desenvolvimento.

Permitimo-nos reafirmar à luz do exposto — e levando em consideração o objetivo primário desta contribuição que nos foi solicitada pelo Conselho Nacional de Economia — que, com os recentes e consideráveis progressos da *Economia Espacial* (ou, mais amplamente, da *Ciência Regional*), a controvérsia, de caráter eminentemente normativo, sobre a conveniência de dar-se ênfase no Brasil ao planejamento nacional e/ou ao planejamento regional, de acelerar-se a expansão econômica de uma região do país (evidentemente a região mais favorecida) e de manter-se, apenas, o ritmo de crescimento das demais regiões, é hoje irrelevante, no nosso entender, tanto de um ponto-de-vista teórico quanto de um ponto-de-vista prático. O crescente interesse, nos últimos anos, pela análise das relações entre o planejamento econômico regional e o planejamento econômico nacional veio a evidenciar, além disso, as vantagens, de ordem prática ou operacional, que, de uma integração entre ambos, podem advir para os programas de desenvolvimento das economias do mundo moderno (6).

2. As dimensões do planejamento

As disparidades existentes no ritmo de crescimento das

(5) — Veja-se, a propósito, Hirschman, A. O., loco cit., pág. 5

(6) — São bastante importantes, a este respeito, as contribuições de técnicos, de vários países, à Conferência sobre o “Desenvolvimento Econômico Regional” realizada em Bellagio, em 1960, e reunidas na obra *Regional Economic Planning*; W. Isard e J. H. Cumberland, eds.; publicação da Agência de Produtividade Européia, da O.E.E.C.

diversas regiões de um país criam inevitavelmente, conforme se depreende das observações acima, consideráveis obstáculos à integração da economia nacional; e, a par desses obstáculos, graves tensões sociais no seio das comunidades regionais mais pobres. Analisar, apenas, *como e por que* ocorrem tais disparidades seria, para o economista, um esforço meramente contemplativo, quando não melancólico; e o seu genuíno dever, como observa Loesch, “não é o de explanar a nossa triste realidade, mas, o de melhorá-la” (7). Em nossos dias, a realização de tal tarefa depende, fundamentalmente, do planejamento.

Como se sabe, o planejamento é, *per se*, um assunto complexo e seria pretensioso, da nossa parte, tentar apreciá-lo adequadamente num breve trabalho, como êste. Cabe acentuar, entretanto, algumas das suas *dimensões*, ou dos seus campos de aplicação, que particularmente interessam ao tema ora focalizado.

Atualmente se reconhece que o planejamento tem várias dimensões. Uma dessas dimensões, que se pode chamar de primordial, relaciona o planejamento ao nível administrativo, ou seja, 1) a um país como um todo, 2) às regiões de um país, e 3) às áreas urbanas das diversas regiões nacionais. Daí a discriminação hoje aceita, dentro desse enfoque dimensional, de três tipos de planejamento, a saber: 1) o planejamento *nacional*, 2) o planejamento *regional*, e 3) o planejamento *urbano* (8).

Outra dimensão do planejamento é a que o relaciona à economia, concernente às relações inter-industriais do sistema econômico e outras variáveis quantitativas do sistema, v. g., metas de produção, montante dos investimentos públicos e privados, níveis salariais, etc.

Duas outras dimensões podem ser ainda apontadas, tais como a que se refere a) às estruturas políticas e legais ou, generalizando, aos fatores culturais que condicionam o processo de desenvolvimento e b) e a que se relaciona com o *substratum*

(7) — LOESCH, A. — *The economics of location*. (trad). p. 4.

(8) — ISARD, W. & REINER, T. — *Regional economic planning*. Cap. 1.

físico da economia ou, mais exatamente, com o que os franceses denominam de “*aménagement du territoire*” (9).

Essas dimensões do planejamento devem ser levadas em conta, na prática, para a elaboração dos problemas de desenvolvimento.

Programas de desenvolvimento, conforme se sabe, existem hoje na maioria dos países do mundo moderno como guia às políticas econômicas dos seus governos; mas, cumpre ressaltar que, até bem pouco tempo, vinha prevalecendo, na elaboração dos mesmos, a orientação metodológica de levar-se em conta principalmente — e, algumas vezes, exclusivamente — a dimensão *nacional* do planejamento.

A mudança de perspectiva nessa orientação é, sem dúvida alguma, o fato mais impressionante que, hoje, se observa no campo do planejamento e, em consequência, no campo das políticas nacionais de desenvolvimento. Por um lado, a circunstância de ser o espaço geográfico um espaço “solidário” para qualquer sistema econômico e, por outro lado, a distribuição desigual das vantagens locais, neste espaço, vieram a evidenciar a conveniência de integrarem-se o planejamento regional e o planejamento nacional, num todo coerente, como condição à própria coerência das políticas nacionais de desenvolvimento. Essa nova orientação metodológica, em outras palavras, enfoca o problema da coerência política econômica sob um critério bi-dimensional: 1) o da interdependência funcional que existe entre a maior parte dos fenômenos econômicos (10); e 2) o da interdependência espacial que se verifica entre as economias regionais e a economia nacional como um todo.

Vejamos, para ilustrar, as implicações estratégicas dessa nova orientação metodológica para o desenvolvimento econômico de um país.

Suponhamos, inicialmente, que existam, num país subdesenvolvido ou em fase de desenvolvimento, *n* regiões. Tome-

(9) — BOUDEVILLE, J. — *Les espaces économiques*. Paris, Ed. P.U.F., 1961. Cf. ainda, LEBRET, L. J. — *L'enquête en vue de l'aménagement régional*, Paris, Ed. P.U.F., 1958.

(10) — TINBERGEN — *Política económica — principios y formulación*. Fondo de Cultura Económica, 1961, p. 39-40.

mos uma dessas regiões e admitamos que nela se encontrem depósitos de calcário que permitam, levando-se em conta a disponibilidade de recursos naturais, a instalação de uma fábrica de cimento. Admitamos, ainda, que haja, para a mesma, um órgão encarregado do planejamento regional.

É evidente que a autoridade a que se ache afeto o planejamento regional, ao considerar a "vocalização" da região para produzir cimento, tem de estimular: *a)* se existe, ou não, um mercado atual (*sic*) para o produto, e *b)* qual a dimensão desse mercado. Para tanto, ela deve levar em conta: 1) a demanda efetiva de cimento na região, 2) a demanda efetiva de cimento em outras regiões do país, e 3) as possibilidades de exportação do produto (11). Suponhamos que o dimensionamento do mercado *atual* não justifique a instalação de uma escala mínima eficiente de produção.

É de admitir-se, então, que a autoridade encarregada do planejamento regional viesse a concluir, em virtude do dimensionamento do mercado *atual*, pela inviabilidade econômica da instalação de uma fábrica de cimento na região.

Mas, o resultado de tal conclusão seria, sem dúvida alguma, falso se fôra baseado na hipótese de que as demais regiões do país e o país, como um todo, não estariam expandindo também as suas economias. Dada a existência de um programa nacional e de outros programas regionais de desenvolvimento seria de esperar que a soma do mercado *atual* e do mercado *potencial*, para o cimento, resultasse num dimensionamento do mercado capaz de assegurar a viabilidade econômica da instalação de uma fábrica de cimento na região. Ressaltam, no caso, as vantagens estratégicas de integrarem-se o planejamento regional e o planejamento nacional.

Tais vantagens se precisam mais claramente quando se consideram, para a economia nacional como um todo, as economias de escala que podem advir, de um ponto-de-vista da análise locacional, de aglomerarem-se certas atividades econômicas numa só região. Neste caso, estimativas mais precisas das economias de escala só é possível de obterem-se, na prática, quando

(11) — Tratamos de assunto, pormenorizadamente, no *Manual de Localização Industrial* que elaboramos par o BNB.

dispomos de planos de desenvolvimento para a economia nacional e para as economias regionais que sirvam de base às mesmas.

Recapitulando as observações acima e considerando outros pontos de enfoque do assunto, podemos salientar, numa visão de conjunto, essas vantagens estratégicas pelos efeitos dinâmicos que podem resultar na realidade, para o progresso de desenvolvimento, da integração do planejamento regional e do planejamento nacional. Mencionaremos, entre esses efeitos, os seguintes:

1) A implantação (ou a expansão) de uma atividade econômica numa região, para a qual a região possua melhores vantagens locais, implica, necessariamente, na possibilidade de as demais regiões e o país, como um todo, obterem certos produtos, de que necessitam, a *preços mais baixos*;

2) As vantagens locais de tal região, uma vez evidenciadas, podem ser fortalecidas, na prática, através de programas destinados à estruturação de um sistema nacional e/ou interregional de transportes mais eficientes: — o que implicará, para as demais regiões e para o país, como um todo, na possibilidade de obterem aqueles mesmos produtos não apenas a *preços FOB*, mas, também a *preços CIF*, ou a "preços de importação", *mais baixos*;

3) Uma alocação mais eficaz dos investimentos do governo nacional, em termos de custos e benefícios, pode ser alcançada quando se consideram conjuntamente, como soluções alternativas, tanto os "polos de crescimento", de um ponto-de-vista dos setores da economia, quando os "polos de crescimento" de um ponto-de-vista das vantagens locais: — i.e., mediante a orientação das inversões governamentais pela seleção não só entre vários projetos de desenvolvimento, mas, entre as várias "localizações" para os mesmos (12).

4) Os investimentos alocados numa região criam, com o incremento da renda regional, uma demanda adicional para os

(12) — Lembrem-se, a propósito, as vantagens estratégicas, para a expansão econômica de um país, dos investimentos governamentais em projetos de múltiplos objetivos para o desenvolvimento de bacias fluviais, independentemente, como notam Isard e Reiner, da bacia ou da região consideradas.

produtos das demais regiões e, em consequência, beneficiam, indiretamente, a tôdas as regiões do país.

Finalizando, e tendo-se em vista que a alocação dos investimentos constitui, como se sabe, o problema mais importante do planejamento econômico, chamaremos a atenção para dois pontos que se nos afiguram de grande interesse para uma visão compreensiva da nova orientação metodológica a que nos estamos reportando:

1) No que concerne à lógica da política econômica, o *rationale* da nova orientação metodológica se baseia no fato de que as inversões nas economias regionais exercem, sobre a economia nacional como um todo, um “efeito completo” semelhante ao dos investimentos nos diversos setores de uma economia; e

2) No tocante à estratégia do desenvolvimento, enfatiza a nova orientação metodológica que a efetividade dos critérios de investimentos, a serem adotados pelo governo de um país numa política de desenvolvimento nacional, depende, necessariamente, de que os planos e programas de desenvolvimento nacional se apoiem nos detalhes dos planos e programas de desenvolvimento regional (13).

Em suma — e no que tange, em particular, aos aspectos normativos de uma política nacional de desenvolvimento — ressalta, da nova orientação metodológica, a conveniência de estruturar-se qualquer política dêsse tipo numa integração do planejamento regional e do planejamento nacional.

3. O caso brasileiro: algumas observações complementares

As considerações feitas, nos parágrafos anteriores, se revestem, no nosso entender, de relevante interesse para a problemática do desenvolvimento brasileiro no momento atual.

A despeito de ser ainda uma ciência *en herbe*, os recentes progressos da Ciência Regional — no que toca, especialmente,

(13) — Inversamente, como observam Isard e Reiner, a efetividade dos critérios de investimentos, para as políticas regionais de desenvolvimento, depende, também, da existência de planos e de programas nacionais de desenvolvimento. *Op. cit.*, p. 22.

aos métodos de análise — devem ser encarados como um poderoso auxílio a um ordenamento racional de tudo quanto se tem feito, ou se tem tentado fazer até hoje no Brasil, no campo do planejamento da economia nacional (14).

É de notar que a ação do governo federal, nas duas últimas décadas, se tem procurado orientar no sentido de planejar o desenvolvimento econômico do país de acordo com as dimensões *nacional e regional* do planejamento. A Comissão de Planejamento Econômico, por exemplo, data de 1944 e, anterior a ela, existe, desde 1940, a Comissão do Vale do São Francisco que, por sinal, foi a primeira agência de planejamento regional a constituir-se no mundo depois da e em moldes semelhantes à TVA. Há, ainda, no país, como órgãos de planejamento regional, dependentes do Governo Federal, a SPVEA (1953), a SUDENE (1959) e, em perspectiva, a SUDECO.

Podemos admitir, com muita probabilidade, que os esforços e os dispêndios do Governo Federal, realizados com tal propósito, não hajam atingido, da maneira mais eficaz, os objetivos colimados. Mas, ainda assim, e ao contrário do que usualmente se pensa (*sic*), parece indiscutível, à luz dos dados estatísticos da Tabela II que se segue, que êles contribuíram para atenuar, entre 1950 e 1960, as disparidades entre as economias regionais do país:

TABELA II
Distribuição Percentual da População e Renda do Brasil, segundo Regiões (*)
1950-1960

REGIÕES	% da População do Brasil		% da Renda do Brasil		Renda per-capita relativa (Brasil = 100)	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Norte	3,2	3,2	2,3	2,2	73	70
Nordeste	34,7	31,8	16,3	15,9	49	51
Centro-Sul	58,7	61,0	79,5	79,4	140	132
Centro-Oeste	3,4	4,0	1,9	2,5	60	60

* As mesmas fontes da Tabela I

(14) — ISARD, W. — *Methods of regional analysis — an introduction to regional science*. New York, J. Wiley & Sons, 1960.

Uma análise mais detida dos dados originais, utilizados na Tabela II, nos mostra, ainda, que tôdas as regiões do país obtiveram, entre 1950 e 1960, incrementos consideráveis tanto na sua renda total quanto na sua renda *per capita*; os maiores incrementos da renda *per capita*, durante o período, ocorreram para o Nordeste e para o Centro-Oeste (15).

Vale salientar que alterações nas posições relativas das regiões, evidenciadas na Tabela II, em nada invalidam as observações acima. Aliás, por motivos já expostos anteriormente, uma política de "pura igualização", entre as economias regionais de um país, seria necessariamente uma política sem qualquer significação teórica ou prática; válida, sob ambos os aspectos, teórico e prático, será, entretanto, uma política nacional de desenvolvimento que vise a u'a *maior* igualização entre as economias regionais de um país (16).

É possível inferir do exposto que, na situação atual do Brasil, os órgãos destinados a orientar a ação governamental para o desenvolvimento, como o CNE, devem concentrar a sua atenção, precìpuamente, na indicação de medidas objetivas que permitam a formulação de uma política de desenvolvimento, para o país, com base na integração do planejamento nacional e do planejamento regional.

À guiza de sugestões, que possam servir de apôio à discussão, à recomendação e à implementação de tais medidas, a nossa experiência indica a oportunidade de atender-se nos seguintes pontos:

1) A necessidade de uma definição mais precisa dos objetivos e das funções dos órgãos nacionais e dos órgãos regionais de planejamento, dependentes do Governo Federal, como pré-requisito a que se atinja na prática, pela coordenação de suas atividades, um processo de planejamento integrado, ou compreensivo, da economia nacional. Dois problemas de interesse primordial, para o atendimento de tal providência, são: 1) o de preparação, a curto prazo, de técnicos capacitados a utiliza-

(15) — Estimativas feitas a preços correntes. Parece-nos oportuno que o Departamento Econômico do CNE, procure aprofundar a análise da evolução econômica do país, por regiões, no período de 1950-1960,

(16) — Cf. Isard e Reiner, *ibidem*, p. 23.

rem os instrumentos da análise locacional e da análise regional (17) e, concomitantemente, 2) a formação de uma mentalidade de trabalho cooperativo entre as agências e os técnicos encarregados da formulação e da execução dos planos e dos programas nacionais e regionais de desenvolvimento;

2) A conveniência de atenuarem-se, possivelmente através de medidas de ordem legal, os conflitos entre as atribuições do Legislativo e do Executivo na escolha dos fins e dos meios da política econômica;

3) A imprescindível reformulação das técnicas orçamentárias, vigentes no país, com o fim de ajustar-se o Orçamento às necessidades e às conveniências de execução dos programas nacionais e dos programas regionais de desenvolvimento.

Levando em consideração alguns temas propostos para a *Exposição Geral de 1962*, do CNE, permitimo-nos aduzir, para finalizar, que se nos afigure menos importante, no momento, a análise das atividades dos órgãos regionais de planejamento e dos seus resultados econômicos e sociais do que a reformulação — ou, talvez, a formulação de uma política nacional de desenvolvimento com base, insistamos, na integração do planejamento nacional e do planejamento regional. Sem isto não é possível pôr em prática o princípio, já aceito pela nação, de que a ação governamental se deve exercer no sentido de promover e contribuir para o desenvolvimento integrado, ou compreensivo, da economia brasileira.

(17) — Visando a contribuir, neste sentido, o BNB publicou, em 1960, um *Manual de Localização Industrial*. É provável que, no próximo ano, venha a incluir, no plano de trabalho do ETENE, a elaboração de um *Manual de Análise Regional*.

GEOGRAFIA, ECOLOGIA E SUBDESENVOLVIMENTO

PESSOA DE MORAIS

Apesar do exagêro de autores como Huntington, Frederico Ratzel, E. G. Dexter, Moore, Beveridge, Legoyt, Morselli, De Guerry, Ferri, Von Mayr, Tarde, Demolins Witbeck etc. (1), não se pode negar a influência dos elementos geográficos e ecológicos sobre a conduta social. A natureza específica de tais elementos, confere na verdade a uma dada região ou área, um conjunto de aspectos que podem condicionar em grande parte traços decisivos de sua existência.

Na verdade, as características de clima, de acidentes geográficos, de relevo, de altitude ou latitude, de continentalidade ou aproximação marítima; de solo ou de sub-solo; de riquezas ou limitações; de regimes de águas; de precipitações pluviométricas; de potencial hidroelétrico; de recursos minerais, de fauna e de flora, sua natureza, distribuição, interrelação e equilíbrio, tudo isso é sem dúvida elemento da maior valia no estudo das sociedades.

A peculiaridade de tais elementos, chega até a traçar limites ou mesmo impôr diretrizes em determinadas condições, a certos aspectos da vida social.

Uma reflexão elementar todavia se impõe: não há uma geografia determinista, representada por características climáticas, de solo, sub-solo, relêvo ou quaisquer outras, das quais se possa partir para a análise das sociedades humanas.

Não existe assim, como se sabe hoje, êsse fator rígido, ao qual uma sociedade considerada reage, num momento dado, diante de tais ou quais condições.

O que existe, é uma geografia inserida na trama complexa dos elementos socioculturais, inclusive econômicos. Nestas condições, tal geografia ou melhor, tais aspectos geográficos, não podem deixar de refletir a interrelação dessas conexões.

Ou para sermos mais claros: o complexo geográfico e ecológico de uma sociedade determinada, se interrelaciona de um lado, a uma série de tendências, ligadas digamos, a influências internacionais, a que se vinculem por exemplo, o estilo de economia, de ciência e de técnica adotado pelo país analisado; depois, tem importância ainda específica, o estágio de desenvolvimento dessa economia ou dessa técnica, como país produtor ou consumidor de matérias primas por exemplo; mais industrializado ou menos industrializado; de tal ou qual região, área, círculo de cultura etc.

A influência dos elementos geográficos e ecológicos, depende pois, de condições socioculturais objetivas, inclusive materiais. Por outro lado, há exemplos concretos de como em certas situações, determinadas características geográficas, muitas vezes têm afetado de modo bem visível e ponderável, processos e fenômenos sociais.

Assim, vários movimentos migratórios de significação, são explicados por Alfred Weber, por exemplo, tomando como ponto de partida, alterações climáticas: os movimentos no sentido do norte europeu, quando o norte da Europa era muito menos gelado do que atualmente, o que fazia com que êsses movimentos seguissem o roteiro da fauna e da flora. Já na Ásia, a dessecação secular do centro do continente, ao lado do empobrecimento gradativo das populações do norte (fator econômico), explicariam, prossegue o autor, o nomadismo asiático dos criadores nórdicos de gado cavalar e dos criadores centrais de gado vacum, desde o ano 4.000 aproximadamente.

Do mesmo modo, explica êle, a primeira e a segunda modificação para pior do clima do norte da Europa, favoreceu outras tantas ondas migratórias. Êstes movimentos procedentes do norte, acrescenta, às vezes se cruzavam com outros que provinham do leste europeu, que também experimentou na época, um processo paralelo de piora das condições climáticas. Tal fenômeno, elucidaria o avanço dos godos, procedentes do norte, bem como a invasão dos bárbaros, pela irrupção dos hunos, que vinham do leste. Igualmente, mostra como outros movimentos migratórios se verificaram em direção do Mediterrâneo, quando o clima do norte da Europa foi se tornando cada vez mais frio, mais húmido e coberto de bosques.

Tal modificação fez com que os povos indo-germânicos, conhecedores da agricultura, que antes haviam habitado estepes quentes e secas, estabelecendo a cultura chamada megalítica, por volta do ano 3.000 a 2.500, se deslocassem em relação ao Mediterrâneo, onde cedo desabrochou a cultura ageu-cretense e a troiana. Êstes fatos teriam influido muito sobre a história da Antiguidade Greco-Romana (2). Da mesma maneira seria a ressecação, desde o fim da época glacial, que teria sido elemento básico para a compreensão do nomadismo árabe, transformação que possivelmente se deu através de milênios (3).

Todavia, evidenciando sempre que essa influência geográfica está na dependência de uma multiplicidade de condições socioculturais, sabe-se por exemplo, que os Helenos como acentua Spengler, em contraposição à primitiva época miceniana, abandonaram a edificação com pedra num país riquíssimo em materiais pétreos e voltaram a empregar a madeira, circunstância que explica a ausência de restos arquitetônicos entre 1.200 a 1.600. Também, os gregos que viveram na época dórica, apesar do exemplo de Micenas e do Egito, tornaram a edificar com madeira e barro, numa região em que abundavam os melhores materiais de pedra (4).

Sabe-se por outro lado, que o aproveitamento dos recursos naturais, está na dependência do estágio de desenvolvimento econômico, pois desde a época imediatamente pré-Colombiana, por exemplo, o clima da América não apresentou mudanças sensíveis. Apesar disso, desabrochou nos últimos séculos em terras americanas, civilizações peculiares e mudanças enormes de conduta social e costumes.

Alguns casos ilustram ainda melhor, essa relativa independência entre cultura e geografia: o Japão por exemplo, experimentou logo após a segunda metade do século XIX, uma apreciável mudança no sentido da assimilação da técnica e da cultura material do Ocidente, alterando em relação a êste aspecto, a configuração de sua vida social, dentro das mesmíssimas condições geográficas; a Rússia e ultimamente a China, e mesmo Cuba, alteraram profundamente sua fisionomia social num processo de mudança praticamente imediato e brusco, independentemente de qualquer mudança geográfica.

Condições geográficas todavia, podem condicionar em cer-

tos casos, processos sociais ou socioculturais. Ou melhor: tais condições, podem ao lado de outras, em algumas circunstâncias, favorecer tais processos. A carta régia por exemplo, de 10 de Dezembro de 1572, instituiu no Brasil colonial dois governos: o do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão. O primeiro, compreendendo tôdas as capitanias desde o Rio Grande do Norte até S. Vicente ao sul; o segundo, indo do Ceará até o extremo norte. Pois bem, o elemento geográfico da enorme extensão territorial do Brasil, teria concorrido para essa separação como acentua Oliveira Viana. Influência que teria determinado inclusive que nas causas cíveis e crimes do Estado do Maranhão, os recursos fôsem interpostos para a Casa da Suplicação em Lisboa e não para a Relação da Baía, alegando expressamente o governo a maior facilidade de comunicações com o reino do que com o chamado Estado do Brasil (5).

Mostra ainda o autor aludido, como o próprio Estado do Maranhão, só com grandes vicissitudes, pôde manter a unidade do seu governo geral, por século e meio, isto é, até 1760. O desenvolvimento porém dos centros de colonização da Amazônia, e as facilidades fluviais de sua irradiação, ao lado da presença dos franceses nas regiões próximas das Guianas, tudo teria concorrido prossegue o autor, para tornar difícil e precária a supervisão administrativa e militar do governo geral, sediado no Maranhão (6).

É muito relativa portanto, essa relação entre características geográficas e processos sociais ou socioculturais. Sobre a própria conduta, as condições meteorológicas afetam ou podem afetar como vimos, a excitabilidade nervosa: a transformação do oxigênio em ozona, ou do hidrogênio em izon, sabe-se hoje influir no estado psíquico. Sabe-se também por exemplo, que certas populações, onde há no meio, carências de cálcio, tendem a apresentar tipos antropológicos de estatura diminuta e praticamente anã (7).

Os elementos geográficos ou por êle condicionados, podem também afetar o tamanho e o caráter dos traços físicos. O próprio funcionamento endócrino está vinculado a certos elementos químicos ligados ao ambiente: o iodo por exemplo, evita a deterioração da glândula tiróide, e sua carência ou abundância têm efeito sobre o crescimento. Como a distribuição dêsse ele-

mento pode se relacionar por exemplo, a certas áreas marítimas ou continentais, onde sua presença seja maior ou menor, por aí se constata a vinculação de certos ingredientes químicos do ambiente com o tipo físico.

Por outro lado, o próprio cálcio também interfere no crescimento, tudo podendo depender do tipo de alimentação condicionada por um dado ambiente geográfico ou ecológico. Além disso, certos aspectos emocionais da reprodução, sabe-se hoje afetados pela falta de manganês (8). A própria voz, tornar-se-á mais estridente e áspera nos climas quentes, enquanto que a maior ou menor influência da pressão atmosférica do ar menos ou mais sêco, alterar-se-iam no homem, acentua Gilberto Freyre, estudando condições tropicais brasileiras, a temperatura, a circulação e a disseminação do gaz carbônico (9).

Todavia, as condições geográficas estão sempre na dependência da cultura. Ou seja, não só são condicionadas em grande parte pelos valores, crenças, idéias, símbolos e representações mentais da sociedade considerada, como pela própria estrutura material, representada pelo estágio específico da técnica e pelo desenvolvimento concreto da economia.

A própria utilização dos alimentos animais ou vegetais, ligados às condições ecológicas e geográficas, se relaciona aos valores objetivamente cultivados. Sabe-se que determinadas sociedades interditam certos alimentos por motivos religiosos ou de preconceito.

Por outro lado, o tipo de alimentação de que se serve uma dada sociedade, pode vir de fora em grande parte quando dadas condições a isso favoreça. Inclusive o fato está ligado a vários fatores, como atraso da sociedade em questão de um lado, ou a grande facilidade de intercâmbio ou comunicação com outras sociedades, do outro. Fenômenos dessa natureza, se ligam evidentemente a um complexo de características socioculturais, inclusive econômicas, das sociedades em questão.

Como a utilização de dados elementos químicos, constantes da dieta alimentar interfere diretamente sobre o tipo físico, o vigor e as condições de saúde da população, essa interferência é condicionada assim, pela cultura inclusive material da sociedade de que se trata.

Do mesmo modo, a própria utilização dos recursos natu-

rais de qualquer espécie, depende também do grau ou estágio de atrazo ou desenvolvimento da respectiva sociedade. Igualmente, o domínio crescente sobre a natureza física, transformando a fisionomia da natureza e recuperando até áreas desérticas ou inaproveitadas, é elemento que se liga diretamente às condições da cultura sobretudo material de uma determinada sociedade.

Sobre o aspecto considerado, o caso do Vale do Tennessee nos Estados Unidos, é típico: trata-se na verdade, de um admirável exemplo de aproveitamento de uma área de terra praticamente árida, que foi com notável esforço científico e técnico integrada completamente nos empreendimentos agrícolas norte-americanos.

Também em relação a União Soviética, extensas áreas antes inaproveitadas na Ásia Central, serão irrigadas pelas águas dos rios siberianos Obi e Ienissei, à proporção que passarem a correr nos seus novos cursos, abertos por explosões atômicas. Tais rios ao invés de correrem originariamente em direção ao sudeste europeu do país, onde as terras são secas e necessitadas de água, bem como para regiões subtropicais da Ásia Central, se dirigiam em seu curso normal para as terras geladas do extremo norte, no Oceano Glacial Ártico. Pois bem, o esforço científico e técnico está concorrendo para o aproveitamento dessa larga área geográfica, alterada assim em suas características de improdutividade e aridez (10).

Ainda na União Soviética há um esforço no sentido de aproveitar integralmente uma enorme área de 35.000.000 de hectares de terra ao norte do Estado-federado de Kazakistan (11).

Também em Israel, inclusive através de processos de irrigação, foi possível transformar inteiramente a aridez de sua paisagem: o aproveitamento dos três rios de Israel — o Jordão, o Yarkov e o Kishon, além das fontes naturais e lençóis subterrâneos — é um exemplo magnífico de como as condições da chamada cultura material através da técnica, modifica as condições geográficas.

Foi tal modificação que permitiu a Israel exportar em 1958, por exemplo, mais de 8.000.000 de caixas de laranjas para a Europa (12).

O que está acontecendo na Índia em relação ao assunto, é

também característico, pois no aludido país há vastas áreas de terras estéreis chamadas "usar", que vão sendo progressivamente incluídas aos poucos como áreas de produtividade. É interessante salientar que só em Uttar Pradesh existem 3.000.000 de alqueires que nada produzem, a não ser capim na estação das chuvas. Usando tratores, bem como métodos biológicos e agrônômicos, pôde tal zona de aridez ser recuperada em área de fertilidade e riqueza. Basta dizer que durante o ano de 1958, a Organização Central de Tratores da Índia (CTO), recuperou 39.000 alqueires de terras "usar" e 3.000 alqueires de floresta, além do trabalho de nivelamento e terraplenagem de mais de 4.000 alqueires, tendo a recuperação do solo atingido a 1.667 milhões de alqueires.

Por outro lado, os métodos biológicos de recuperação de áreas estéreis foram empregados com sucesso em Banthra pelo Jardim Botânico Nacional. Nesta região, perto de Lucknow-Kanpur, 150 alqueires de terras "usar" foram compradas pelo governo em 1956 a fim de iniciar planejamento de sementeiras para plantas medicinais e outras culturas de indiscutível produtividade econômica. Houve inclusive, experiências de semeamentos de arroz, com resultados grandemente encorajadores (13).

No Egito, da mesma maneira, a barragem de Assauan é obra de grande envergadura científica e técnica destinada à recuperação de largas áreas inaproveitadas e estéreis.

As condições científicas ligadas ao estágio de desenvolvimento material da respectiva sociedade, possuem já assim a faculdade como estamos vendo, de alterar a feição original da paisagem geográfica e suas características. Essa alteração, contudo, tem limites e não chega de modo algum como é óbvio, a ponto de desfigurar ou descaracterizar inteiramente o ambiente geográfico ou ecológico de uma determinada área.

Todavia, sem falar nas plantas nativas que medram espontânea e naturalmente numa determinada área, a própria inspecção das tendências do solo, é matéria que exige por sua vez adiantamento técnico e científico. Não só a inspecção. Mais ainda: as técnicas meticolosas de aproveitamento do solo dentro de suas características químicas requerem um índice científico e técnico evoluído, que se liga por sua vez ao estágio de

desenvolvimento econômico da respectiva sociedade. Como sempre ecologia e cultura, inclusive material, se interpenetram, e os próprios índices de produtividade estão na dependência dessa interrelação essencial.

À proporção mesmo que os níveis de subdesenvolvimento por exemplo forem sendo sobrepujados, muitas dessas supostas limitações serão sem dúvida ultrapassadas.

O conhecido geógrafo francês Pierre Gourou, partiu de um estudo concernente aos ingredientes químicos dos solos tropicais e suas possíveis desvantagens em relação ao solo das regiões temperadas. Aliando a êsse argumento o fenômeno das doenças endêmicas do trópico, como malária, desinteria amebiana e bacilar, bilariose, filariose, febre amarela, doença do sono etc., concluiu responsabilizando o retardamento das civilizações tropicais como ligadas de maneira inexorável de um modo geral à pobreza do solo e às doenças endêmicas que infestam várias dessas áreas (14).

Se é verdade que dentro de certos limites e exceções tais solos com raras exceções, são pobres em fósforo, em bases assimiláveis e em humus; se também não há dúvida, de que em largas áreas do trópico, a forte densidade pluviométrica de tais regiões quentes e chuvosas faz com que os produtos solúveis do solo como base e nitratos, sejam rapidamente carregados pelas águas de infiltração; se por outro lado, a alta temperatura, a presença de ácido carbônico, ácido azótico e inúmeras bactérias, facilitam êsse trabalho; se é verdade também, que a ação química e bio-química é muitas vezes tão forte que os silicatos são decompostos e o silício é dissolvido e carregado pelas águas; se é verdade, que as bases são lavadas com frequência por águas aciduladas, de maneira a não serem retidas pelo chamado complexo absorvente, que garantiriam uma rica proporção de matérias orgânicas; se ainda por cima, o calor, como acentua Gourou, faz crescer o número e atividade dos micro-organismo que atacam o humus; se o azoto orgânico se transforma em nitrato, que é dissolvido pela água e perdido para sempre; se a própria elevação da temperatura, favorece a perda de azoto; e se por outro lado, a destruição da floresta, significa a perda das matérias orgânicas para a produção do hu-

mus, e o desnudamento do solo, sua sujeição a maior temperatura, com destruição do humus e do azoto.

Se além disso, como mostra ainda Gourou, o solo dessas áreas descobertas, é submetido a alterações de secura e humidade e então a penetração alternada do ar e da água é muito desfavorável; a água apreende o anidrido carbônico (CO_2), e depois se retira para ser substituída pelo ar, fazendo-se uma renovação contínua de oxigênio, que auxilia a combustão do humus nas horas quentes, ajudado pelo trabalho das bactérias. Isso sem falar na erosão que pode assumir aspectos violentos em tais áreas, desnudando o solo e favorecendo a erosão pelo vento na estação quente e pela chuva na estação invernal (15).

Todavia, não levou em conta o geógrafo francês as possibilidades enormes de aproveitamento das próprias condições específicas da ecologia vegetal do trópico, que êle revela desconhecer de modo estarrecedor.

Os fenômenos elementares de adaptação das plantas tropicais às inclemências da aridez da paisagem dessas áreas, é matéria de que êle nem sequer cogita, por falta de uma melhor informação por exemplo sobre êsses assuntos hoje pacíficos para os estudiosos da questão.

Argumenta Gourou com uma possível baixa de produtividade dos solos tropicais, tomando em consideração os rendimentos médios de arroz e milho por hectare em países temperados e tropicais, nestes últimos incluindo o Brasil.

De início, salta logo à vista que o trópico num país imenso como o nosso, apresenta sem dúvida variações múltiplas de solo, de clima, de regime pluviométrico etc. Depois, as condições técnicas, ligadas ao estágio de desenvolvimento, podem evidentemente mudar, provocando na verdade diferenças de produtividade. Por outro lado, desconsidera inteiramente o autor francês, o problema hoje considerado elementar da vocação dos solos, assunto pelo qual passa por alto.

Assim por exemplo, uma dada cultura está na dependência da eleição de áreas apropriadas. Há toda uma série de plantas tipicamente da área tropical do Nordeste por exemplo, como o algodão, as plantas oleaginosas como a mamona, a oiticica, o babassu, o amendoim, a favela etc.; as fibras, como o agave, o caroá, o sisal etc. Além de frutas variadas, da maior aceita-

ção como o abacaxí, a manga, a jaca, o caju, o fruta-pão, o abacate, o côco, a banana, a mangaba, a goiaba (exportada em forma de doce), o milho etc.

Plantas como a mandioca são também exportáveis, inclusive para os Estados Unidos. Esqueceu o geógrafo francês, ao fazer considerações inadequadas entre culturas de clima temperado com culturas de climas tropicais, inclusive cometendo o erro elementar como foi visto de não levar em conta a diversidade ecológica do trópico, que há da parte desses próprios climas temperados uma indiscutível demanda de produtos tropicais.

Por outro lado, sabe-se hoje por exemplo que se pode obter até qualidades diferentes de um mesmo produto sob a influência de dadas condições geográficas. Além disso, é assunto pacífico, o fato de que a metodização dos serviços e das técnicas concorre para a melhoria da produtividade.

O que se dá com as plantas xerófitas do Nordeste, de alto valor em certos casos até industrial, é típico. Tais plantas, ajustam-se magnificamente em sua ecologia vegetal, a toda uma série de condições aparentemente desfavoráveis. As importantes pesquisas científicas do botânico L. Von Luetzelburg mostraram por exemplo, que as plantas nordestinas no seu esforço para se adaptarem às inclemências da aridez e da seca, elaboraram todo um complexo mecanismo da defesa. Tais plantas armazenam em suas raízes tuberculadas, nas batatas e xilópodos, um verdadeiro manancial de reservas alimentícias para enfrentar a soalheira das estiagens e dos verões prolongados.

Dentro das raízes dessas plantas, tais estudos revelaram a existência de importantes reservas alimentares em forma de água, amidos, gomas resinosas, gomas mucilaginosas, açúcares, pentosas, albuminas, ácidos orgânicos, ao lado de hidrocélulose, linina, etc. Além disso, o aparecimento de espinhos, o engrossamento da cutícula, o revestimento de cêra, a redução da superfície da folha, naturalmente todos esses elementos concorrem para a defesa da planta, inclusive para diminuir consideravelmente a evaporação da água, irregular e escassa em tais áreas (16).

O curioso, é que plantas introduzidas na região seca, adquiriram tais tubérculos nas raízes, como aconteceu com a mu-

cunã. Sabe-se também que esses tubérculos em forma de batatas, conforme as pesquisas já aludidas, contêm água em larga escala (o umbuzeiro apresenta até 96% de água), e são além disso protegidas por uma camada suberosa, rica em gorduras, cutina e cêra. É precisamente esta cêra, apresentada em forma de bastões finíssimos na casca exterior dessas formações, que impede a transudação da água (17).

Daí a razão pela qual solos como o da caatinga do Nordeste, sílico-argilosos, secos, rasos, quase sem humus, pedregosos, de baixo teor de azoto e com regular teor de cálcio e potássio, se prestam tão bem a plantas como o algodoeiro e o caroá (18).

Também o seridó, com solo de gneiss, granito, micaxisto, sujeito a muita erosão, e além disso, arenoso e seco produz faveleiro, umbuzeiro, maniçoba e sobretudo o algodão mocó, de fibra longa e qualidade comprovadamente superior. Em tal área, fortemente sujeita à erosão, há ainda a produção de batata doce, milho, arroz etc. (19).

No próprio sertão, a região mais quente do Nordeste, de solo pedregoso, duro, com formações graníticas, de gneiss e sienito aflorando até na superfície, apresenta em certas áreas, oiticicas, carnaúbas, plantas leguminosas, forrageiros, faveleiros, maniçobas, além de milho, feijão, arroz, banana etc. Aliás, a inclemência dos raios solares, aliados a certos solos ricos em azoto e carbonato de potássio, fizeram das áreas sertanejas um habitat ideal para a bananeira por exemplo (20).

Do algodão mocó, a carnaubeira, a oiticica, o agave, o caroá, a maniçoba, o umbuzeiro, o faveleiro e o sisal são plantas típicas da região seca e árida. O faveleiro e o umbuzeiro, dão principalmente em altos secos e pedregosos. O algodão mocó é também planta xerófita característica de tais áreas (21).

Muitas dessas culturas apresentam valor econômico e industrial indiscutível, e a possibilidade de aproveitamento dessas culturas e de outras cresce a medida que o Nordeste transpõe o seu atual estágio de subdesenvolvimento.

Uma região como a nordestina, que recebe em média 3.000 horas de sol por ano (22), semelhante a outras como a de Israel, podem também inclusive com a irrigação, transformar inteira-

mente a aridez de sua paisagem a exemplo do que se deu no país mencionado.

Quanto ao problema das doenças tropicais de caráter endêmico, aludidas por Gourou, o alevantamento dos níveis econômicos, a educação do povo e as técnicas apropriadas de combate a tais males, têm concorrido e concorrem para a erradicação de tais endemias. Basta salientar, que o *Aedes Aegypti* por exemplo, responsável pela forma urbana da febre amarela foi erradicado da Bolívia, Brasil, Equador, Guiana Francesa, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Peru, ou seja de áreas tipicamente tropicais (23).

Aliás, à proporção em que os níveis de subdesenvolvimento foram caindo e a educação do povo for melhorando, tais enfermidades continuarão a ser debeladas no trópico.

Tudo isso demonstrando cabalmente que a afirmação como a de Gourou contendo implicitamente a idéia de uma inexorabilidade de atraso das civilizações tropicais por condições geográfico-ecológicas, não procede, e precisam ser imediatamente revista. Inclusive, levando-se em consideração, o que é da maior importância, o complexo das condições socioculturais, econômicas ou sócio-econômicas.

Pois bem, as áreas tropicais refletem sem dúvida o estágio atual da economia dos chamados países subdesenvolvidos. Ou seja, tais áreas, longe de serem mosaicos isolados e esparsos, se interrelacionam com um complexo de condições econômicas de caráter internacional, indispensável à compreensão desse suposto retardamento.

Não há assim, a idéia de um trópico isolado e à mercê apenas de supostas influências geográfico-ecológicas, de natureza determinista, cujas próprias características ecológicas Gourou desconhece como vimos. O que há, pelo contrário, é um trópico inserido numa paisagem sócio-econômica determinada, num estágio dado de desenvolvimento de suas possibilidades.

É verdade que a influência da cultura material, representada pela ciência ou pela técnica, pode esbarrar em dificuldades pelo menos atualmente, enormes. Os solos lateríticos que cobrem grande área de Madagascar e tornam numa superfície de 580.000 klms. da ilha, somente 80.000 klms. cultiváveis, como

acentua o próprio Pierre Gourou, representam a esse respeito, um exemplo característico (24).

Tais solos, constituídos em sua composição química de hidróxido de ferro e de alumínio, não possuem nenhum elemento assimilável pelas plantas; nenhum produto solúvel: nem cal, nem potassa, nem azoto, nem ácido fosfórico, nem humus (25). Por sua textura compacta de impermeabilidade, esses solos são hostis à vegetação e praticamente inúteis. A tal ponto chega a infertilidade desses elementos integrantes do solo laterítico, que casas construídas em laterite são imunes a qualquer vegetação: nem musgos, nem cogumelos, nem vegetação superior aí conseguem medrar (26).

Quer dizer, certas condições geográficas podem impor restrições bem severas à interferência da cultura inclusive material, pelo menos dentro de nossas limitações científicas e técnicas de hoje.

Todavia, tudo que foi visto antes, mostra ressalvadas naturalmente certas limitações, a interdependência mais ou menos profunda que existe sempre entre condições ecológicas e geográficas de um lado, e cultura, inclusive material do outro.

Até os valores, sobretudo ligados às crenças professadas numa dada sociedade, podem conferir à simples paisagem geográfica ou ecológica como é sabido em Sociologia da Religião, uma outra feição inteiramente diferente em seus significados e representações mentais (27).

Aquí uma montanha, ou um rio são simples acidentes geográficos; uma planta ou um animal, meros seres vivos em suas vinculações com o homem. Ali, porém, a montanha sem deixar de ser montanha, a planta sem deixar de ser planta, o rio sem deixar de ser rio, ou o animal, de ser animal, se revestem de outras características. Assumem muitas vezes em determinadas condições socioculturais, a feição de objetos sagrados, e portanto de realidades de outra espécie e natureza.

Já não são simplesmente montanha, rio, animal ou planta. Porém todo um mundo de representações mentais, de associações místicas de significado inteiramente diversos. Quer dizer, os próprios valores conferidos a esses objetos pela cultura, acrescentou à substância física desses elementos uma nova esfera de realidade. Tal esfera, múltipla e diversificada para

diferentes povos e sociedades, termina adicionando evidentemente elementos novos com os quais não se pode deixar de raciocinar, na consideração desses elementos aparentemente apenas geográficos.

A interdição de alimentos, vegetais e animais, quando tais alimentos se associam a valores de natureza religiosa como totem ou não, na sociedade considerada; o próprio modo de se relacionar com outras plantas ou com acidentes geográficos assume assim feição própria ao contacto desse acervo específico de valores de uma dada realidade sociocultural.

Do que foi dito, se pode concluir que as condições geográficas e ecológicas apesar de possuírem pois, sua influência incontestável na vida social ou sociocultural, se interrelacionam, aos demais elementos da cultura. Tais elementos, ou são de caráter material, representados pelo estágio de economia ou de técnica do país considerado, ou de caráter espiritual, ligados aos símbolos, idéias, crenças, representações mentais e valores de toda ordem, socialmente cultivados. Só a interrelação desses elementos com as características geográficas e ecológicas explicam satisfatoriamente a influência dessas características sem dúvida importantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) SOROKIN, PITIRIM, A — *Sociological contemporary theories*, Nova York, 1928, p. 99-193.
- (2) WEBER, ALFRED — *Kulturgeschichte Als Kultursoziologie*, München, 1950, p. 121-122.
- (3) WEBER ALFRED — Op. cit. p. 106-207.
- (4) SPENGLER, OSWALD — *Der Untergang Des Abendlandes*, München, 1923, V. 1, p. 15, 172.
- (5) OLIVEIRA VIANA, FRANCISCO JOSÉ DE — *Evolução do Povo Brasileiro*, 4. ed., Rio de Janeiro, 1956, p. 201-202.
- (6) OLIVEIRA VIANA — Op. cit. p. 202.
- (7) BOY, WILLIAM C. — *Génétique et races humaines*. Ed. francesa parle dr. F. Bourlière e dr. J. Sutter, Payot, Paris, 1952, p. 170 Passim.
- (8) OGBURN, W. F. & NINCOFF, MEYER, F. — *Sociologia*, Madrid, Aguilar, 1955, p. 115-116.
- (9) FREYRE, GILBERTO — *Casa Grande & Senzala*, 10 ed., Rio de Janeiro, 1958, t. 2, p. 446.

- (10) PINTO FERREIRA, LUIZ — *Sociologia*, Recife, 1955, t. 1, p. 260-261.
- (11) PINTO FERREIRA, LUIZ — *A ciência atual e o problema agrário*, *Jornal Brasileiro de Sociologia*, Recife, 35, 1960.
- (12) Agradecemos aqui os dados gentilmente fornecidos pela Embaixada de Israel, nos informando inclusive sobre a palestra pronunciada pelo Prof. Luiz Guimarães Júnior, Diretor Geral da Administração do Ministério da Agricultura e Chefe da Delegação Brasileira ao Congresso Internacional Agrícola, realizado em Abril de 1959 em Israel, Passim. Sobre Israel, vejam-se também outros estudos que nos foram enviados, como *El Kibutz*, colônia comunal agrícola em Israel e Itzhar Korn, *Thuat Hamoshavim*, Julho de 1957, Passim.
- (13) Todos esses dados nos foram gentilmente enviados para colaborar com os nossos estudos, pela Embaixada da Índia, no Rio de Janeiro, a cuja solicitude penhoradamente agradecemos.
- (14) — GOUROU, PIERRE, *Les Pays Tropicaux*, Paris, 1958, Passim.
- (15) GOUROU, PIERRE, op. cit. p. 15-22.
- (16) Veja-se sobre o assunto o significativo trabalho do agrônomo José Guimarães Duque, *Solo e Água no Polígono das Sêcas*, Fortaleza, 1963, p. 32 e segs.
- (17) DUQUE, JOSÉ GUIMARAES — op. cit. 36. Sobre o problema da água no Nordeste, veja-se Albert Rabaux, *Recursos de Água do Nordeste*, Rio, 1963. ETRETTA ETIENNE, *O Problema da água no desenvolvimento da Mineração do Nordeste*.
- (18) DUQUE, JOSÉ GUIMARAES — op. cit. p. 34.
- (19) DUQUE, JOSÉ GUIMARAES — op. cit. p. 44-47.
- (20) DUQUE, JOSÉ GUIMARAES — Op. cit. p. 40-82.
- (21) DUQUE, JOSÉ GUIMARAES — Op. cit. 101.
- (22) STRETTA, ETIENNE J. P. — *O Problema da Água no Desenvolvimento da Mineração do Nordeste*, op. cit. p. 2.
- (23) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE — *A Saúde na América e a Organização Pan-Americana de Saúde*, 1960, p. 26-28.
- RODRIGUES, BICHAT DE ALMEIDA — Considerações sobre erradicação e controle de doenças transmissíveis. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, 11(2): 415-426, Rio de Janeiro, 1961.
- ATHAYDE, ARAMIS — Conferência pronunciada em 1956. Rio de Janeiro, Sev. de Documentação.
- (24) GOUROU, PIERRE — op. cit. p. 24.
- (25) GOUROU, PIERRE — op. cit. p. 23.
- (26) GOUROU, PIERRE — op. cit. p. 23.
- (27) Vejam-se entre outros os trabalhos de Durkheim, Frazer, Bouglé, Ross, Kidd, Max Weber, Gabriel le Bras, Roger Bastide etc., sobre *Sociologia Religiosa*.

A POSIÇÃO DAS CIÊNCIAS NA FILOSOFIA DO HOMEM

CARLO BORCHI

Antes de mais nada, é necessário lembrarmos da distinção, sempre válida, entre as coisas do homem e as coisas humanas, para colocar no lugar exato a função das ciências e o valor objetivo delas em relação com o fenômeno de incommensurável complexidade e magnitude que passa sob o nome enigmático de Homem. Há coisas de que o homem usa, de maneira mais ou menos exclusiva, coisas das quais o homem precisa para sobreviver, ou para viver, ou para viver de maneira que ele pode julgar melhor, e essas coisas serão chamadas "do homem". E há coisas que são muito mais do que "do homem", enquanto elas são muito mais do que instrumentos ou meios para viver e sobreviver, pois elas fazem parte, de maneira mais ou menos importante, do que o mesmo homem é, ou pelo menos do que ela parece ser. Essas são as coisas que chamaremos de "humanas". Na antiga nomenclatura metafísica se dizia que as coisas do homem não pertencem nem à essência nem às partes integrantes do homem, pois são simples instrumentos ou recursos ou utilidades à disposição do homem, enquanto as coisas chamadas propriamente de humanas ou pertencem à essência do homem ou às partes integrantes dela. Com o decair do prestígio das definições metafísicas, em consequência da impossibilidade de controlar se elas são simples possibilidades ou não-absurdidades ou também coisas "existentes" isto é observáveis, também a simplificatória maneira de definir metafisicamente as coisas do homem em contraposição às coisas humanas decaiu. Com aquela definição decaiu também o sentido rígido e fixo da distinção entre coisas do homem e coisas humanas, pois com o desenvolver-se dos nossos conhecimentos descobrimos novos con-

fins e novas dimensões do homem, e como que um progressivo avançamento da fronteira que delimita o que é humano do que não é ou é simplesmente do homem.

Desde o começo da sua história, aliás tendo isso como um marco que o distingue de todos os outros seres, o homem aparece como um artesão e um artista, isto é como fabricante de instrumentos adaptáveis para certos fins, e como criador de símbolos e de "memórias". O resultado desta dupla atividade, artesanal e artística, é uma dupla série de "coisas do homem" que reunimos em baixo de dois nomes, as *ciências* (incluindo nelas as técnicas) e as *artes*. As primeiras representam a percepção, a racionalização e a utilização das correlações causais; as segundas representam a percepção e as tentativas de reprodução (semântica e simbólica) das correlações emocionais. Assim, entre as coisas do homem, compreendemos tôdas as ciências, como também as artes. Incluimos entre as ciências tanto os conjuntos de conhecimento empíricos e executivos, as "receitas" para obter alguma coisa por meios apropriados, quanto as tentativas mais ou menos coerentes de "racionalizar" os conhecimentos técnicos empíricos sob a forma de "leis" que justifiquem e expliquem aquelas receitas, e permitem de prever outras.

Por sua vez, estas leis tenderão a entrar em conjuntos que abrangem campos sempre mais vastos, e assim por diante, chegando à formação de tôdos os tipos possíveis de ciências, começando pelas ciências classificatórias, passando às ciências numerais, e terminando com as ciências teóricas, e eventualmente na filosofia ou pelo menos no desejo de uma filosofia. De maneira parecida, incluiremos entre as artes tôdas as maneiras para perceber, lembrar, excitar, fixar, propagar as correlações emocionais entre cada tipo de acontecimento espontâneo ou provocado e os efeitos de apreciação que êles provocam, passando das artes que são sômente maneiras de recordar fielmente e agradavelmente, com símbolos e monumentos, até as artes que são elas mesmas produtoras de emoções por meio de "técnicas artísticas" apropriadas, como repetição, ritmo, prosódias, acordos e assonâncias, rimas, proporções, harmonias cromáticas e relação geométricas de volume e perspectivas, e muitos outros meios ainda.

Essas coisas são ditas aqui não para dar uma teoria das ciências e das artes, que além de ser um programa intoleravelmente ambicioso seria totalmente fora do assunto deste ensaio, mas para constatar um fato: que ciências e artes, definidas da maneira puramente observacional relacionada acima, são produtos inevitáveis da presença do homem, e estes produtos são inevitavelmente juntos, às vêzes cooperando e às vêzes não, mas sempre pelo menos conjuntos pela ligação que os faz simultaneamente presentes quando o homem é presente. Isso para responder a uma espécie de angustiosa questão que não raramente podemos ouvir, aquela espécie de queixa ou de receio que possa surgir uma cultura do homem onde sômente exista ou prevaleça de maneira assustadora a componente técnico-científica, tornando-se uma cultura quase que desumanizada, robótica e cibernética, em prejuízo do componente artístico ou mais genêricamente humanístico. Esse medo não tem nenhum fundamento objetivo, a não ser uma espécie de complexo de inferioridade (e às vêzes um complexo edípico para a cultura tecnizada em alto grau na qual vivemos e à qual tantas coisas devemos, para o bem e para o mal), o típico complexo dos não técnicos para com os técnicos. As duas componentes, a científica e a artística ou humanística, respondem de duas maneiras diferentes a um estímulo fundamentalmente igual e tipicamente "humano", isto é o que nos empurra à busca das correlações permanentes que nos permitam aceitar com segurança êste mundo em que vivemos. Essas correlações são as correlações causais, pelas quais o mundo é certo e seguro, não mágico, previsível e "racional", e então êste desejo de segurança empurra o homem a construir, inevitavelmente, as ciências. Ou estas correlações são as emocionais, que nos permitem repetir, controlar e comparar as emoções e as estimativas, para nos dar segurança que não estamos vivendo num mundo louco, imprevisível, errático e casual, mas num mundo que podemos aceitar como a casa da qual sabemos tudo o que é necessário. Então êste desejo de segurança emocional nos empurra a construir as artes. Para as ciências, procuramos as correlações estáveis que são os invariantes, físicos, biológicos, lógicos, históricos, taxonômicos. Para as artes, procuramos

as correlações emocionais que podem com segurança ser fixadas, transmitidas e entendidas de maneira invariante.

Estas duas componentes das coisas que são do homem, a científica e a artística, são entre si entrelaçadas. As artes aproveitam das técnicas, obviamente, embora que haja uma antiga antipatia de determinadas classes de artistas para determinadas classes de ciências. Mas também as ciências têm sempre o seu lado artístico, embora que muitas vezes êle fique escondido embaixo da quase esotérica linguagem da qual as ciências se revestem, algumas vezes por necessidades reais, e outras não. Por sinal, poderíamos dizer que as ciências que o homem constrói e utiliza tornam-se humanas na medida em que elas são sustentadas por alguma necessidade artística.

Todavia, o que eu gostaria de por em foco nesta palestra é o mecanismo de feed-back, de retroação, que as ciências estão evidentemente atuando sobre o homem, assim como historicamente atuaram em outras épocas, embora que com uma intensidade muito menor da que nós estamos observando na época na qual vivemos. Este mecanismo de retroação consiste no fato que as ciências, que o homem desenvolve juntamente com as artes, naquela mescla que define cada "cultura" ou civilização, enquanto aumentam sempre mais o próprio valor instrumental, como sendo capazes de criar e verificar receitas úteis para viver e viver melhor, por decorrência aprofundam também, e sempre mais, o próprio conhecimento que o homem tem de si mesmo e de seu destino, contribuindo de maneira *sui-generis* e bem prestigiosa para a tarefa de esclarecer na mente e na ação do homem o que o homem é e o que o homem pode ser, isto é, contribuindo, de maneira original, para a edificação de uma sempre mais consistente filosofia do homem.

A retroação das ciências sobre a filosofia do homem aconteceu, historicamente, em duas etapas bem diferentes, que caracterizaremos como etapa das extrapolações juvenis das ciências imaturas, e a etapa da maturidade das ciências. Como todos os fenômenos humanos, também as ciências têm uma idade juvenil, com todas as características positivas e negativas da imaturidade, começando pela imprudente impaciência que tende às generalizações não suficientemente comprovadas pelos fatos, e pela facilidade com que problemas que teriam de ser ex-

clusivamente científicos tornam-se problemas emocionais e mesmo passionais, com todas as consequências de intolerâncias e de fanatismos que podemos imaginar. Mas, como todas as coisas humanas, também as ciências chegam a uma maturidade, e então as impaciências juvenis desaparecem e os problemas são olhados com a desencantada objetividade que é o método científico puro, isto é o método experimental, e os resultados dêsse método na filosofia do homem tornam-se profundos. Veremos alguns exemplos logo depois. Mas cumpre-me observar que, infelizmente, existe uma diferença de fase entre as conquistas da ciência e a divulgação da ciência, e por isso alguns efeitos dos erros juvenis das ciências permanecem atuando seja nas camadas culturais menos ligadas ao processo do adiantamento científico, seja nos reflexos históricos ou mesmo políticos e humanos que aqueles erros juvenis por ventura tiverem produzidos.

As ciências começaram descobrindo que uma grande área das experiências que podemos ter ou provocar podem ser representadas racionalmente, segundo o postulado de Leibniz, por meio do que chamaremos o determinismo. Expressando o resultado de uma observação, e não o de uma demonstração lógica, Leibniz enunciou o famoso princípio da razão suficiente, pelo qual tudo o que se observa pode ser racionalizado, isto é, pode ser expressado em termos lógicos que não implicam contradições. A aplicação dêste princípio que passa sob o nome de determinismo é a constatação (não a demonstração) que uma enorme quantidade de experiências podem ser expressadas em termos lógicos e podem também ser previstas utilizando um limitado número de observações básicas (como massa, força, energia, carga elétrica, etc.) e de relações entre elas, ou também, com uma fórmula que resume em poucas palavras o domínio do determinismo, é a constatação de que "nada se cria, nada se destrói, mas tudo se transforma no tempo e no espaço, à condição que a entropia de cada sistema isolado cresça sempre". Este é um resumo das leis que passam sob o nome de física e química, juntas.

E aí vem um conjunto de erros juvenis, erros devidos à imaturidade, que nasceram dos triunfos do determinismo na explicação e no domínio do que chamamos de matéria, isto é

de tudo o (e somente disso) que atua no espaço e no tempo condicionalmente às leis limitativas da termodinâmica. A possibilidade de racionalizar o mundo da matéria foi a ocasião que pareceu dar um fundamento àquelas filosofias do mundo, inclusive do homem, que afirmam que tudo é somente racionalidade, a "natureza" das coisas é mente, logos, idéia, ou coisas parecidas. Não obstante a aparelhagem verbal suntuosa e presunçosa dêesses tipos de "filosofias", elas não superam o estágio infantil das escolas iônicas e eleáticas, que também descobriam a "natureza das coisas" na água ou no fogo, e assim por diante. E não obstante isso, pela diferença de fase da qual temos falado acima, essas "filosofias" continuam não somente nos livros de história da filosofia, mas mesmo na vida prática, pois trata-se duma daquelas concepções do mundo que se chamam monísticas e que são bem vivas no nosso mundo humano.

Ainda mais, outro erro juvenil da idade imatura das ciências foi o que passou com o nome de positivismo, e que consiste essencialmente na idéia de aceitar somente as observações sensoriais, ou, na forma mais moderna chamada fisicalismo, de aceitar somente as observações que podem ser expressadas por meio de números, isto é as "medidas". Este é um ponto de vista "muito" juvenil, pois implica a enorme contradição, ou o enorme paradoxo, que a ciência teria de recusar de aceitar a lógica, pois a lógica nem é objetivo de experiência sensorial nem se pode medir. E quanto ao ponto de vista fisicalista, existem mesmo sensações que não podem ser expressadas por números, como os do olfato e do gosto. Todavia, pela diferença da fase já mencionada, existem ainda remanescências do positivismo, e o fisicalismo é ainda bastante espalhado, por uma curiosa espécie de dicotomia psicológica, pela qual há mesmo cientistas que "gostariam" de existir num mundo fisicalista que não resiste à crítica científica.

Enfim, o entusiasmo pelos sucessos do determinismo é parcialmente responsável pelo terceiro erro juvenil da imaturidade das ciências, que consiste em dizer: visto que conseguimos entender tão bem o que é a matéria (e também este otimismo era um erro juvenil, como foi visto depois dar evolução quântica das ciências), visto que sabemos exatamente o que a

matéria é, podemos postular que tudo o que existe é matéria, isto é, podemos postular que tudo o que é objeto da nossa experiência é matéria, não há outra coisa existente a não ser a que está sujeita ao determinismo que define a matéria. É o postulado bem conhecido como materialismo ou puro e simples, ou com algum adjetivo que o ornamenta, como "dialético" etc.

Foi a mesma ciência, e em particular a ciência física, quem começou uma crítica a este postulado, que evidentemente implica gravíssimas consequências sobre a filosofia do Homem, consequências que podemos resumir no conceito "o homem é uma máquina", como foi cruamente expressado por de la Verrie desde os tempos pré-históricos (cientificamente falando) dos "enciclopedistas" franceses. Acho que a crítica em questão começou a ser focalizada em termos válidos no famoso livro do grande físico moderno E. Schrödinger "What is Life?", com a constatação de insuficiência do postulado materialista (e do fisicalista) para racionalizar toda a experiência da qual o homem pode dispor, e, para começar, para racionalizar em termos que impliquem nenhuma dogmática irracional o que observamos como pertencendo ao fenômeno "vida". Já nos trabalhos pioneiros do matemático italiano Luigi Fantappiè, e depois em Schrodinger, e enfim num sem número de trabalhos seguintes, foi mostrado que o esquema termodinâmico contido no determinismo clássico da matéria não pode explicar (ou melhor dá o contrário de uma explicação), o comportamento termodinâmico da matéria quando é viva. Foi constatado que não se pode racionalizar toda a experiência que inclui os seres vivos, se não separarmos uma termodinâmica dos seres vivos como diferença da dos seres não vivos, sem nenhuma possibilidade de identificar uma termodinâmica com a outra. Em particular, foi vista a necessidade de desdobrar o segundo princípio de termodinâmica, ou melhor a definição de entropia, uma sendo válida para o mundo físico e a outra para o mundo biológico.

Com isso, a ciência chega à constatação da não homogeneidade do mundo do qual temos experiência, como se nêle coexistissem duas físicas diferentes ou dois tipos diferentes de matéria que não podem ser reduzidas uma na outra reciprocamente, (mas sim somente numa direção, da matéria viva para a matéria não viva). Para distinguir os dois tipos de física,

caracterizados pelos dois tipos de entropia, costuma-se distinguir o *determinismo* da matéria não viva do *finalismo* da matéria viva, sem todavia insistir na interpretação antropomórfica do finalismo. Portanto o erro juvenil do postulado materialista é corrigido, na idade mais madura das ciências, pela introdução da contraposição do finalismo biológico em comparação com o determinismo físico.

Todavia, sempre por aquela diferença de fase da qual já foi dito acima, permanecem rastros da antiga interpretação, mesmo em meios científicos não diretamente ligados com a física, mas mais ligados com a biologia. Com efeito, desde os tempos de Wuhler, até as muitas outras e mais recentes sínteses da química orgânica encontram-se meios puramente físicos ou químicos para produzir moléculas sempre mais complexas, parecidas e as vezes idênticas com as que se encontram nos seres viventes. Desta maneira saiu a lenda, que é um verdadeiro postulado, que se conseguíssemos construir artificialmente moléculas de complexidade bastante grande teríamos de chegar a poder construir artificialmente a vida. É muito evidente onde está a "imaturidade" deste tipo de conclusão. Sendo que observamos que a vida sempre implica a utilização de moléculas de uma complexidade enorme, somos tentados a dizer que a vida é justamente esta complexidade. Mas o problema seria mostrar como é que a simples complexidade pode arrastar consigo uma lei termodinâmica tão diferente como a da matéria biológica é diferente da da matéria não biológica. Seria como esperar que somando um número sempre maior de números pares se possa chegar finalmente a ter como resultado um número ímpar. Ainda mais, se a vida consistisse simplesmente na complexidade das moléculas, restaria a explicar porque, um instante depois de ter morrido, um ser conserve a mesma complexidade de quando vivia, sem permanecer vivo. A conclusão exata a ser tirada dos fatos é que a vida parece precisar de moléculas muito complicadas, mas não temos nenhum indício que nos permita dizer que a vida é a complexidade mesma. E não obstante isso, especialmente no nível da ciência divulgativa, ou pior ainda no nível da ciência de propaganda, este erro juvenil, este fruto de imaturidade científica, continua sendo propagado sem a menor crítica.

Pois bem, se as ciências têm como tarefa de racionalizar toda a experiência, para encontrar uma razão lógica e suficiente para tudo o que observamos ou experimentamos, então as ciências se encontram na frente de um problema profundo como o abismo, mesmo depois de ter descoberto a não homogeneidade do mundo não vivo em comparação com o mundo vivo, e este problema a ciência que o homem constrói encontra no homem mesmo, na ciência e na filosofia do homem. Pela verdade, há também um outro tipo de problema que está perturbando ativamente as ciências modernas, é o problema cosmológico e cosmogônico, sobre o qual aqui não quero nem posso falar, por evidentes motivos de brevidade, e por isso nós nos limitaremos às duas "dificuldades" que o mesmo homem apresenta à sua própria mente e à sua própria ciência.

A primeira dessas dificuldades sai daquele conjunto de experiências que podem ser reunidas pelo nome de "mente". Essa pode-se descrever como a coligação de algo capaz de produzir as seguintes experiências: 1) percepções e reconhecimento ou classificação de percepções; 2) memória, dos fatos e das formas (Gestalt) e das sequências, com possibilidade de re-encontrar as memórias em base às classificações; 3) reações codificadas a determinadas percepções; 4) regras de uma lógica, como filtro para aceitar ou recusar ligações entre percepções e percepções, memórias e memórias; 5) indução incompleta e conceitos abstratos 6) emoções, desejo e ódio, procura e repulsa ou recusa; 7) lógica abstrata; 8) correlações emocionais abstratas, artes, correlações semânticas e artísticas.

Ora, essas tarefas podem ser catalogadas em duas classes bem distinguíveis entre si. A primeira classe é aquela que compreende todas as tarefas que podem ser expressadas em termos compatíveis com as dimensões do tempo e do espaço, e com as leis de uma das duas termodinâmicas das quais temos experiência. Esta classe será chamada a *classe cibernética* ou robótica, pelo fato de que as mesmas tarefas podem ser, mais ou menos, bem, reproduzidas por meio dos recursos técnicos que são estudados pela cibernética, e realizadas em "robots".

A segunda classe compreende as tarefas que não podem ser expressadas em termos espaciais e temporais e termodinâmicos, e que chamaremos de propriamente *mentais*, como são as

idéias abstratas ou universais, e tôdas as estruturas de ligações lógicas entre idéias, que chamaremos de *relações teóricas*, assim como as correlações emocionais ligadas a abstrações, que pertencem propriamente ao domínio das artes. Naturalmente, houve também neste caso a impaciência juvenil ou imatura que fez emitir o postulado: toda atividade da mente ou é um fenômeno físico químico, ou se descobrirá que é um fenômeno físico ou químico. Mas é também claro que um julgamento mais amadurecido reconhece que aqui estamos na frente de um experimento que deve ser aceito por aquilo que é, e não distorcido forçando-o para ser o que ele não é, um experimento *sui generis*, com que percebemos que não somente existe uma inhomogeneidade do mundo em que vivemos porque existe uma fronteira entre o mundo não vivo e o mundo biológico, mas também porque existe uma outra e mais elusiva fronteira entre o mundo da mente não cibernética e o restante do mundo (veja p. ex. Lord Brain, in *Nature*, suppl. aug. 29; 1964, vol. 203, pág. 943 e seguinte, especialmente p. 945-947).

A componente não cibernética da mente é somente uma das maneiras com que percebemos esta segunda discontinuidade no mundo em que vivemos, a fronteira entre o que é mental e o que não o é, pois existe outra, e muito mais dramática experiência em que percebemos esta fronteira, e essa outra experiência é a que chamamos com um nome grande e terrível, a *liberdade*. Aquele espírito um pouco confuso que foi o Teilhard de Chardin escreveu que a liberdade é "o mais irritante paradoxo", no qual se vai chocando a filosofia do homem. Claro, que é irritante quando não se consegue nem em negar a existência dêle nem em reduzi-lo às dimensões do determinismo e do finalismo. Pois a liberdade do homem não é uma abstração, mas sim uma simples experiência, reproduzível facilmente tôdas as vezes que quisermos, uma experiência para "ver" que existem ações que não têm a própria razão suficiente nem no determinismo nem no finalismo, mas somente numa sua própria dimensão, a dimensão da liberdade. E como no mundo físico a causa permanente (e não diretamente observável) dos efeitos invariantes é algo de invariante, assim eu devo postular que a causa invariante da minha liberdade é algo de invariante, que sou eu mesmo. Eu sou a causa da minha liberdade, e quem

quer demonstrar que esta causa não existe, quer demonstrar que eu não existo, portanto eu nem posso tomá-lo a sério, muito embora que, justamente porque sou livre, eu posso decidir aceitar aquela demonstração justamente porque sei que não deveria aceitá-la, e assim demonstraria outra vez que eu sou livre. A introdução deste "irritante paradoxo" é todavia necessária, porque sem êle o conjunto das minhas experiências não teria uma completa série de razões suficientes. As correlações causais no mundo físico são descritas pelo determinismo; as correlações de acontecimentos no mundo biológico são descritas pelo finalismo biológico; as correlações dos acontecimentos sobre a dimensão da liberdade são descritas pelo que chamaremos uma *ordem*, uma ordem ética ou uma ordem jurídica.

Mas é evidente, então, que esta análise da filosofia do homem, ajudada pelas ciências, dá ao homem uma posição única, como sendo uma encruzilhada em que todos os mundos que coexistem neste universo se interceptam e se entrelaçam para formar esta criatura grande e trágica que é o homem.

ESTUDOS

MANUAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (*)

GLÁUCIO VEIGA

O país subdesenvolvido não contém, apenas, um *círculo vicioso* ou o já clássico vicioso, de natureza econômica. Sobre este círculo, outros tão ou mais viciosos se superpõem, sem dúvida, reflexo ou projeção do círculo economicamente insuperável. Entre estes, destaca-se o círculo vicioso da aprendizagem da Economia, nos subdesenvolvidos.

Todos são unânimes em reconhecer especificidade estrutural nas áreas atrasadas. E ainda há quem pense — e concordamos — que cada subdesenvolvido retém seu “subdesenvolvimento próprio”.

Mas, o estudante do país subdesenvolvido ingressa na ciência econômica através de manuais escritos pelos *desenvolvidos*.

As motivações, os exemplos de que estes manuais se recheiam — sem falarmos nas teorias — são sensibilidades existentes na circunstância do estudante desenvolvido, elementos tangíveis e participantes da vida de cada um; e exatamente por isto, esses livros de texto funcionam anódinos, inoperantes e estranhos nos países atrasados, “insensibilizando” o universitário no tocante à “sua” realidade econômica. Para este fato, desde muitos anos que chamamos a atenção dos estudiosos do subdesenvolvimento.

Se nos alongarmos aos problemas teóricos, então, a confusão se multiplica para o estudante, atônito perante as múltiplas interpretações e diversificados conceitos, sobre idênticos fenômenos.

A crise dos manuais vem sendo alarmante no ensino da Economia Política. Três livros, hoje, tornados clássicos cor-

(*) Fernando de Oliveira Mota, Manual do Desenvolvimento Econômico, Fundo de Cultura, 520 páginas, 1964.

rem nas mãos dos estudantes e, pela ordem de maior índice de consultas, são: Samuelson, Stonier e Hague e Boulding, todos, absolutamente transparentes através de traduções.

Êsses livros, endereçados ao estudante americano ou inglês, de melhor nível intelectual que o nosso, geram, por si, alguns problemas de aprendizagem.

Tomemos, por exemplo o Samuelson, já na 3a. edição da Agir, tradução levantada sobre a, também, 3a. edição americana.

As edições da obra de Samuelson renovam-se intensamente não apenas gráfica mas estruturalmente. Assim, a 1a. edição enfatizou a *depressão*; a segunda atraiu para a dignidade de um primeiro plano, a *inflação* e a última centrou-se e concentrou-se em torno do “desenvolvimento eficiente e a estabilidade”.

Se a obra de Samuelson fôsse simbolizada numa rosácea, o centro da gravidade e equilíbrio sofreria, portanto, mutações que logicamente repercutiriam na unidade do livro.

Esta mudança e deslocamento de pontos focais na obra de Samuelson, livro palpitante, dinamizando em função da sua circunstância econômica, não imanta a inteligência do estudante brasileiro.

Daí, o paradoxo de que a terceira edição de Samuelson não seja o compêndio mais adequado para o universitário nacional. Em função da nossa realidade nacional, êle seria um tanto meta-econômico. A 2a. edição, centrada e irradiando-se em torno da inflação pareceria mais recomendável. Recomendável até certo ponto, pois os mecanismos inflacionários brasileiro e latino-americano são específicos.

Sendo um livro estranho para estranhos, suas análises evidentemente embasam-se sobre dados estatísticos locais o que concorre para a perda de atualidade e do “sentido” da realidade brasileira.

Então, continuamos, didaticamente, alienados, a forjar nossas análises e investigações e a interpretar realidades alheias.

Bem verdade que os tradutores procuraram atenuar o processo de alienação didática, através de atualizantes notas de texto que formam um esboço de integração do livro, dentro do nosso processo econômico.

Samuelson não manipulou a simbólica algébrica e substi-

tuiu gráficos geométricos pelos exemplos aritméticos, acompanhados de gráficos pictóricos.

Sem dúvida, isto gerou uma acessibilidade muito grande, principalmente se ponderarmos que a maioria dos estudantes brasileiros — e especialmente nordestinos — orientados para os cursos jurídicos ou de economia, apresentam-se desarmados de conhecimentos matemáticos básicos.

Em sucesso, depois do de Samuelson, irrompe o livro de texto de Stonier e Hague facilitado aos universitários através da belíssima tradução de Cássio Fonseca, versão terminologicamente precisa e redigida em rigoroso vernáculo. O manual de Stonier e Hague utiliza-o os estudantes do “College” da Universidade de Londres e o consideramos mais claro, iluminado e sóbrio que o manual de Samuelson. Mas, mesmo assim, basta a advertência à 2a. edição inglesa sobre operações do mercado aberto, desenvolvidas na secção 6a. do capítulo XVIII para pressentirmos que poucos economistas nacionais — e não somente o universitário — estão aptos a compreender tal advertência, à guisa de antefácio.

O livro de Boulding, agora, tornado doméstico numa tradução do economista Diógenes Machado tinha pouca penetração entre nós, apesar da versão castelhana.

Sóbrio como o de Stonier e Hague e sem os toques jornalísticos da obra de Samuelson, emerge como um dos melhores compêndios estrangeiros.

Ao ser lançado em 1941, Boulding inaugurava revolução no campo da didática econômica. Aplicava êle, pela primeira vez, o método instrumental (implement method), pois os temas para análise estão em função dos implementos de análise adotados. Por outras palavras: a estruturação do livro não obedeceu ao critério temático, à classificação por matéria; antes, projetou-se o manual em função dos processos de análise.

Decorre, daí, a eliminação da velha divisão — produção, consumo, distribuição — para se articular o manual em duas grandes partes: instrumental analítico da oferta e da procura e o instrumental da análise marginal.

Num manual de economia política, o primeiro passo organizacional deverá ser separar a problemática possível de ser

enfocada sem interferência da análise marginal, da problemática somente captável em termos e técnicas marginalistas.

Perfeitamente exequível a determinação de preços, a teoria elementar da moeda, do comércio internacional, das crises, da distribuição e da troca sem a interferência da palavra marginal, "word so full of torment for the beginner", na aguda observação de Boulding.

O livro revela-se realmente como uma teoria geral no sentido em que evita ser compêndio dos problemas econômicos ocorrentes; e isto simplesmente pelo fato de que com o tempo "the student has to face economic problems those of today may no longer current".

Portanto, em comparação com o *Samuelson*, o *Boulding* não é um livro palpitante, engajado no processo econômico e sacudido pelas contradições, choques e tensões inerentes a todo processo.

O objetivo do livro, enfim, é propiciar ossatura lógica, de uma lógica, vamos dizer imprópriamente, "econômica". Treinar o estudante nos métodos de análise, segundo êle, será mais útil que apetrechá-lo de opiniões pessoais, moentes e correntes.

Além do mais, Boulding toca num ponto sensível na aprendizagem da Economia, nos países desenvolvidos.

O universitário americano, evidente, não se insere num contexto de *subdesenvolvimento geográfico* ou *externo*.

Todavia, o universitário americano — e o fato se estende aos outros países desenvolvidos — está enxertado num *subdesenvolvimento histórico* ou *interno*: o crescimento da economia americana tornaria obsoletas as atuais estruturas. Então, surge o problema da aprendizagem da Economia, no Tempo.

A Boulding êste ponto não escapou quando adverte ser mais importante dar ao estudante um treinamento que o capacite a compreender os problemas do mundo, de sua maturidade, em lugar dos problemas do mundo de sua juventude; conseqüentemente, é mais importante dar-lhe um rigoroso treinamento em métodos de análise que pressioná-lo com opiniões pessoais correntes.

Mas, evidentemente, o livro de *Boulding* está referenciado ao estudante americano. E como os outros manuais, quando lança mão do exemplo, colhe-o obviamente na sua circuns-

tância econômica. Para não nos alongarmos em maiores e melhores exemplos, basta a leitura do cap. VIII, "Some Further Applications of Supply and Demand Analysis", onde o estudante nacional fica meio "depaysé". Outro exemplo: o cap. 22, "The Impact of Government". Aqui, a estrutura constitucional do nosso país não auxilia absolutamente a compreensão da política econômica do governo americano.

A exemplificação sumariíssima do mecanismo do comércio internacional (vol. I, p. 80, trad. brasileira) é simplesmente irreal para os subdesenvolvidos.

A constante invocação ao trigo e à sua medida — o "bushel" — muito embora o tradutor se apresse em fazer a equivalência em litros, são outras referências sem operatividade.

Enfim, como não poderia deixar de ser, a teoria econômica soerguida por Boulding, por mais geral que venha a ser, está induzida à base de uma estrutura nacional, altamente desenvolvida.

Se nos fixamos, apenas, nesses três manuais é porque a maior parte dos nossos universitários dificilmente consegue atravessar a barreira do idioma estrangeiro, mesmo os mais acessíveis e linguisticamente aparentados, a exemplo do castelhano e do francês. A tradução de Guitton, lançada em 1959 não conseguiu se impor pelo menos, nos centros universitários do norte, como manual cotidiano.

O manual de Hicks, na tradução portuguesa da Livraria Clássica Editôra, não deveria se incluir nessa revisão, pois, trata-se de manual de especialização, dedicado ao estudo propedêutico da renda nacional. Todavia, a clareza, a precisão desse livro tornaram-no inseparável do estudante brasileiro.

Há, em verdade, entre nós, uma crise de livro de texto e a presença do manual estava se tornando imperativa. A organicidade da Economia Política — ciência explicadora de um processo, ciência eminentemente "processual" ou circunstancial — reclama um manual ajustado à estrutura subdesenvolvida como, igualmente, às deficiências do universitário.

Note-se que essa "crise" do livro de texto, tão aguda entre nós somente nos últimos vinte anos vem encontrando solução, quer na Europa, quer nos Estados Unidos.

A Economia Política, ciência fortemente integrada, não

favorece um desmembramento ou mesmo uma sequência genética, onde se pudesse arrancar do mais simples para o complexo.

Os temas, aqui, vinculam-se e radicam-se de tal forma que o processo de isolamento, por abstração, para facilidade didática, torna-se árduo e, praticamente, falho.

A experiência do manual estrangeiro, a exemplo dos já citados, neste particular, apresenta-se muito útil.

Resta-nos, apenas, construir o manual lastreado com a realidade subdesenvolvida existente. Poderíamos correr o risco do manual se tornar circunstancial, a exemplo do de Samuelson, ou despido da sobriedade do manual Boulding.

Contudo, impõe-se a necessidade do manual propedêutico baseado no nosso processo de subdesenvolvimento, como primeiro contato e tomada de consciência de uma realidade econômica.

Não estamos longe de acolher a existência, talvez, exagerada de duas Economias, de duas ciências econômicas: a economia do desenvolvimento e a economia do subdesenvolvimento. E a diferença não será só de grau: parece-nos, em muitos pontos, avivar-se diferença de *natureza*.

Para nós, urge uma teoria "nacional" do desenvolvimento econômico. E "nacional" aqui se agrega no seu lídimo sentido restrito para destacar o particularismo do subdesenvolvimento.

Certos figurantes do processo desenvolvimentista — o empresário inovador — é figura escassa no nosso ambiente.

Acreditamos mesmo que o empresário sulamericano age "racionalmente" através das oportunidades fáceis de "fazer dinheiro", oportunidades inexistentes para o empresário de estrutura altamente desenvolvida, como observou em lúcido ensaio *Nathan Rosenberg* (Capital Formation in Underdeveloped Countries — The American Economic Review, set. 1960, vol. L, n.º 4 págs. 706-715).

Categorias e conceitos pacificados entre economistas de estruturas desenvolvidas, perdem operatividade na apreensão de uma realidade econômica subdesenvolvida. Bastaríamos citar no Brasil e na América Latina o caso da *inflação* que está obrigando os economistas dos países desenvolvidos a reformularem suas interpretações.

O problema manual do desenvolvimento é de ordem geral. O prof. C. W. Guillebaud, da Universidade de Cambridge encarregado de redigir o Relatório do Colóquio de Talloires (O Colóquio de Talloires, na Alta Savoia teve lugar entre 27 e 30 de agosto de 1951, sendo promovido pela "Associação Internacional de Ciências Econômicas", sob o patrocínio da UNESCO. Estiveram representados no Colóquio de Talloires o Egito, EE. UU., França, Índia, México, Inglaterra, Suécia e Yugoslavia; o Colóquio debateu as diversas questões curriculares referentes ao ensino universitário da Economia) observou, em relação ao Egito, "on est fortement gêné par le fait que les exemples concrets cités dans ces ouvrages se rapportent, en general, a des situations peu connues des étudiants. Ce handicap ne pourra être surmonté que lors qu'il paraitra en Egypte sufisamment d'ouvrages d'economie empruntant leurs exemples concrets à la vie économique du pays".

Há exemplos no livro de Stonier e Hague inassimiláveis para um estudante latinoamericano, especialmente brasileiro. Assim, a p. 84 da 2a. edição, exemplificando bens complementares cita, entre outros "bacon and eggs". O professor, se tiver agudeza, observará, ao aluno que presunto e ovos é dieta de angloamericanos sem qualquer significação para nós. E ao tradutor, prof. Cassio Fonseca, escapou terrivelmente a inoperância dêsse exemplo.

Outros manuais que surgem no vernáculo são desinteressantes para o universitário. Recentemente, traduziu-se o livro de Campbell R. Mc. Connel. A Parte I da obra é dedicada ao Capitalismo norteamericano; a Parte II, dedicada à macroeconomia, vincula-se também à economia americana. A Parte III — economia monetária — nada mais é que uma análise dos problemas monetários dos Estados Unidos. Enfim, há um capítulo sobre subdesenvolvimento, por sinal bem lançado e um capítulo sobre economia soviética.

Quando muito o livro de Mc Connel destina-se a professores de países subdesenvolvidos, apesar do título "Elementary Economics".

Essas considerações se impõem para melhor avaliação da oportunidade do livro do prof. Fernando Mota.

Sem dúvida, trata-se de livro bem feito e concatenado revelando na elaboração, maturidade e repouso. Não é obra açodada, nem redação ou alinhavo de quem quer se livrar de algo inoportuno e, por isto mesmo, vai deixando, ao correr da pena, contrastes e paradoxos, contradições e antíteses.

As sugestões e reparos aqui feitos, talvez, adquiram explicação na divergência original doutrinária, entre nós e o Autor. Sugestões e reparos que podem parecer a aparecer como pouco felizes ou demasiadamente injustos; porém, justificáveis dentro de um critério de sinceridade e liberalidade, apanágio de toda Universidade que se preza.

De início, o Autor encampa simplismo, no nosso entender nocivo, ao dizer em nota que as expressões “crescimento econômico” e “desenvolvimento econômico” são sempre usadas como sinônimos, salvo quando no contexto se faça expressa distinção (p. 13, nota 1). A distinção entre os conceitos não apareceu ao longo do livro. E se surgiu lamentavelmente não fixamos.

Aqueles que enfocam o *des* — ou *subdesenvolvimento econômico* através da ótica cultural, não acolhem sinonímia tão simplificante. A distinção não se projeta como requinte teórico. Ao contrário, adquire operatividade, principalmente, em termos da analítica da inflação.

O processo de desenvolvimento implica mudanças estruturais profundas. Acrescentamos o adjetivo, pois, no crescimento econômico verifica-se alteração estrutural, se bem que menos significativa.

Quando se constata “crescimento” econômico dentro de uma estrutura mutante, então, deparamos especificamente o processo de desenvolvimento econômico.

Mutação estrutural é o conceito focal no processo de desenvolvimento econômico. O crescimento econômico faz-se dentro de uma relativa unicidade estrutural.

A tese não adquire, como se sabe patente de inovação. Levantou-a Peroux, Byé e outros.

Superando a distinção o Autor abandonou, de golpe, uma problemática rica e complexa.

Assim, numa consequência lógica, identificou o modelo Harrod-Domar como um modelo de desenvolvimento. Desa-

tendeu, pelo menos aos conselhos de Hirschman para quem essa teoria encontrou campo de aplicação principal, estranhamente, nos planos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Integrava, assim, o Autor não apenas a economia poskeynesiana, antes a própria “revolução keysiana” de transcendente importância para o desenvolvimento e de escassa significação para os não-desenvolvidos.

Sem dúvida, há tentativas ousadas de aplicação do modelo keynesiano às economias atrasadas. Os trabalhos de G. Leduc orientam-se nêsse sentido.

Há dez anos atrás, em nossa tese de concurso à cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito de S. Paulo, apontávamos a inaplicabilidade do modelo Keynesiano numa economia subdesenvolvida. (Cfr. Gláucio Veiga — *Revolução Keynesiana e Marxismo* — Recife, 1964, p. 145). E fazíamos referência ao trabalho pioneiro de Osman Ohyar divulgado no primeiro número de “*Economie Appliquée*” de 1951, trabalho êste igualmente invocado, em seu pioneirismo pelo vietnamita Nguyen Hun Chan em seu livro do ano passado, “*Structures, Institutions et Developpement Economique dans les Pays Sous-Développés*”.

Desfocou o Autor, ao nosso ver, assumindo postura inicial de sinonimizar crescimento e desenvolvimento, a problemática desenvolvimentista da sua situação histórica.

O processo de desenvolvimento se analisa tanto em relação à faixa histórica externa, quanto à faixa histórica interna do país em desenvolvimento. O país subdesenvolvido retém o “seu” Tempo mas não pode ignorar o Tempo que denominariamos “Tempo do Mundo” ou Tempo dos Desenvolvidos.

Os países atualmente desenvolvidos cresceram dentro dos quadros de uma nação geográfica e quase sempre politicamente definida. Nêsse sentido, podemos, falar de um desenvolvimento “mercantilista”, isto é, processo desenvolvimentista onde a Nação, o Estado ou são “suportes” do desenvolvimento ou são seus “promotores” (caso do Japão).

Mas, o contexto tribal ainda latente na maioria dos países africanos nos favorece dificuldades para uma idéia homogênea de Estado ou Nação, especialmente, aqueles países cuja in-

dependência se realizou após a II Grande Guerra, originários do despedaçamento dos impérios coloniais francês e inglês.

Se os países sulamericanos conheceram independência política nos primeiros decênios do século XIX, por outro lado, não adquiriram a consciência da organização estatal. E o processo de crescimento econômico se inicia um século ou mais após sua libertação política.

Portanto, há *tempos externos* diferentes para a África e América Latina como para a Inglaterra, a França ou Japão quando iniciaram o seu “*takoff*”.

As nações são *inhistóricas* ou *ahistóricas*. O conceito de *inhistoricidade* é um conceito de relação, pois, se é *inhistórico* em referência a uma cultura, *in casu*, a cultura européia. O conceito de *ahistoricidade* é um conceito de integração.

Ora, essa diversidade de “tempos” justifica que se repila certas teorias, em regra, “gerais” mas, em verdade, bem particulares e destinadas a um “universo”.

Colocando-se em posição oposta, o Autor não vacilou em situar o modelo Harrod Domar como modelo de desenvolvimento, quando, em verdade, não passa de um modelo, por sinal, superado de economia capitalista. Senão vejamos. Dentro do sistema keynesiano inexistia a preocupação pelos problemas do desenvolvimento econômico.

Decisivo para Keynes era o equilíbrio a curto prazo, pois, a longo prazo todos nós estamos mortos.

Na ótica de curto prazo, o estoque de capital, a tecnologia, a estrutura do mercado, os hábitos de poupança, o contexto social e cultural, a população etc. permanecem invariáveis ou, relativamente, invariáveis. Nestas condições, o problema se resume em determinar o *nível de equilíbrio da renda*.

Inspirado na trilogia keynesiana renda — poupança — investimento — HARROD parte para uma teoria dinâmica do crescimento.

Os germes desta teoria vamos encontrar no cap. II, sec. 4-5 do livro “*Essay on the Trade Cycle*” (1936), temática melhor desenvolvida no, hoje, famoso artigo publicado no “*Economic Journal*” de 1936, “*An Essay in Dynamic Theory*”. Este ensaio seria uma espécie de prefácio do seu livro funda-

mental que surgiria depois: “*Towards a Dynamic Economics*” (1948).

Propõe Harrod no seu trabalho, “*An Essay in Dynamic Theory*” desenvolver três proposições:

- a) o nível de renda da comunidade é a mais importante determinante da oferta da poupança;
- b) a taxa de incremento da renda é uma determinante importante para a demanda da poupança;
- c) a demanda é igual a oferta.

Como diz o próprio Harrod, a teoria consiste num casamento entre o princípio da aceleração e a teoria do multiplicador.

Para solucionar os problemas surgidos com as flutuações cíclicas principalmente, a defasagem dos períodos de depressão e de reajustamento dos estoques de capital, é necessário se “pensar” dinamicamente.

O problema não se põe, apenas, no armar equações: reclama-se “um método de pensamento”.

Concretizando seu ponto de vista, argumenta Harrod, que um economista coloque a seguinte interrogante: quais as repercussões sobre a estrutura econômica na hipótese de um incremento de exportação ou da existência de mudança tecnológica, poupadora de trabalho?

Em termos estáticos e das respectivas equações, o economista consideraria nova posição de equilíbrio, supondo um nível mais alto de exportações a ser mantido perpétuamente ou, consideraria o invento poupador de trabalho a ser incorporado numa técnica produtiva, de uma vez por todas.

Suponhamos, agora, que a taxa de incremento das exportações continue a crescer firmemente ou que se multipliquem as mudanças tecnológicas, poupadoras de trabalho.

Então, o método do estático não seria suficiente. Mesmo que os teóricos de estatística admitissem uma modificação de estágio em estágio.

Necessita-se, então, mais que um método, diz Harrod. Necessita-se uma “mental revolution”.

Isto não significa a eliminação da estática, como método,

senão apontar seu uso adequado para, apenas, determinadas categorias de problemas.

Para Harrod, há três elementos fundamentais no crescimento econômico:

- a) — população ativa ou força de trabalho;
- b) — renda per capita;
- c) — quantidade de capital disponível.

O Autor teria que chegar fatalmente a uma conclusão que chegou: “os modelos de Harrod e Domar constituem um subsídio de grande importância ao estudo do desenvolvimento econômico problema, no que tange, em particular, aos países de economia desenvolvida” (p. 105).

Mas, convenhamos, êsses modelos não interessam ao estudante brasileiro e, em certo sentido, nem mesmo a um universitário angloamericano.

Perroux considerou o modelo Harrod-Domar-Hicks como uma espécie de análise “gravemente insuficiente” para as economias ocidentais. E quanto ao “self sustained growth”, numa economia subdesenvolvida, jamais se realizou na prática (Perroux-L'Economie des Jeunes Nations, p. 200-201).

Exatamente, por ser o desenvolvimento econômico um “crescimento” com mutações estruturais — o que o Autor parece não acolher — é que se explica a inadequação de manipular a realidade dos economicamente retardados com um instrumental forjado para o estudo puro e simples de crescimento econômico, sendo estrito (cfr. G. Abraham — Fróis — Essai sur les Problemes d'Invertissement em Pays Sous — Developpés, p. 16-17).

Na sua exposição sobre o Marxismo, o Autor deixa claros não muito simpáticos para um marxista ortodoxo ou mesmo para um marxólogo.

Um dêles, seria atribuir a Marx uma teoria do valor, lastreada no *trabalho*, continuando o autor de “Das Kapital” a tradição clássica.

Ora, Marx não apoiou sua teoria sobre o *trabalho*, antes sobre a *força de trabalho* (Arbeitskraft). De fato, em alguns

escritos e panfletos antes de “Das Kapital”, a distinção ainda não se fazia presente.

Marx definiu a força de trabalho como “a síntese de faculdades físicas e espirituais” (Inbegriff der physischen und geistigen Fähigkeiten) (Das Kapital, cap. IV, § 3.º, Livro I).

Não se diga que a distinção não retém significação. Esta torna-se fundamental na concepção marxista do trabalho *produtivo e improdutivo*.

Diga-se de passagem que outro simplismo se apresenta aí. Marx teria apenas endossado a concepção smithiana de trabalho produtivo.

Ao contrário, em Smith descobre Marx duas teorias contraditórias sobre o trabalho produtivo. E levando as últimas consequências a interpretação que julgava correta, Marx, na “História das Doutrinas Econômicas”, diria que o trabalho produtivo é o que reproduz o *capital variável* e produz a *mais valia*.

O operário improdutivo não vende mercadoria-trabalho, aduz Marx.

Esta problemática — trabalho produtivo versus improdutivo com suas raízes lógicas no conceito de “força de trabalho”, ganha, hoje, uma atualidade indiscutível, face aos desencontros, entre economistas soviéticos, em torno do conceito de *produto nacional*, principalmente, Riabuchkine, Petrov, Turetski, Pachkov e outros.

A exposição do modelo marxista de crescimento econômico feito pelo Autor não se ampara na melhor bibliografia. A invocação reiterada a obra da Senhora Robinson não nos parece feliz. Há muita coisa melhor escrita e arguta que o livrinho da Sra. Robinson.

O que a Sra. Robinson escreve sobre a taxa de lucro decrescente — que o Autor albergou — merecia tratamento mais adequado e que aqui fica à margem para não alongarmos esta nota.

Apenas, de passagem, anotamos que depois da afirmativa retumbante de Boehm — Bawerk — “a teoria do valor — trabalho de Marx é uma tautologia” — os críticos posteriores, a cada passo, elidem as dificuldades — no caso, a Sra. Robinson

— afirmando também que a interpretação marxista da lei de lucros decrescentes é uma tautologia.

Outros temas e tópicos poderiam ser abordados se não fosse a natural limitação de um registro bibliográfico.

Sem favor, o livro do Autor é manual indispensável a qualquer universitário de país subdesenvolvido. Indispensável particularmente porque deu organicidade textual a uma temática econômica, tocando em todos os pontos essenciais e apontando e amparando-se numa bibliografia seleta.

UMA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA (*)

NEWTON SUCUPIRA

Dos muitos livros que se têm escrito ultimamente sobre a realidade brasileira em seus vários aspectos, destaca-se o ensaio de Pessoa de Moraes, *Sociologia da Revolução Brasileira*, como sendo das contribuições mais importantes para a compreensão do processo de transformação sócio-cultural que caracteriza o Brasil de hoje.

Tratando de assunto tão carregado de implicações ideológicas, soube o autor colocar-se num plano de imparcialidade e equilíbrio doutrinário que o guardou de resvalar para o tipo de sociologia partidária, marcadamente ideológica, muito ao gosto de certos intérpretes da realidade social brasileira.

O livro de Pessoa de Moraes se afasta, assim, de uma tese, particularmente difundida pelos teóricos, isebianos e marxistas, segundo a qual, na presente fase da auto-consciência brasileira, toda ciência social há de ser deliberadamente participante e estritamente orientada pela tomada de posição ideológica. Entendia-se que sendo a sociologia a autoconsciência científica de uma sociedade, o que não deixa de ser exato, deveria ela, não somente refletir a situação social que lhe deu origem, mas também estar comprometida com o que aqueles autores julgavam ser a direção irreversível do movimento político e social. Por isso mesmo desprezava-se a sociologia puramente analítica ou rejeitavam-se as pesquisas empíricas ou os estudos de detalhes em benefício de uma visão global da realidade social determinada por *a priori* ideológicos. Pesquisas feitas segundo rigorosos critérios metodológicos, procurando atender às exigências

(*) Pessoa de Moraes, *Sociologia da Revolução Brasileira*, Editora Leitura, Rio, 1965, 343 páginas, prefácio de Gilberto Freyre.

de objetividade científica, eram simplesmente acoimadas de alienação.

Daí porque muitas das interpretações globais da realidade brasileira se fizeram à luz de categorias ideológicas e em função de determinados juízos de valor. Para isso aplicaram-se, algumas vezes, e sem maiores precauções críticas, conceitos forjados para a análise de outras situações sociais, como é o caso da categoria de dependência, criada por Balandier no estudo das sociedades coloniais africanas. Com uma certa levandade científica tendia-se a assimilar o Brasil à realidade sócio-cultural de países do chamado terceiro mundo, vendo-se em certos traços comuns de uma condição político-econômica a identidade de processo cultural.

Nada mais natural que muitas dessas interpretações comandadas por pressupostos ideológicos nos dessem uma imagem deformada da estrutura e dinâmica da sociedade brasileira. Eram, na verdade, muito mais construções ideológicas puras do que ensaios de interpretação sociológica.

É o caso, por exemplo, de Nelson Werneck Sodré que em sua *Introdução à Revolução Brasileira*, parece raciocinar à maneira de reflexos condicionados, isto é, para cada inflexão de nosso processo social possui uma resposta explicativa previamente elaborada pelos esquemas marxistas de sua concepção do mundo. A consequência inevitável era submeter a realidade brasileira ao leito procusteano de seus *a priori* marxistas rígidos e simplistas. E tais interpretações pré-fabricadas e impostas à realidade, típicas do sub-marxismo brasileiro, terminavam por exercer sobre os fatos, e por ironia, uma espécie de "violência idealista", já denunciada por Sartre em sua crítica do marxismo dogmático e esquemático dos partidos comunistas.

Não se pretende, com esta crítica, que a tomada de consciência científica de uma sociedade se faça com absoluta imparcialidade, nem que o cientista social, como homem, se abstenha de emitir juízos de valor sobre a realidade social em que vive. Evidentemente a própria sociologia não pode deixar de participar dos conflitos da sociedade a que pertence e, por outro lado, todo conhecimento do social, tão científico seja ele, comporta implicações ideológicas. Não há dúvida que o pensar nossa realidade será forçosamente um pensar participante,

porque motivado e condicionado pela própria situação existencial que lhe serve de base e constitui seu objetivo. O pensar de nossa sociedade, tendo sua origem em plena *praxis* social a ela está indissolúvelmente vinculado.

Mas daí não se concluirá apressadamente que a análise da realidade social de que fazemos parte exclui todo e qualquer tipo de objetividade. O fato de que hoje se façam reservas à tese weberiana da *Wertfreiheit*, não significa a eliminação dos critérios de objetividade na análise dos fenômenos sociais. Essa objetividade, que se não deve confundir com neutralidade, é a condição mesma de um engajamento consciente e lúcido.

Não discutimos a legitimidade das posições ideológicas ou a necessidade de se construir ideologias, mas o que não é lícito é fazer passar estas ideologias, que projetam um novo tipo de existência social, pela realidade mesma, em sua estrutura e dinâmicas reais.

De resto a eficácia dessas ideologias está a depender de uma exata informação sobre as forças que atuam no processo social e o sentido de sua direção. Somente com o conhecimento objetivo das leis que regem a mudança social é que poderemos atuar sobre a realidade. Isto é, a eficácia da ação dependerá do conhecimento das variáveis em jogo, o que implica objetividade científica.

Que o sociólogo faça sociologia com a finalidade de construir uma ideologia ou melhor contribuir para a ação social, não há objeção a fazer. Trata-se de móveis ou motivos que impelem alguém a fazer ciência social. Hans Freyer já dizia que "somente aquele que deseja algo socialmente vê algo sociologicamente" e por sua parte Durkheim pensava que não valia a pena desperdiçar uma só hora em estudos sociológicos, se com estes só nos propuzéssemos fins teóricos. Mas não se poderá admitir cientificamente que o sociólogo, como sociólogo, projete na realidade social que estuda suas preferências e intenções e as tome como se fossem os próprios fatos sociais. Em suma, como acentuava Raymond Aron, o sociólogo deve tomar consciência, ao mesmo tempo, de suas preferências e das implicações sociais de suas teorias e procurar em que condições o conhecimento da sociedade é conforme às exigências da ciência.

O autor de *Sociologia da Revolução Brasileira* — e esse é

um de seus méritos — soube colocar-se na perspectiva exata do cientista social, sem contudo distanciar-se de sua sociedade nem alheiar-se dos problemas concretos da realidade brasileira. Sua intenção primária é analisar objetivamente as tendências e contradições da crise de transformação social do Brasil de hoje, descrever e interpretar os comportamentos, atitudes e valores característicos de uma nova sociedade em emergência.

Essencialmente analítico, sem todavia excluir a interpretação, o livro não se propõe a construir uma doutrina sistemática sobre a chamada realidade brasileira, nem muito menos profetizar o tipo de estrutura social que resultará necessariamente do processo de mudança. O autor se esforça por acercar-se da realidade sem prevenções ideológicas nem *a priori* doutrinários, mas com o intuito de fazer o fenômeno revelar-se em sua inteireza, como diriam os fenomenólogos. No capítulo introdutório faz questão de salientar que o livro “pretende descer à intimidade do Brasil”; “descer às raízes mais profundas dos problemas e auscultar as grandes tendências da vida nacional nos dias que correm. Aqui se faz uma tentativa de perscrutar o caráter de nosso povo, para compreender as motivações fundamentais de sua conduta”.

Tais propósitos definem, desde logo, a linha metodológica seguida no ensaio. Trata-se mais de uma sociologia analítico-compreensiva do que explicativo-generalizadora visando estabelecer um sistema de correlação entre os fatos observados. E o próprio autor adverte, na introdução, que seu livro se afasta do *approach* “rigorosamente tecnicista, baseado numa perspectiva economista pura ou apenas convencionalmente sociológica”. Na verdade, pode dizer-se que o livro, sob muitos aspectos, é um estudo psico-sociológico das motivações dos comportamentos sociais, das formas de vida, atitudes, valorações do homem brasileiro de diferentes grupos e classes nesta fase de profundas mudanças sociais. Estudo seguindo outros critérios de objetividade que a do empirismo lógico em ciência social, baseada em levantamentos estatísticos e exprimindo-se abstratamente e com aparato matemático. O autor procede por análise concretas, qualitativas, realizando muitas vezes uma espécie de microsociologia que busca surpreender as condutas sociais em seus detalhes mais significativos. O que não implica simples impressionis-

mo sociológico, pois suas análises se encontram lastreadas por grande massa de dados, informações, observações e suas próprias experiências, e repousando em ampla cultura sociológica.

Em vez de uma sociologia abstrata que fizesse um corte transversal no processo, desligando-o artificialmente de suas raízes históricas e antecedentes culturais, Pessoa de Moraes adota, de preferência, o método histórico e genético, o que lhe permite acompanhar em sua gênese e desenvolvimento a formação das novas estruturas e comportamentos sociais, interpretando-lhe as conexões de sentido. Nisso percebe-se a presença da tese de Freyer segundo a qual a sociologia, quando olvida o caráter histórico de seus objetos e persegue o ideal da sistemática abstrata, não só renuncia a toda significação vital, mas destrói seu próprio objeto. De fato o emprêgo do método histórico proporcionou uma compreensão mais aguda da dialética e sentido de nosso processo social.

O livro, como seu título indica, e tomada a palavra revolução como categoria sociológica, parte do fato central e crítico da existência brasileira atual: a contradição entre uma ordem social envelhecida, fruto do patriarcalismo rural, em estado de desagregação por força do impacto da industrialização e a emergência de uma nova ordem que não sabe ainda como se estruturar nem acerta a entrar em cheio na história. Consequência da industrialização, temos como dado fundamental do processo a irrupção, em larga escala, das massas por todos os setores da vida nacional, determinando mudanças radicais dos padrões de conduta e dos esquemas de ordenamento social e político.

Mas o que o ensaio nos mostra com muita acuidade é que estas duas ordens, em conflito, longe de apresentarem nítidos contornos, como se fôsse possível traçar uma linha divisória, rigorosamente definida, entre os “dois Brasis”, revelam, antes, a “intercessão da velha civilização semifeudal, rural e patriarcal, com a nova civilização de caráter crescentemente urbano, burguês e de aspectos proletários, surgida ultimamente”.

Daí as contradições e o *decalage* cultural que caracterizam a realidade brasileira de hoje, onde coexistem tempos sociológicos diversos, resultantes sobretudo das resistências que as velhas estruturas opõem às mudanças.

Resistências típicas daquelas áreas onde menor se verifica a incidência do impacto industrial.

Tôda esta interpenetração de valores e atitudes, tôdas as tendências contraditórias que definem a sociedade brasileira, são focalizadas com muita perspicácia pelo autor nas análises dos comportamentos da burguesia urbana, em suas várias camadas, na conduta das massas proletárias, nos movimentos de camponeses, nas atividades estudantis, com seus reflexos e repercussões na vida política e social total. Particularmente significativos são os capítulos nos quais se estudam as novas formas de liderança política em oposição aos modos tradicionais de dominação, bem como a reação eleitoral das massas onde freqüentemente, a débil consciência de classe e seu conteúdo ideológico são absorvidos pelas tendências coletivas vigentes. Assim é que estas massas, emergindo de um fundo de magismo primitivo se deixam, muitas vezes, sensibilizar mais prontamente por apêlos de líderes carismáticos do que pelos argumentos da doutrinação ideológica.

Partindo de tais constatações o autor distingue no chamado processo de conscientização das massas brasileiras entre o que êle denomina de "conscientização reivindicatória" caracterizada pela exigência de melhores salários e níveis de vida e a "conscientização política", definida pela consciência ideológica. Distinção que realmente ajuda a explicar aspectos aparentemente contraditórios da conduta política das massas.

O livro de Pessoa de Moraes, sem pretensões a ser exaustivo na análise de nosso processo social, apresenta uma grande variedade de observações e interpretações para ser convenientemente apreciado em simples nota. Entendemos, contudo, que lhe falta uma análise da situação e papel da Igreja católica na crise de transformação brasileira. Existem certamente alusões ao caráter de nossa religiosidade, referência sobre a atuação do clero em face dos movimentos de camponeses e dos problemas de desenvolvimento. São todavia, referências esparsas, quando a importância do problema exigia tratamento especial num capítulo à parte.

A religião católica é uma de nossas matrizes culturais, e não nos reconheceríamos no que fomos e em nosso etos atual, se a ignorássemos. Apesar de nosso catolicismo descozido, en-

tremeado de superstições ou reduzido a simples condição de hábito social, a Igreja ainda é uma das forças vivas de nossa sociedade.

Intimamente vinculada à nossa formação histórica e cultural a Igreja não poderia deixar de sofrer as influências das transformações sociais e ao mesmo tempo atuar sobre elas. Reflete também, de algum modo, as contradições e perplexidade da crise brasileira. O clero e a hierarquia que, dentro da configuração social do patriarcalismo, sempre foram conservadores apresentam hoje suas alas ultra-avanzadas em matéria ideológica.

Digno de estudo sociológico é atualmente, por exemplo, o recrutamento dos novos sacerdotes, com suas implicações sociais. Ao contrário de antigamente, quando as grandes famílias faziam questão de ter um filho padre, os seminários hoje são procurados por jovens das classes médias e médias inferiores urbanas e rurais. Tal fato há de ter profundas influências nas atitudes sociais do novo clero.

São aspectos que mereciam ser estudados num livro como *Sociologia da Revolução Brasileira*.

Essa restrição, contudo, em nada diminui o mérito do livro. Ao contrário de tantos diagnósticos da crise brasileira surgidos ultimamente, incapazes de sobreviver à motivação política e ideológica que os gerou, o ensaio de Pessoa de Moraes permanecerá como contribuição valiosa para a interpretação psico-sociológica da realidade brasileira nesta fase de nossa história.

RESENHAS

CAPITANIA D'EL-REI — Moysés Vellinho ("Coleção Província" — Editora Globo — Porto Alegre — 1964).

Ao longo do litoral, a primeira marcha lusitana parara pelas alturas de Laguna, em Sta. Catarina. No interior é que os bandeirantes, arremetendo contra os índios, cortavam o sertão, iam buscá-los nas margens do Paraná ou do Iguaçu. Além daí, era o vazio.

Quando Portugal se separou da Espanha, no século XVII, abriram-se novas perspectivas e foi criada a Colônia do Sacramento para um acidentado e doloroso destino. As vicissitudes militares desse empreendimento às bocas do Rio da Prata, determinaram o avanço dos luso-brasileiros pela margem do Atlântico, suscitando a fundação da fortaleza Jesus-Maria-e-José, à entrada da barra do Rio Grande. E as necessidades do comércio de gado que subia do sul para a feira de Sorocaba onde se abasteciam as regiões mineiras, alargaram e desenvolveram a faixa desse caminho, enquanto se revigorava no sertão o império jesuítico-espanhol.

Nesse quadro histórico e geográfico ia formar-se o Rio Grande do Sul.

Sobre essa formação e, mais ainda, sobre a caracterização brasileira do futuro Estado e em resposta a apressadas afirmações de muita gente, inclusive gente ilustre, — escreve o Snr. Moysés Vellinho o livro **Capitania d'El-Rei**, com o sub-título de **Aspectos polêmicos da formação rio-grandense** (Coleção "Província", Editora Globo, Porto Alegre, 1964).

"A fisionomia histórica e social do Rio Grande do Sul, com todos os seus particularismos, se formou e desenvolveu, não à margem ou ao arrembio da elaboração nacional, mas, pelo contrário, tensa e organicamente subordinada ao processo de expansão geográfica e integração do Brasil em sua múltipla feição política, econômica e cultural. Foi primeiro o centripetismo lusitano, depois o luso-brasileiro e, por fim, o nacional — escalões sucessivos da mesma vocação histórica — que deram sentido e direção aos diferentes fatores da formação rio-grandense" (pág. 110).

Na demonstração da tese, o autor não só apresenta os episódios fundamentais do povoamento como também debate e critica fatos e interpretações — a exemplo do papel que teria no passado brasileiro a ação nucleadora e catequética dos Jesuítas da Província do Paraguai ("província" religiosa) ou a ação combativa do Tiaraju. O ensaio caminha no tempo e, depois da evocação da luta dos farrapos e do fenômeno castilhistas, oferece lúcidas sugestões sobre o papel de homens como Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, em nossa existência institucional.

O último capítulo, pondo em foco uma anotação do Snr. Afonso Arinos sobre o feito clássico que teria a linguagem usada pelos escritores gaúchos modernos em confronto com os modismos regionais dos escritores nordestinos, assinala como tal fenômeno seria confirmação dessa atitude geral da gente situada em nossos extremos meridionais: "estamos situados, como tão bem observa Afonso Arinos, nas fronteiras corrutíveis do idioma, e isto parece esclarecer tudo. Em arte, como no mais, não é fácil nos explicarmos fora da posição de vigilância e disciplina que as contingências históricas dura e longamente nos impuseram. As tensões, os conflitos em cadeia que nos coube viver e enfrentar, mercê de nossa condição de fronteiristas, não nos permitiram entrar em transações mais demoradas com as forças naturais. Somos, por isso, bem pouco telúricos. Desde o

comêço, fomos envolvidos e solicitados menos pelas condições físicas do meio, que pela presença ativa do próprio homem — amigo ou inimigo, — constantemente exacerbada pelas intempéries da guerra" (250-251).

Nem pode ser ignorada ou esquecida a visão que o autor oferece e justifica, da revolução farroupilha, mostrando como um sentido de brasilidade e institucionalidade dominou a atuação dos homens que proclamaram a República do Piratini, mas determinavam a obediência ao sistema jurídico das leis do Império, até que o novo regime criasse as suas leis próprias. Isso era bem o contrário do anarquismo caudilhesco — afirma o Snr. Moysés Vellinho, em admirável capítulo: "a dispersão social, a ausência de interesses econômicos em comum, a anarquia campeira, o ódio indiscriminado, os impulsos de vingança, — eis os elementos geradores do caudilho de tipo platino. É que a desordem se cansa de si mesma, e os que nela se repastam e dela vivem, tocados afinal pelo instinto de sobrevivência, engendram um chefe e a ele se entregam de corpo e alma. Esse chefe é o caudilho. Há agora uma lei: — o puro arbítrio do chefe. Nada fora dele, nada acima dele. Daí, a observação de que o caudilho encerra em si mesmo o princípio e o fim dos partidos políticos. Quando ele emerge do caos, já não se confia mais na eficácia das forças morais nem das instituições (Lucas Ayarragaray). Tudo vem agachar-se a seus pés, numa oferta calada e vil. Ora, isso é a negação mesma de quanto os Farrapos nos herdaram como expressão de afirmação individual, espírito de comunhão senso de liberdade, fidelidade aos princípios (pág. 218).

A indicação desses problemas estudados no livro do Snr. Moysés Vellinho e dos pontos de vista assumidos pelo autor, deixa evidente o mérito do seu ensaio que é realmente magnífico pela segurança tanto da informação quanto da compreensão e da expressão. É um livro em que transparece — em tempo de confuso aproveitamento ideológico e preconceituoso — um nacionalismo cuja lição deve ser ensinada a todos os brasileiros. O inteligente esforço de mostrar como as singularidades do viver na estremadura em face da região mais povoada por nossos convisinhos e também mais disputada, de toda a nossa faixa fronteira, terão criado um estilo de vida mas não terão tocado nos núcleos essenciais de identificação nacional, — vale como um ato de consciência. Exibe-se nesse livro um conhecimento de realidades históricas em seu justo ajuizamento sociológico, que vai de par com a beleza da expressão literária, a elegância da frase e a clareza do pensamento. — LUIZ DELGADO.

MÉTODOS Y MODELOS DE LA INVESTIGACIÓN DE OPERACIONES — A. Kaufmann — Trad. de J. A. Lanuza Escobar — (Companhia Editorial Continental S. A. — México, 570 págs).

A divulgação em castelhano do livro de Kaufmann vem favorecer com um esplendido manual aos estudantes brasileiros interessados nos problemas de pesquisa operacional. A edição francesa, lançada pela Dunod, em 1959, esgotou-se rapidamente e apenas alguns exemplares chegaram ao Brasil e, de pronto, adquiridos pelos especialistas.

As bibliotecas das Faculdades de Ciências Econômicas são em regra paupérrimas no tocante à pesquisa operacional. E os livros sobre a matéria existentes no Recife e no Nordeste contam-se pelos dedos das mãos.

A própria bibliografia nacional é praticamente nula, à exceção de uma ou outra tese de concurso e de um ou outro artigo sumário, divulgado em revistas especializadas.

A larga aceitação do livro de Kaufmann prende-se sem dúvida ao fato do Autor ter procurado atingir o tema sem — como ele diz — "desenvolvimentos matemáticos e a miúdo inúteis".

De fato, os matemáticos andam trazendo grande perturbação à Economia ao se deliciarem com suas formalizações, esquecendo a realidade con-

creta e dinâmica. Tão perigoso é em Economia Política uma escolástica conceitual quanto uma escolástica simbólica dos matemáticos.

Tratando-se de um manual, de um repositório do que se conhece, e, portanto, com caráter marcadamente expositivo, o livro de Kaufmann não comporta "descobertas", nem revelações, como advertiu o Autor.

Todavia, no tocante à teoria dos fenômenos de espera ou teoria das "filas" o Autor não se limita a apresentar tão somente o clássico processo estocástico de Markov, lugar comum em todo manual de P. O. Desenvolve e destaca também a chamada fórmula de Erlang sobre a qual nenhum especialista americano, pelo menos do nosso conhecimento, diz palavra.

Ao lado do livro de Baumol, **Economic Theory and Operations Analysis**, o manual, agora, vertido para o castelhano, de Kaufmann completa a série dos dois mais didáticos trabalhos sobre P. O. — GLAUCIO VEIGA.

MEASUREMENT IN ECONOMICS — Studies in Mathematical Economics and Econometrics in Memory of Yehuda Grunfeld — Stanford University Press, California, 1963 — 319 págs.

Yehuda Grunfeld passou na vida como meteoro. Nascido a 11 de março de 1930 desapareceu tragicamente em 16 de julho de 1960, ou seja, exatamente aos trinta anos. Neste curto espaço de tempo projetou-se como economista e econometrista e também como soldado, lutando pela independência de Israel.

Grunfeld pouco escreveu, salvo alguns artigos para revistas especializadas. Sua grande contribuição é a tese apresentada à Universidade de Chicago, **The Determinants of Corporate Investment in the U. S.**, de 1958 e que até o ano passado aguardava publicação.

Também a sua tese para a Universidade Hebréia de Jerusalém, **Optimal Planning of the Import of Petroleum and its Refining at the Haifa, Refineries**, de 1955 polarizou aplausos, sendo o Autor recompensado com o Prêmio Koenig.

Nestes estudos em honra de Grunfeld colaboram entre outros Milton Friedman, Don Patinkin e Leo Goodman. — GLAUCIO VEIGA.

SAMUEL KARLIN — Mathematical Methods and Theory in Games, Programming, and Economics — Matrix Games, Programming and Mathematical Economics. — Addison-Wesley Publishing Company, Inc. — I e II vols.

O Autor integra a jovem equipe de economistas e matemáticos da Universidade de Stanford e teve atuação destacada no Primeiro Simpósio de Métodos Matemáticos aplicados às Ciências Sociais da Universidade de Stanford, realizado entre 15 e 24 de junho de 1959. Deste Simpósio resultou a publicação "Mathematical Methods in the Social Sciences", 1959, Stanford University Press, 1960.

Em verdade o Simpósio discutiu muito pouco sobre a matematização das ciências sociais. Limitou-se ao campo da Economia e alguns "papers" sobre psicologia.

O livro foi endereçado aos especialistas motivo por que nos limitamos a um mero registro. — GLAUCIO VEIGA.

L'ÉVALUATION ET LE RÔLE DES BESOINS DE BIENS DE CONSOMMATION DANS LES DIVERS RÉGIMES ÉCONOMIQUES — Grenoble, 11-15 september 1961 — Éditions du Centre de la Recherche Scientifique, Paris, 1963, 225 págs.

L'évaluation et le rôle des besoins de biens de consommation dans les divers

régimes économiques — Grenoble, 11-15 septembre 1961 — Editions du Centre de la Recherche Scientifique, Paris, 1963, 225 págs.

O livro apresenta e divulga as Atas do Colóquio Internacional de Ciência Econômica, organizado por R. Mossé, realizado em Grenoble.

O êxito do Colóquio foi garantido pela presença de Hicks, Robert Mossé, Maurice Allais, E. Fossati, Richard Stone e outros.

A comunicação de Hicks coloca-se em posição contrária à teoria da soberania do consumidor mas admite, com restrições, que a melhor maneira de avaliar as necessidades do consumidor ainda é o mecanismo do mercado. Destaca Hicks a necessidade da educação do consumidor, da sua orientação.

Fossati no seu "paper" realça o "direito de veto" do consumidor. Segundo ele, dúvida não há que somente podemos delimitar e mensurar as necessidades humanas apenas através das quantidades de bens e serviços adquiridos num determinado preço. Isto, evidente, dentro de um sistema não-coletivista. A produção se faz, sem dúvida, para o consumidor. Mas, este tem um direito de veto, um direito de não comprar. Neste sentido, é que podemos dizer que um sistema de preços é um sistema de transmissão de gostos e desejos individuais.

Assume o preço a máxima importância porque ele surge como divisor entre os sistemas coletivistas e capitalistas. Num sistema coletivista, o preço será apenas um instrumento de contabilidade social, enquanto no sistema capitalista o preço mensura os desejos e a tensão do organismo econômico. Se negamos ao preço este atributo de índice mensurador dos desejos, então, negamos a liberdade de decisão, negamos a liberdade do próprio indivíduo.

Dai Fossati insistir que o preço não será um regulador de rendas e sim, um regulador de mercado. Em resumo, num sistema coletivista procura-se o equilíbrio econômico através de um conjunto de quantidades, no regime capitalista através de um sistema de preços.

A comunicação de Fossati procura se apoiar no princípio pareteano do bem-estar, muito embora reconheça que esse princípio apenas tem validade numa estática econômica.

Nesta comunicação, nenhuma originalidade existe da parte Fossati, pois, são idéias já expostas em seu livro "Política Econômica Racional" e na sua contribuição para o *Handwoerterbuch des Sozialwissenschaft*, 1961, artigo *Mikroökonomik und Makroökonomik*. — GLAUCIO VEIGA.

ÉMILE RIDEAU — La Pensée du Père Teilhard de Chardin, Editions du Seuil, 1964 — 590 págs.; HENRI DE LUBAC — La Prière du Père Teilhard de Chardin, Librairie Arthème Fayard, 1964 — 223 págs.; MAURICE VERNET — La Grande Illusion de Teilhard de Chardin, Gedalge, 1964 — 223 págs.; IGNACE LEPP — Teilhard et la Foi des Hommes, Editions Universitaires, 1964 — 253 págs.; LOUIS BARJOS S. J. et PIERRE LEROY S. J. — La Carrière Scientifique de Pierre Teilhard de Chardin, Editions du Rocher, Monaco, 1964 — 140 — págs.; ALBERT THYS — Conscience-Reflexion — Collectivisation chez Teilhard, Editions — Universitaires, 1964 — 126 págs.; P. CHAUCHARD — Teilhard de Chardin, Editions du Levain, S/D — 78 págs.

THEILHARD DE CHARDIN é, talvez, a esquina por onde enveredaria numa tentativa de reformulação, a filosofia cristã.

A esta altura, a bibliografia de Teilhard cresce em maré montante.

Curial, não ser aqui o espaço para debatermos o teilhardismo. Mas, não se pode negar o interesse cada vez maior das idéias desse jesuíta inquieto e paradoxal. Sem dúvida, a popularidade de um filósofo — e mesmo de uma filosofia — não implica vitalidade das idéias professadas.

Ao contrário, até certo ponto, o delírio circunstancial em torno de teó-

ricos e de teorias carrega travo suspeito de desmerecimento e interinidade.

Algumas vezes, na História coincidiram, em convergência oportuna, situações fáticas emocionais com idéias, pelo menos, em aparência, adequadas a tais situações. O êxito doutrinário precoce na História do Pensamento, em regra, sepulta-se num esquecimento com criticismo desenvolvido pelos anos e pelas novas idéias.

Spengler, por exemplo, atropelando imagens apocalípticas e paradoxos inconcebíveis, esvaziou-se rápido, salvo na América Latina onde o verbalismo ainda se credita com largo auditório.

"Il a mis à ses pieds la société moderne" — disse um bergsoniano; mas, o sucesso social não esterilizou Bergson porque este jamais foi pensador de um livro, a exemplo de Spengler.

Keyserling e suas variações acham-se, hoje, ignoradas, sem mínimo lampejo do brilho de outros tempos.

E se sairmos do campo estritamente filosófico, aumentaríamos a lista dos economistas e sociólogos, de êxitos efêmeros.

Não afirmamos que o teilhardismo tenha se autocondenado pelo sucesso espetacular.

A acusação feita por Pierre Smulders (apud La Vision de Teilhard de Chardin, p. 27) — de que Teilhard era pouco familiarizado com a metódica própria à metafísica e à teologia — nós poderíamos responder com Yves Congar: "penser une réalité nouvelle est une tâche difficile pour qui ne dispose que des catégories reçues".

Para Rideau, o método de Teilhard é uma fenomenologia dialética dramática e trágica, como a de Hegel e Marx (p. 55) porém "moins abstraite et savante que celle de Hegel e Marx..." (p. 56).

Jean Hyppolite, segundo afirma C. Cuénot, teria dito que Teilhard era mais hegeliano que ele, Hyppolite. No mesmo sentido, ao que parece Claude Souvy ao tentar uma comparação entre Hegel e Teilhard.

O p. L. Malevez não considera Teilhard um fenomenólogo, tese que Rideau procura repelir. (cfr. p. 323).

Teilhard, se fugiu à tradição foi porque, talvez, tivesse de forjar seu elenco categorial novo para uma realidade nova.

Dai, a aparência de contradição ou o sabor de sofisma apontado cá e lá.

Poderíamos citar aqui a categoria de "transposição" (cfr. Henri de Lubac, págs. 131-132). E outras categorias e terminologia que pareceram a alguns — entre nós, Gustavo Corção — absolutamente palavrosas.

O próprio Teilhard, perto de morrer, pressentiu dificuldades em sua terminologia e esboçou um léxico — informa Emile Rideau (p. 566). Madame Barthélemy — Medaule construiu um quadro das categorias teilhardianas na magnífica monografia, "Bergson et Teilhard de Chardin", Ed. Seuil, 1963, págs. 649-653.

Por seu turno, CLAUDE CUÉNOT preparou um "Lexique de T. de Chardin, 1963 e HUBERT CUYPPERS um "Vocabulaire Teilhard" Ed. Universitaires, 1963.

O livro de Rideau, talvez, seja dos mais completos como visão integral do teilhardismo. Depois de um rápido esboço biográfico (págs. 11-25), e considerações sobre a fenomenologia dialética de Teilhard (págs. 54-56), o Autor faz uma síntese de Cosmologia (págs. 157-279) da Antropologia (220-323), de Teologia 324-437), seguido, por fim, de um vocabulário e considerações sobre o estilo de Teilhard de Chardin.

Sem ser propriamente apologético, muito embora pleno de simpatia por Teilhard, o livro de Rideau parece-nos a melhor exposição sistemática do teilhardismo.

A sobriedade de Rideau contrasta com os derramamentos de P. de Chauchard. Para este ensaísta, Teilhard professa um "materialismo espiritualista", única abertura para uma conciliação com os marxistas (p. 9).

Talvez, aqui se projetem — neste “materialismo espiritualista” — as influências do misticismo oriental sobre Teilhard, tema objeto de um capítulo de IGNACE LEPP, no livro aqui registrado, (págs. 107-111). Os místicos orientais consideram a matéria como mera ilusão. E nesta linha o Cardeal Saliège poderia falar de “santa matéria” e neste sentido confessava-se “materialista”.

Para Paul Chauchard, a tarefa de Teilhard teria sido encontrar Deus na matéria (p. 12), procurar a significação natural do sobrenatural (p. 23).

Paul Chauchard é daqueles que perseguem um diálogo do tomismo com o marxismo. Segundo ele, poucos tomistas se dão conta de que sua filosofia foi feita para dialogar com os marxistas. Os marxistas teriam necessidade de uma metafísica de emergência (p. 48). O Autor não nos diz expressamente mas, parece julgar o tomismo esta metafísica emergente.

No livro de Chauchard alguma cousa se salva: a afirmação feliz de que Teilhard foi um S. Francisco científico (p. 27).

Chauchard, desde 1956, escreveu em periódicos, aproximadamente vinte e seis ensaios sobre a obra de Teilhard. Mas, seja como for, o seu livro é apenas um ensaio simpático sobre o teilhardismo.

Já o Dr. MAURICE VERNET, tão médico quanto Paul Chauchard, atua **cum caute** ao examinar a obra de Teilhard, muito embora seja um bergsonianismo confesso.

A temática de “espiritualização da matéria” ou do “materialismo espiritualista” aos olhos de Maurice Vernet é uma contradição (págs. 31-32). **En passant**, assinala-se, aqui, que Chardin (apud “Le Phénomène Humain”) afirma que a matéria tem História, repetindo literalmente Marx, o Moço: “die Geschichte selbst ist ein wirklicher Teil der Naturgeschichte, des werdens der Natur zum Menschen... Die gesellschaftliche Wirklichkeit der Natur und die menschliche Natur Wissenschaft oder, die natuerliche Wissenschaft von Menschen sind identische Ausdruecke”.

O próprio Teilhard não nos parece muito claro nas relações Espírito-Matéria. (veja-se a observação de Rideau, na nota 63, p. 201).

Maurice Vernet, concentrando-se especialmente na zoologia, faz sérias restrições ao teilhardismo, considerando que o notável jesuita “forçou as aparências” (p. 204).

Vernet transcreve uma carta de Teilhard bem significativa: “J’ai l’impression de tourner, sans y pénétrer, autour d’un immense problème... Il faut forcer et dépasser les apparences; jamais peut-être leur voile me m’est apparu de vantage comme “sans couture”.

O texto completo, em vernáculo é este: “Como diz o lema de Kim, sinto cada vez mais que o mundo “é algo terrível”. Ao lama, impressionava-o a civilização. A mim, ao contrário, impressiona-me a massa de potências humanas indisciplinadas. Além disso, também percebo que, **em si mesma**, a exploração da terra não traz luz alguma, nem facilita a saída para os problemas mais fundamentais da vida. Tenho a impressão de estar dando voltas em torno de um imenso problema, sem conseguir penetrá-lo. E sei igualmente que, quanto mais se agiganta diante de mim este problema, sua solução não pode achar-se senão em uma “fé”, transcendente a toda a experiência. Temos de violentar e superar as aparências; talvez, sua túnica nunca me pareceu tão “inconsutil” (grifo de Teilhard) (Lettres de Voyage — 1923-1955, p. 31).

Albert Thys, sem a formação científica de Vernet, aceita tranquilamente o “transformismo” de consciência, dentro das coordenadas do teilhardismo (págs. 15-22). No mais, parece-nos livro medíocre, sem chegar a ser uma medíocre divulgação.

O pe. Henri de Lubac foi um dos íntimos de Teilhard e Chardin e seu livro não tem nenhum interesse filosófico. O Autor coloca problemas apenas, teológicos.

Barjon e Leroy fazem um levantamento da atividade científica do Pe.

Chardin, precisamente, de sua permanência na China e juntam completa bibliografia de Teilhard em geologia, paleontologia e antropologia.

Por fim, não poderíamos encerrar esta ligeira nota sem uma referência ao problema Bergson-Teilhard. Sobre os acórdos e as dissonâncias entre os dois o livro da Sra. Barthélemy-Madaule parece definitivo. Mas, não resta dúvida que, quando lemos Teilhard pressentimos o fantasma de Bergson. Da mesma maneira que o fantasma de Dilthey pousa sobre os textos de Ortega ou Maine de Birau pousando sobre Bergson. Ou Hegel sobre Marx. Ou, ainda, Dilthey sobre Heidegger.

Teilhard é um Bergson de batina que recusando captar a realidade através da intuição do “eu profundo” (Cfr. Essai sur les données immédiates de la Conscience) ou da intuição do movimento profundo da realidade objetiva (cfr. “L’Evolution Créatrice”) apela para uma intuição **existencial** através de um itinerário dialético ou, se quiserem, de uma “intuição sociológica”, se assim podemos nos expressar.

Henri de Lubac percebeu essa “violentação”: “Il force pour ainsi dire l’ordre de la science et de la technique à se dépasser, en faisant accéder l’homme à un ordre supérieur, celui de la conscience refelchie et de la liberté, qui lui même “oblige à preneche position” sur la religion... (p. 110).

Essa tendência para o “forcejo” levou Teilhard a manter constantes atritos com a Ordem. E esta vingava-se, exilando-o para a China, enquanto todos cercavam de apoio a Teilhard. Mas, nunca pensou Teilhard em se desvincular da Ordem. Escreveu numa carta: “Je croirais trahir le “Monde”, en m’évadant de la place qui m’a été assignée... Soyez donc sur que l’idée d’une démarche pour quitter l’Ordre ne m’a jamais traversé l’esprit... La Compagnie... (est) mon point d’insertion et d’action dans l’Univers”.

O teilhardismo continua questão aberta. Teria sido Teilhard, realmente, um cientista ou apenas um padre com imensa boa vontade?

Seja como for, o debate está aberto e ainda é cêdo para julgarmos o teilhardismo. — GLAUCIO VEIGA.

MARIALICE M. FORACCHI — O estudante e a transformação da sociedade Brasileira, 313 págs. — Trabalho apresentado originariamente como tese de doutoramento à Universidade de São Paulo e agora publicado pela Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965.

O trabalho da doutora Marialice M. Foracchi, de São Paulo, constitui em assuntos sociais no Brasil, uma revelação auspiciosa: a revelação da capacidade universitária brasileira para o esforço sistemático de análise.

Há, com efeito, ao longo do trabalho da socióloga paulista, uma dimensão analítica incomum no Brasil. Trata-se de estudiosa que, sem se limitar a expor teses ou assuntos do pensamento estrangeiro, procura antes sobre problemas eminentemente nossos, desenvolver todo um esforço de interpretação pessoal.

O livro mostra uma inteligência já no nível de assimilação de amplo material científico para, com base nêle, desenvolver toda uma sistemática de implicações. Trata-se, mesmo, de uma autora já capacitada a tomar um assunto brasileiro, como o do estudante paulista por exemplo, e com fundamento nas pesquisas e nos estudos que empreendeu, elaborar toda uma complexa tessitura de análises e interpretações.

Por outro lado, o próprio grau de desenvolvimento analítico da autora, permite que seus estudos não se cinjam como é rotineiro entre nós, a consideração pura e simples de certos ângulos, sem o jôgo imprescindível e simultâneo de variadas considerações.

É precisamente essa capacidade de lidar ao mesmo tempo com inúmeros pontos de um mesmo problema, passado pelo crivo de uma coordenação sistemática, que constitui aquilo que consideramos uma forma-

ção analítica. Na verdade, o estudioso analítico, tem necessariamente de possuir a faculdade de abranger de modo simultâneo vários aspectos de um mesmo assunto e de desdobrá-los de tal modo que, nas implicações subsequentes, ao mesmo tempo que são reveladas novas perspectivas, estas por sua vez são confrontadas simultaneamente uma com as outras que vão surgindo, e assim por diante.

Quer dizer, o trabalho analítico é dinâmico e revelador. Eleva-se por cima do óbvio e alcança graus de inteligência que os trabalhos comuns nem sequer suspeitam.

Além disso, há dois graus essenciais na hierarquia analítica: o primeiro, é a mera tentativa de tratamento interpretativo e homogêneo de determinados assuntos. Aqui, cuida-se apenas de esboçar certos temas, digamos brasileiros, numa discussão extremamente pobre em ângulos diversos de observação e implicações subsequentes. Toca-se em certas coisas, é verdade, mas o raciocínio não possui a faculdade de lidar com diversas perspectivas do mesmo assunto simultaneamente e de desdobrá-las em seguida no mundo múltiplo de suas respectivas implicações.

O segundo grau, é justamente essa faculdade complexa de visualizar os ângulos mais variados de um problema, desdobrando-o na tessitura indefinida de seus corolários.

A Dra. Foracchi possui vários traços dessas qualidades formais da inteligência. Sabe jogar com perspectivas diversas e desdobrá-las, indicando em certo sentido, a assimilação de um artesanato científico, pelo menos formal, já amadurecido.

Por outro lado, aborda a autora paulista, uma série de temas bem interessantes, inclusive o da contradição entre o esquema mental que o estudante antes de entrar na Faculdade, faz do curso, e o próprio curso, com suas consequências. Mostra as restrições provocadas no projeto de vida profissional, pelas limitações de classe, por exemplo, e suas implicações.

A ênfase que dá inicialmente ao problema da dependência familiar, estudando a possível influência da família como categoria social — que não esquece de assinalar — merece todavia, algumas ressalvas. Aqui, a autora paulista tentando analisar o estudante brasileiro em traços fundamentais, como na escolha do curso, nas atitudes inclusive políticas, nos planos posteriores de carreira profissional etc., se estriba basicamente num ponto que hoje sofre alterações profundas: o da influência como por assim dizer imperialística da família nas atitudes do jovem e posteriormente nas do estudante.

Acontece que numa sociedade industrial e urbano-burguesa como sobretudo a sociedade paulista ou carioca de hoje entre outras, por exemplo, a família passa por uma mudança enorme. As relações familiares, que na sociedade patriarcal e rural, eram relações bem tensas, de vínculos bem aproximados, com oportunidades materiais e espirituais de contacto quase permanentes, e por isso mesmo com possibilidade de influência assim decisiva do complexo familiar sobre o jovem, agora se alteia de modo básico. Tal sociedade com o seu corre-corre, com a sua luta dramática pela subsistência, com as grandes distâncias entre a residência e os locais de trabalho; com o lufa-lufa da preocupação central de ganhar a vida; com as refeições feitas frequentemente fora de casa; com a estafa, as tensões emocionais e psíquicas, os encontros muitas vezes furtivos dos membros da família no apartamento acanhado das classes médias, manipulando experiências as mais das vezes grandemente diversificadas, repetimos, a família atual, não é centro evidente de irradiação da antiga influência.

Não é que a família tenha desaparecido ou não influa. É que sua textura e sua influência estão passando essencialmente nas sociedades urbano-burguesas como a de São Paulo, de hoje, por uma transformação revolucionária que não se ajusta a certos esquemas metodológicos feitos

em moldes a não levar em conta de uma maneira mais incisiva, esta mudança.

Por outro lado, algumas das características de vida do próprio estudante, certas aspirações suas, as consequências de possível independência provocada pelo casamento, deveriam ser analisadas dentro de categorias sociológicas mais amplas: como expressão por exemplo, de um dado estilo de mentalidade burguesa correspondente às transformações econômico-sociais de hoje em São Paulo, projetadas em tendências psíquicas ou sócio culturais, cujas raízes profundas teriam de ser analisadas.

Todavia, o livro contém muitos pontos interessantes, chegando a surpreender mesmo em face de outros trabalhos brasileiros, representando além disso, por um certo nível analítico, que já possui, um exercício formal de aspectos da própria capacidade de análise.

Trata-se de livro, o da doutora Marialice M. Foracchi, por isso mesmo em grande parte válido, feitas as ressalvas já mencionadas, o que torna seu trabalho imprescindível para a compreensão de importantes assuntos do Brasil atual. — PESSOA DE MORAIS.